

Ana Carolina Nery dos Santos

A Estética Estadonovista:
um estudo acerca das principais comemorações oficiais
sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação
do Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em:
28/01/2004.

Banca

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Profa. Dra. Sheila Schvarzman

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente)

Janeiro/2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Santos, Ana Carolina Nery dos
Sa 59 e A estética estadonovista: um estudo acerca das principais
comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro /
Ana Carolina Nery dos Santos - - Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho. 2. Cinema e Estado – Comemorações.
3. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945. I. Hall, Michael M.
(Michael McDonald), 1941-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

SUMÁRIO

Resumo.....	1
Abstract.....	2
Agradecimentos.....	3
Lista de Abreviaturas.....	5
Introdução.....	7
Capítulo 1	
O Contexto Internacional.....	11
Capítulo 2	
Propaganda e Política.....	23
Capítulo 3	
Cine-Jornal Brasileiro.....	43
Capítulo 4	
As festividades.....	63
4.1. – 19 de Abril – Aniversário de Getúlio Vargas.....	69
4.2. – 1º de Maio – Dia do Trabalho.....	81
4.3. – 7 de Setembro – Dia da Independência.....	97
4.4. – 10 de Novembro – Aniversário do Estado Novo.....	109
Conclusão.....	119
Bibliografia.....	125

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo a análise das imagens relativas às principais comemorações oficiais do Estado Novo (19 de abril – aniversário do presidente Getúlio Vargas–, 1 de maio, 7 de setembro e 10 de novembro – aniversário da instauração do Estado Novo), veiculadas pelo Cine-Jornal Brasileiro. Tais comemorações eram constituídas de quatro ocasiões-chaves para a comunicação entre o presidente Getúlio Vargas e a sociedade. Diferenciadas e com destaque para o 1º de Maio, as comemorações se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos, contribuindo em muito para a formação de uma mitologia do Estado Novo, do trabalho e do presidente.

Abstract

This thesis has as its main objective the analysis of images related to the principal official celebrations of the Estado Novo: April 19th (Presidente Getúlio Vargas's birthday), May 1st, September 7th, and November 10th (anniversary of the establishment of the Estado Novo), as propagated by the Cine-Jornal Brasileiro. The celebrations on these four different occasions, with emphasis on May 1st, were key events in the communication between Presidente Getúlio Vargas and society. The ceremonies mutually reinforced each other and created a schedule of noteworthy events, contributing to the formation of a mythology of the Estado Novo, of its accomplishments, and of the presidente himself.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha mãe Rosiris Lima Nery dos Santos por ter me ensinado o gosto pela leitura já em tenra idade, pelos livros de boa qualidade que sempre comprou e as coleções que fazia, sem ao menos imaginar que um dia serviriam para mim. Enfim, pelas oportunidades que me deu e pelo carinho e cuidados especiais.

Ao Prof. Dr. Michael McDonald Hall por ter sido meu orientador, por ter me incentivado a desenvolver este trabalho, por seus conselhos, dicas, discussões teóricas, enfim, por todo o conhecimento que compartilhou comigo.

Agradeço à CAPES pela concessão dos seis meses iniciais de bolsa. E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelos dezoito meses de fomento a esta pesquisa, sem as quais seria inviável a realização deste trabalho.

Às valorosas sugestões dos membros de minha banca de qualificação, Profa. Dra. Evelina Dagnino e Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

Agradeço, também, ao meu fiel escudeiro Anderson Luiz Jacob de Almeida pelas revisões do texto, pelas discussões informais que, de uma maneira ou outra, contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa. Além disso, pela amizade de tanto tempo (repleta de amor e ódio, como toda boa relação que se preze deve ser) por estar junto comigo neste caminhar, pela força nos momentos difíceis e por partilhar momentos alegres e importantes da minha vida.

Aos meus primeiros amigos, do colégio Vita et Pax, cuja datação da nossa amizade, já ultrapassa duas décadas: Vanessa, Elisângela, Luciana, Camila, Mayra, Carolina, Fernanda, Marina, Iasmin, Cacá, Daniel, Wesley, Fábio e Cristiano.

Aos meus irmãos de escolha, os queridíssimos vizinhos da “vó” Rosária, a Carina, o Anderson e o Vagner.

Aos amigos que fiz na UNICAMP obrigada, antes de tudo, pela convivência, pelo compartilhamento das mais malucas, bizarras e surreais experiências, enfim, por serem pessoas de grande valor: José Carlos (Zé), Ana Paula (AP), Felipe

(Coxinha), Vitor Marciano (que parece mesmo que veio de outro planeta), Mateus (o bom baiano), Valmor, Rodolfo, Natália (o soldadinho russo), Marcelo (Magá), Claudia, Tatiana, Michelle, Lia, Teresa, Chelaine, Bruno, Hélio, Andreia, Analia, Gisele, Paula, Albina, Marli, Vitória, Mariana, Lúcia, Herculano e Mateus

À Paula, pela grande ajuda com o abstract.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, especialmente ao Mário, pela prestimosa colaboração e aos funcionários da Fundação Cinemateca Brasileira, especialmente à Vivian de Lucca, pela atenção e pelos cuidados dispensados à minha pessoa.

Ao secretario da pós-graduação, Alcebíades Rodrigues Júnior, pelos “galhos” burocráticos que me “quebrou”.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e para este trabalho.

Lista de Abreviaturas

- CJB - Cine-Jornal Brasileiro.
- LUCE - L'Unione Cinematográfica Educativa.
- RMVP - Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda.
- DOP - Departamento Oficial de Publicidade.
- DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.
- DNP - Departamento Nacional de Propaganda.
- DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.
- DNI - Departamento Nacional de Informações.
- DC - Diretoria Central.
- DD - Divisão de Divulgação.
- DR - Divisão de Radiodifusão.
- DCT - Divisão de Cinema e Teatro.
- DT - Divisão de Turismo.
- DI - Divisão de Imprensa.
- SCI - Serviço de Controle à Imprensa.
- CNI - Conselho Nacional de Imprensa.
- AN - Agência Nacional.
- CNC - Conselho Nacional de Cultura.
- SIA - Serviço de Informação Agrícola.
- DFB - Distribuidora de Filmes Brasileiros.
- RFK - ReichFilmKammer.
- INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo.
- SBAT - Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.
- PG - Plano Geral. (capta grandes espaços onde os personagens não podem ser identificados)
- PMC - Plano de Meio Conjunto. (destaque à figura humana, sem isolá-la do ambiente)
- PM - Plano Médio. (figura humana inteira com pequena faixa de espaço)
- PA - Plano Americano. (corta os personagens na altura da coxa ou joelho para cima)
- PP - Primeiro Plano. (a figura humana é enquadrada do meio busto para cima)
- 1ºP - Primeiríssimo Plano. (enquadramento só do rosto)

- PD - Plano de Detalhe. (alguma parte do corpo isolada ou um objeto em detalhe)
- PL - Plongée. (foca o personagem de cima para baixo)
- CPL - Contra Plongée. (cena é tomada de baixo para cima)

Introdução

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo a análise das imagens relativas às principais comemorações oficiais instituídas, tais como o Dezenove de Abril – Aniversário do presidente Getúlio Vargas –, o Primeiro de Maio – dia do trabalho –, o Sete de Setembro – comemoração da independência do Brasil – e o Dez de Novembro – aniversário da instauração do Estado Novo, veiculadas pelo Cine-Jornal Brasileiro.

Buscaremos juntar as diversas representações componentes do cine-jornal, de modo a formar a imagem que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) queria passar do país. Desse modo as comemorações relativas ao Dia do Trabalho, à Semana da Pátria, aos aniversários do presidente e à instauração do Estado Novo revelam-se como fontes significativas para essa compreensão.

Através do CJB, o Estado Novo pôde registrar as suas principais festividades. Estas comemorações eram constituídas, como vimos, de quatro ocasiões-chaves para a comunicação entre o presidente Getúlio Vargas e a massa de trabalhadores. Diferenciadas e com destaque para o Primeiro de Maio, as comemorações se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos, contribuindo em muito para a formação de uma mitologia do Estado Novo, do trabalho e do presidente.

O CJB, em sua função, atuava como um instrumento informativo que contribuía para a formação do povo brasileiro em novas bases relacionadas às mensagens de cunho nacional-patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar na população, o orgulho pela sua nacionalidade. Assim, o CJB exibia, de forma engrandecedora, a terra, o homem e as instituições nacionais.

Esta pesquisa contempla a análise das comemorações do aniversário do presidente Getúlio Vargas referentes aos anos de 1940 e 1941. No caso das comemorações do Primeiro de Maio, serão analisadas as dos anos de 1940 a 1945. As comemorações do Sete de Setembro compreenderão os anos de 1943, 1944 e 1945. E, finalmente, quanto às festividades do aniversário do Estado Novo, analisaremos as dos anos de 1940 e 1942. A razão para analisarmos apenas as comemorações dos períodos acima estabelecidos se deve ao fato de a Cinemateca Brasileira não possuir, em seu acervo, as imagens dos anos não citados.

O Estado Novo foi um período muito fértil no que se refere à produção de produtos culturais e de comunicação que, por sua vez, compõem um elenco de fontes originais que foram pouco exploradas nos estudos anteriores. Nesse sentido, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais e documentários cinematográficos.

Em meio a esse rico elenco de fontes originais, o “Cine-Jornal Brasileiro”¹ foi esquecido, ou melhor, deixado de lado, nas grandes obras de análise do Estado Novo. Somente no início do século vinte e um, o CJB foi redescoberto como sendo uma fonte que em sua essência registrou, assim como todos os periódicos da época, todas as facetas desse regime. A explicação para a ausência do CJB na historiografia se deve, como veremos a seguir, a relativa novidade para os historiadores na utilização de imagens como fonte histórica.

A relação entre História e Cinema teve início na década de 1960 quando Georges Sadoul postulou que qualquer filme poderia ser considerado uma fonte histórica. No entanto, nenhuma de suas investidas no par História e Cinema foram suficientes para que ele fosse explorado vastamente. Somente na década seguinte é que podemos perceber um esforço mais enfático nesta direção.

O texto publicado por Marc Ferro (1992), intitulado “O Filme: uma contra-análise da sociedade”, foi fundamental para consolidar a legitimidade acerca da utilização do filme como documento.

“Texto inscrito dentro do que se postulou chamar de “Nova História”, Ferro abandonou as formas anteriores de abordagem da história do cinema (a história linear dos estúdios, estrelas, diretores e filmes) para se dedicar ao estudo de uma nova forma de documento: o filme.” (Sousa, 1990, p. 325)

No Brasil, o pioneiro acerca da utilização do cinema como fonte histórica foi Jean Claude Bernardet em seus vários livros em que discute o cinema brasileiro e a relação com a História. Segundo o mesmo, o documentário e cine-jornal foram os gêneros cinematográficos que mais forneceram perspectivas para a análise de uma crônica parcial

¹ Daqui em diante utilizaremos a sigla CJB para sua designação.

da vida brasileira. No entanto, somente, a partir da década de 1990, é que diversos historiadores se debruçaram nesta direção. Autores como Sheila Schvarzman, Cláudio Aguiar e José Inácio de Melo Sousa, citando alguns exemplos, investiram nas imagens como fonte histórica.

“A Ação e o Imaginário de uma Ditadura” (Sousa, 1990) trata da possibilidade da comparação entre os temas difundidos pela palavra escrita e pelas imagens cinematográficas, procurando localizar os eixos de atenção da propaganda governamental por meio da comparação entre Cultura Política, Agência Nacional e o Cine-Jornal Brasileiro, criadores de um universo de símbolos identificadores da ditadura estadonovista recuperando, dessa maneira, a discussão sobre propaganda política.

Sheila Schvarzman trabalhou em sua dissertação de mestrado com os filmes de Elia Kazan (1994), e, na tese de doutorado abordou a produção cinematográfica de Humberto Mauro (2000).

“O Cinema como agitador de almas” (Almeida, 1999) é uma reflexão que tenta compreender, a partir de “*Argila*”, filme de longa metragem ficcional resultante do trabalho de autores, técnicos e educadores como Humberto Mauro, Carmem Santos, Roquette-Pinto, dentre outros, o significado mais profundo da proposta de cinema educativo gerada nos anos 30 e incorporada pelo Estado Novo. Cláudio Aguiar de Almeida (1999) procurou mostrar no decorrer dessa obra, que o filme realizou-se como resultado do interesse de um projeto dos ideólogos-educadores empenhados em formar uma nova consciência nacional e cineastas que buscavam transformar o Estado no grande mecenas da indústria cinematográfica nacional.

O primeiro capítulo apresenta um breve estudo sobre a propaganda política que como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, adquiriu uma importância enorme nas décadas de 1930 e 1940, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação. No caso brasileiro, veremos que a propaganda política nunca se apresentou como um modelo definitivo. Passou por algumas reformas, inspirou-se em modelos estrangeiros, especialmente o alemão, adaptando-se o que podia. Neste capítulo, acompanhamos o percurso trilhado pelo órgão de propaganda política brasileira, desde a

instauração do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) até chegar ao modelo mais bem acabado, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O segundo capítulo trata do Cine-Jornal Brasileiro. O cinema desde o início de década de 30 já era idealizado como um instrumento pedagógico eficiente de ação cultural educativa e formativa. A concretização desse projeto aconteceu com a criação do CJB que traduziu em imagens a crônica da política nacional. Desta maneira, estudamos sua concepção e objetivos, sua criação e as implicações que dela resultaram para os produtores cinematográficos do setor privado, sua produção e seus assuntos.

A partir do CJB apontamos alguns dos componentes ideológicos que nortearam o projeto estadonovista, destacando: a unidade nacional e o Estado forte e centralizado, a negação da luta de classes, a alusão aos inimigos da Pátria, a relação do Estado com a Igreja, a idéia/imagem de uma sociedade una e harmoniosa, organizada do alto pela ação de um Estado representado na figura do líder/pai, bem como a relação do presidente Getúlio Vargas e a população. Isto é, observaremos como tais componentes ideológicos eram pensados, focalizados, abordados e retratados pelo CJB.

O terceiro capítulo consiste na produção de um texto dando conta da temática desta dissertação. Deste modo, as festividades e as manifestações populares serão os focos de análise. Este capítulo é subdividido em quatro itens, cada qual contendo reflexões sobre as comemorações relativas ao aniversário do presidente Getúlio Vargas, ao 1º de maio, ao sete de setembro e ao aniversário do Estado Novo.

Ao longo deste texto podemos notar que o tema relativo à esta pesquisa é tratado de forma pouco extensa em vários trabalhos sobre o Estado Novo. Assim, a problematização deste tema não foi, até o momento, um objeto de estudo muito explorado pela historiografia. Neste sentido, acreditamos que esta pesquisa representa uma contribuição para essa história.

1

O Contexto Internacional

O contexto internacional do início do século vinte foi marcado por grandes crises e desilusões. Uma delas se refere à descrença nas possibilidades da forma liberal para a ordem política. A desigualdade social, a insegurança econômica e os conflitos de classes levaram os partidos tanto de esquerda quanto os de direita a fazer uma crítica radical a sociedade liberal capitalista.

A compreensão da complexidade ideológica destas décadas está diretamente associada a grande questão da visibilidade das massas, como bem trabalhou José Ortega y Gasset (2002) em sua obra *A Rebelião das Massas*. As massas se apresentavam como o desafio para todos que, à direita e à esquerda, supunham saber como organizá-las e comandá-las.

A proposta de uma nova doutrina política, elaborada pelos partidos de esquerda e de direita, convergia para o estabelecimento de um Estado forte e o culto à Personalidade, ambos tidos como elementos cruciais para a formação da coesão social e da unidade nacional. Esta nova via surgiu de maneira concreta com o Fascismo na Itália, o Nazismo na Alemanha e com o corporativismo de Estado em alguns países europeus, tais como Portugal, Espanha, Romênia e Polônia que incorporaram, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, muitos elementos desta doutrina à sua organização política e econômica.

“Assim é que nos anos 30, os regimes fascistas, o nazismo, o stalinismo, não necessariamente identificados entre si, intercambiam febrilmente fórmulas e experiências que pretendem congelar os focos de tensão da história e resolver, definitivamente, a questão social, redimindo da exploração as populações trabalhadoras.” (Lenharo, 1986, p. 13).

O corporativismo, segundo seus ideólogos, tinha a capacidade de eliminar o comunismo, assim como o liberalismo podia gerar o comunismo. O corporativismo, desta maneira, interromperia o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal.

“Em outras palavras, o ponto de partida do corporativismo é a realidade da luta de classes. Ao constata-la, porém, a teoria corporativista atribui a sua existência não aos interesses conflitantes entre a burguesia e o proletariado, mas à ausência de leis que regulem a vida econômica. (...) O corporativismo descola o lugar da luta de classes: esta se dá não pela existência do capitalismo, mas por um erro jurídico, que é o liberalismo, que, em nome da liberdade do indivíduo, se recusa a limitar as paixões e os egoísmos (...)” (Munakata, 1981, p. 67).

Ou seja, a palavra classe era entendida como uma simples transposição do egoísmo do indivíduo liberal para o grupo social. Por isso, então, o corporativismo substituiu a noção de classe, fruto do liberalismo, pelo da corporação, grupo capaz de realizar a moralidade e a solidariedade social. Assim, no sistema corporativista se abria espaço para a colaboração das corporações vinculadas aos organismos institucionais sob a autoridade do Estado.

Desta maneira, o corporativismo seria o ajustamento da democracia aos tempos modernos, a democracia na sua acepção autêntica, livre da deturpação do liberalismo, que envolveria a organização hierárquica da sociedade. A democracia não seria, portanto, incompatível com o autoritarismo. Ao contrário, o Estado autoritário e corporativo seria um Estado democrático de novo tipo.

O Brasil não seguiu rumos distintos dos que estavam sendo trilhados por esses países europeus e que eram objeto de atenção dos intelectuais brasileiros. A doutrina corporativista era difundida como a melhor e ideal resposta para os problemas deixados pela República Velha. No entender de vários intelectuais das décadas de 1910 e 1920, a República Velha, foi a grande responsável por todos os males que se alastravam pelo Brasil. Tal período tornou-se sinônimo de atraso, de anarquia, de corrupção e de ineficiência, bem como a predominância do interesse privado sobre o coletivo e a ausência de um Chefe de Estado competente foram fatores atribuídos para a consolidação dessa situação.

No pensamento brasileiro encontrava-se presente a missão da elite civilizadora, que teria como empreitada a implementação de uma política salvadora, devidamente encabeçada por um indivíduo excepcional. Contudo, é necessário mencionar, que tal doutrina não foi aceita da noite para o dia, mas sim que estas idéias já vinham sendo pensadas e questionadas, ou melhor, tais idéias circulavam pela nossa sociedade desde o

final do século XIX. Segundo Ângela Maria C. Araújo (1998), em seu livro “Construindo o Consentimento”,

“(…) desde os anos 10, se formou no Brasil um pensamento nacionalista, antiliberal e autoritário que tem em Alberto Torres seu principal mentor. O desenvolvimento destas idéias nos anos 20 e 30 se deu principalmente através dos escritos de Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Tendo em comum uma matriz teórica de cunho nitidamente positivista e organicista, estes autores sofreram influência de juristas neoliberais americanos (defensores do New Deal), do pensamento e da experiência fascista italiana e das idéias corporativistas.” (Araújo, 1998, p. 39)

No entender de Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral a autonomia, a representação parlamentar e o sufrágio universal não seriam, no Brasil, expressões da soberania popular, mas sim do caudilhismo local, do faccionismo e do mandonismo das oligarquias rurais. Consideravam, ainda, que em uma sociedade dispersiva, fragmentária e desunida como a brasileira, tarefa primordial era a estruturação da nacionalidade. Logo, segundo estes não existia na sociedade brasileira um ideal nacional.

Dessa maneira, esses intelectuais propuseram um regime autoritário baseado em um Estado nacional forte e intervencionista, na organização das classes e da economia em moldes corporativistas e na substituição do Parlamento pela representação técnica com vistas à consolidação da nacionalidade e da sua ordem legal, como sendo o tipo de regime adequado a estrutura social brasileira, em detrimento do liberalismo e da experiência fascista.

Dentre os ideólogos corporativistas, o romeno Mihail Manoilescu com a publicação de “O Século do Corporativismo” (1938) tornou-se uma das mais importantes matrizes teóricas acerca do pensamento corporativista brasileiro. De acordo com o mesmo, o corporativismo era adaptável a realidade de qualquer país.

No entender da intelectualidade brasileira desse período o primeiro passo rumo a construção desta nova sociedade foi dado com a Revolução de 1930, entendida por seus idealizadores como uma proclamação que conseguiu escapar ao exclusivismo de determinadas classes, abrangendo assim, todas as categorias e objetivando a construção de

uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

“Mas a Revolução de 1930 não foi, nem poderia ter sido, apenas o desfecho violento de uma competição eleitoral. Seus objetivos transcendiam a simples consagração da preferência popular expressa nas urnas. Se era essa a causa imediata, se daí partira o motivo deflagrador do movimento armado, inspirações de natureza mais remota e mais profunda o animaram, o conduziram, dando-lhes ao mesmo tempo os elementos de vitória e os de sua justificação histórica.” (Schwartzman, 1983, p. 24).

Os sete anos que antecederam a instauração do Estado Novo foram caracterizados pela consolidação de um processo de repressão que vinha sendo lentamente construído, desde a Revolução de 1930, devidamente apoiado por intelectuais, políticos, civis e militares. No entanto, o Levante Comunista, em novembro de 1935, ocorrido, concomitantemente, nos quartéis do Exército das cidades do Rio de Janeiro, Natal e Recife, serviu para acelerar e direcionar este crescente processo autoritário que culminou na instauração do Estado Novo.

“(…) o golpe foi a descoberta de um plano comunista atribuído a um judeu, Cohen – Plano Cohen –, que expressaria a ameaça do judaico-comunismo internacional. Nesta peça política, o anticomunismo se juntava ao anti-semitismo, a radicalização ideológica se revestia de aspectos racistas alimentado o discurso que defendia a necessidade de um Estado forte capaz de defender a Nação de perigosos inimigos externos. (...)” (D’Araújo, 2000, pp. 14-15).

Esse discurso anticomunista foi fundamental para manter as Forças Armadas unidas em torno da decisão de uma solução de força, ainda que liderada por um civil. Deste modo, estas se tornaram as fiadoras do Estado Novo. No entanto, não foi apenas o setor militar da sociedade que deu sustentabilidade a este novo regime, apesar de seu apoio ter sido fundamental para a instalação desta nova ordem. As propostas, tanto dos setores civis quanto dos militares, convergiam para a necessidade de construção de um Estado forte, controlado por um regime autoritário.

Um outro setor da sociedade, a Igreja Católica, também apoiou o governo encabeçado por Getúlio Vargas. Desde a vitória da Revolução de 1930, os laços políticos

envolvendo a Igreja Católica e o Governo Provisório começaram a se estreitar. No decorrer da primeira Era Vargas o catolicismo ganhou terreno na esfera política. Vale lembrar que nesse mesmo ano o papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil e, no ano seguinte, a estátua do Cristo Redentor foi inaugurada, no alto do Corcovado.

Contudo, a Revolução de 1930 foi encarada com hostilidade e oposição pelo movimento católico militante, porque se tratava de uma revolução (uma alteração à ordem que era, em si mesma) vista como um mal e, também pelo fato de que a revolução foi interpretada como uma vitória do movimento tenentista, associado ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos poderes da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social.

“(...) a Igreja buscava encontrar seu espaço no novo regime, com Francisco Campos buscando estabelecer a ponte. Em dezembro de 1930, Alceu Amoroso Lima encontraria algum lugar para Deus entre os revolucionários, ao afirmar haver entre eles ‘uma corrente racional, tradicional e cristã’ em oposição a uma outra ‘demagógica, libertaria, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã’. (...)” (Schwartzman, 2000, p. 73).

Como uma primeira comprovação de que o Governo Provisório se manteria fiel aos compromissos assumidos perante o movimento católico, Vargas instituiu o decreto lei de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas. Entretanto, as reivindicações da Igreja eram muito mais amplas com vistas a que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico.

Em 1934, graças à atuação de Dom Sebastião Leme, realizou-se o velho sonho dos políticos ligados à Igreja de restituir o catolicismo como religião oficial do povo brasileiro, privilegio perdido com a Constituição de 1891, laica e positivista. A Constituinte de 1934 acatara as principais reivindicações das lideranças católicas: a nova Constituição foi promulgada em nome de Deus; o catolicismo foi instituído como religião oficial; o matrimônio passou a ser considerado indissolúvel; o casamento religioso, oficialmente reconhecido; foi implantado nas escolas primárias e secundárias o ensino facultativo da religião católica; a assistência religiosa às Forças Armadas, penitenciárias e asilos foram oficialmente autorizados.

Buscando a conciliação entre capital e trabalho, podemos perceber que desde o início da primeira Era Vargas, o Estado tratou logo de elaborar toda uma diretriz de leis visando construir uma estrutura administrativa eficiente e centralizadora, que pudesse controlar a formulação e aplicação de medidas trabalhistas. O governo provisório desejava pôr em prática algumas leis trabalhistas promulgadas ainda no decorrer da República Velha, de modo que estas não pudessem ser burladas pelos patrões sendo, assim, fiscalizadas pelo próprio Estado.

Desta forma, nas décadas de 1930 e 1940 as relações de trabalho ganharam o centro das atenções do governo. Foram elaborados, neste período, os princípios da legislação trabalhista que ampliou bastante os benefícios sociais, aplicando e fiscalizando leis que haviam sido promulgadas pelos governos da República Velha, fruto das inúmeras reivindicações dos trabalhadores. Contudo, a mesma legislação que garantia os benefícios também restringia a autonomia sindical e a luta independente dos trabalhadores. Portanto, trata-se de um período chave na relação entre Estado e classe operária, onde o Estado estaria se apropriando do processo de elaboração da legislação do trabalho, pretendendo através dela desenvolver uma série de contatos com empregados e empregadores, ajustando os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica social.

A questão social, dessa maneira, encontrou sua solução na promulgação da legislação trabalhista, que seria nada mais nada menos que a incorporação do operariado à nova ordem político-social. Logo, podemos inferir que esta legislação visava promover o entendimento entre capital e trabalho. Assim, a finalidade desta apontava para a necessidade crucial de converter patrões e operários em forças orgânicas de cooperação incorporadas ao Estado.

O principal alvo desse projeto de cunho centralizador e nacionalista era, sem sombras de dúvidas, os trabalhadores. Seu núcleo previa a construção de um novo tipo de indivíduo, cuja cidadania estaria relacionada ao fato de este ser um trabalhador. Como conseqüência disso, teremos o surgimento de uma política de valorização do trabalho. Este passou a ser considerado um direito e um dever do cidadão brasileiro, além de uma tarefa moral em relação à sociedade e ao Estado. Somente através do trabalho o indivíduo poderia ascender socialmente e encontrar a felicidade.

Tendo como principais sustentáculos os conceitos de pátria, moral, trabalho e anticomunismo, o Estado Novo foi orientado por uma concepção centralizadora, pelo planejamento estatal e pelo controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos. Esse período foi, também, marcado pelo desenvolvimento econômico, a partir do qual o Brasil deixou a condição de país agrário-exportador para se transformar em uma sociedade urbano-industrial. Vale frisar que ao término do Estado Novo, o país havia consolidado sua segunda revolução industrial: deixava a fase de produção de bens manufaturados de curta duração, para entrar na indústria de produção de máquinas. Por esta razão, acabou ganhando a simpatia dos desenvolvimentistas e até da esquerda, preocupada com a emancipação econômica do país.

Apesar de ter o nacionalismo como um dos seus pilares de sustentação, paradoxalmente foi durante o Estado Novo que o Brasil entrou definitivamente na órbita cultural dos Estados Unidos; foi nessa ocasião que o personagem de quadrinhos Zé Carioca foi criado pelos Estúdios Disney e que Carmem Miranda foi erigida ícone da boa vizinhança entre os Estados Unidos e o Brasil.

Outra característica marcante deste regime diz respeito a sua ambigüidade, mais precisamente no que tem a ver com a política cultural e a de educação. Nesse campo, vários projetos desenvolvidos pela esquerda e por progressistas brasileiros foram contemplados, e vários intelectuais foram convidados a participar do governo, tais Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Villa-Lobos.

Nesse período encontramos, também, o desenvolvimento de um programa de normatização da sociedade. Assim, foram estabelecidos o saneamento das cidades e dos indivíduos, a nacionalização da educação e a valorização da juventude e da criança. A construção dessa normatização pressupunha a necessidade de higienizar a sociedade e livrá-la dos elementos nocivos, com o intuito de forjar a criação de uma identidade nacional. Impor a nova identidade no Estado Novo significava fazer uso do mito de ser brasileiro, em função da existência de inimigos da nação brasileira.

A formação deste “homem novo” idealizada pelo Estado Novo correspondia à figura do trabalhador disciplinado, ágil, eficiente, ordeiro e dócil (de acordo com o molde do homem projetado pela década de 30). Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado,

o operário é o instrumento e o alvo principal da estratégia traçada visando amenizar as tensas relações entre a classe operária e a empregadora.

Deste modo, o Estado Novo prescrevia a construção deste “homem novo” na formação de uma raça forte, sadia e com traços característicos, passando pela prerrogativa de reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento de seu espírito, corpo e mente a fim de torná-lo mais apto para o trabalho.

A bibliografia mais específica desse período pode ser agrupada em três linhas: estudos que procuram mostrar a política trabalhista como uma conquista da classe trabalhadora, e não como uma doação; estudos que defendem a tese da hegemonia e da autonomia do Estado na condução do processo histórico, e estudos que relacionam o processo de forma direta aos interesses do capital industrial.

De forma geral, a bibliografia que trata do tema das relações Estado/classe trabalhadora no Brasil consagra uma interpretação para o pacto que vinculou estes dois atores a partir do Estado Novo. Tal interpretação é pautada na idéia central de que o Estado do pós 30 desencadeou uma política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho e, com este novo recurso de poder, as leis trabalhistas conseguiram a adesão das massas trabalhadoras.

Se a bibliografia que aborda o tema consagra a importância do trabalhismo e do papel do Estado no processo de construção da identidade política da classe trabalhadora no Brasil, a interpretação dominante, portanto, é a que vê este resultado como a quebra de um processo natural que vinha se desenrolando durante as décadas da Primeira República sob o comando dos próprios trabalhadores.

A relação entre a legislação social trabalhista e a posição assumida pela classe operária, foi encarada pela historiografia como troca de benefícios materiais por obediência política, em outras palavras, a ideologia de outorga. O regime procurava atender algumas reivindicações históricas do proletariado, ao mesmo tempo em que construía todo um discurso ideológico sustentado na idéia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado.

Ângela Gomes (1994) afirma em sua obra “A Invenção do Trabalhismo” que o Estado se apropriou do discurso e propostas da classe operária, elaboradas no decorrer da

Primeira República, utilizando-o com vistas à produção de uma nova ética de trabalho: o trabalhismo. Ao estudarmos o discurso político da revista *Cultura Política*, observamos o constante uso das idéias da auto-imagem operária, transformadas e investidas de um novo significado em outro contexto discursivo.

“O trabalho, outrora forma de escravidão, é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno do respeito e da proteção da sociedade.” (Andrade, 1941, p. 6).

No que se refere ao sucesso ou não e a sujeição completa ou não da classe trabalhadora frente ao projeto corporativista emanado pelo Estado outras três obras, “Consentimento e Resistência” (Arêas, 2000), “Em busca da Memória” (Costa, 1995) e “Trabalhadores do Brasil” (Ferreira, 1997), são extremamente importantes para a interpretação desse fato.

“Consentimento e Resistência” (Arêas, 2000) é um estudo sobre as relações entre os trabalhadores e o Estado no Rio de Janeiro, no decorrer da Era Vargas (1930-1945). A autora nos relata que o controle estatal não conseguiu erradicar completamente a presença da resistência política e social no seio da sociedade. De acordo com a mesma, pode-se afirmar que existiram três tipos básicos de reações desses trabalhadores.

“Portanto, podem ser identificados pelo menos três tipos principais de reações dos trabalhadores ao projeto corporativista. Na primeira, uma parcela dos trabalhadores realizou um tipo de leitura seletiva do projeto corporativista, na medida em que aceitou os pontos do projeto que lhe eram favoráveis e rejeitou os prejudiciais. No segundo, um grupo de trabalhadores, ligado principalmente às correntes de esquerda do movimento operário, recusou-se terminantemente a aceitar o projeto, resistindo ao máximo à sua implantação. Em contraste, uma terceira parcela dos trabalhadores aceitou o projeto integralmente, passando a defendê-lo e a contribuir para a sua implantação.” (Arêas, 2000, p. 292).

“Em Busca da Memória” (Costa, 1993) trata principalmente dos trabalhadores que não aceitaram por completo, ou de forma alguma, a implantação do projeto corporativista, detendo-se na narrativa prolongada dos inúmeros conflitos grevistas, buscando, nesse sentido, afirmar a existência da autoconsciência da classe trabalhadora.

“Os locais de trabalho exerceram um papel revigorador interior da prática e de suas instituições, e a sua presença mostrou-se vital tanto nos períodos de maior abertura política quanto nas conjunturas de endurecimento e repressão ao movimento operário. Em outras palavras, eles não se destacaram apenas porque sindicatos e partidos não podiam atuar livremente. As organizações nos locais de trabalho não foram expressão do acaso político, continuaram a exercer seu papel mesmo quando os sindicatos e os partidos desempenharam papel ativo nas lutas do movimento operário.” (Costa, 1993, p. 202).

Acreditamos que a adesão do operariado ao projeto governamental foi um sucesso tendo em vista que o principal fator, responsável por este êxito, residiu na apropriação da auto-imagem operária. E, aliado a este, encontramos nesse período, de forma não menos importante, a figura preponderante do presidente Getúlio Vargas, que emanava credibilidade, garantias e esperanças.

Assim, não podemos afirmar que a adesão e o sucesso do projeto estatal de controle do operariado foi decorrência pura e simples da troca de benefícios por obediência. Concordamos plenamente com Jorge Ferreira (1997) ao alegar que se os trabalhadores aceitaram este jogo político não o seria por resignação ou conformismo, mas sim como estratégia de vida.

“Aceitavam porque naquele momento não havia alternativas. Além disso, o objetivo não era apenas exaltar gratuitamente Vargas, e sim dar um passo à frente, avançar, conseguir um emprego, um aumento salarial ou melhorar de vida..” (Ferreira, 1997, p. 56)

Jorge Ferreira (1997) em seu livro “Trabalhadores do Brasil” faz uma análise minuciosa das cartas dos populares endereçadas ao governo buscando reconstruir o imaginário popular acerca do Estado Novo. Nessas cartas o autor encontrou a gratidão e reconhecimento que a população procurava demonstrar ao presidente. Tal conduta era, em suma, algo esperado pelo Estado Novo. Contudo, em outras cartas endereçadas ao governo pedindo empregos, os trabalhadores utilizavam os argumentos de dominação política, formulados pelos governantes, para tirar proveito e conseguir o almejado emprego.

Ao longo desse livro, pudemos perceber que a população detinha conhecimento do processo político. Ela não apenas dispunha de informações mas também iam além, ao

interpretar os acontecimentos políticos de acordo com suas experiências, expectativas, necessidades e tradições.

“As manifestações de apoio dos trabalhadores à política pública implementada pelo Estado demonstram que o projeto político-ideológico varguista não só foi eficiente, como obteve, inclusive, certo sucesso. Queremos enfatizar, porém, que o apoio manifestado pela população não era exatamente aquele que o governo almejava.” (Ferreira, 1997, p. 55)

No entanto, bem sabemos que, para o operariado, as medidas promulgadas a seu favor não bastaram para minimizar a carestia de vida. A escassez de gêneros alimentícios, de meios de transporte, de vestuário, de habitação e de medicamentos, tornou a vida no Brasil um tormento. Segundo dados estatísticos, o custo de vida em 1945 com relação a 1930 aumentou cerca de 393% e o custo da alimentação cresceu cerca de 196% no referido período.

Dessa forma, não é difícil nos depararmos com depoimentos de idosos que, apesar do grande e admiração pelo governo de Getúlio Vargas, constatavam um outro lado menos feliz na sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940 como, por exemplo, as notórias filas intermináveis que começavam pela alta madrugada e findavam ao entardecer para obtenção de carne, leite, açúcar e pão.

Em um governo que se preocupava tanto em promover uma alimentação sadia para suas engrenagens (os trabalhadores), com a construção de numerosos restaurantes operários, encontramos justamente neste período a escassez dos gêneros alimentícios de primeira necessidade que, por decorrência, desencadearam diversas crises como a do pão, da carne, do leite e seus derivados originando, então, o mercado negro que vendia esses gêneros a preços exorbitantes.

A tentativa de se encontrar uma explicação para o fenômeno da associação entre capital e mão-de-obra geridos pelo Estado, ocorrido na sociedade brasileira na Era Vargas, está estreitamente ligada ao fracasso da Velha República em propor e solucionar os problemas sociais. A primeira Era Vargas tornou-se, ao contrário da Velha República, sinônimo de desenvolvimento e alianças, algumas até mesmo antes pensadas improváveis, como a que ocorreu entre Estado, Burguesia, Forças Armadas, Igreja Católica e Classe Operária.

O operariado sem alternativa de forma de luta e de resistência teve de se contentar, ou melhor, se ajustar a esse processo, com perdas e ganhos relativos, como a promulgação da legislação social trabalhista, vigente até nossos dias.

Política e Propaganda

A política e os meios de comunicação nas primeiras quatro décadas do século vinte tornaram-se intrinsecamente ligadas. Em um momento em que os meios de comunicação obtinham indiscutíveis avanços no que se refere a difusão de informações, “(...) the new media and new techniques of communications were perceived as having a fundamentally important political role.(...)” (Pronay & Spring, 1982, p. 4).

Os meios de comunicação de massa (rádio e cinema) possibilitaram ao Estado a propagação de informações e, conseqüentemente, de ideais, de forma extensa e nunca antes vista, sobre a esfera política doméstica e, ligeiramente menos extensa, sobre a esfera internacional. Essa atuação enfática do Estado sobre a circulação de informações culminaria na propaganda política a serviço do Estado.

A Inglaterra, dentro deste contexto, foi pioneira na utilização da propaganda a serviço do Estado. Esta propaganda, em um primeiro instante, visava demonstrar ao público exterior as realizações do país em prol do progresso. Na concepção britânica a propaganda era designada a servir como um elemento coadjuvante para os serviços diplomáticos e também atuava como resposta para as atividades de propaganda anti-britânica dos outros países.

A propaganda britânica, diferentemente dos países totalitários europeus, não era caracteristicamente tão agressiva, mas sim dirigida ao público estrangeiro, procurando ser um veículo onde os indivíduos pudessem ter a oportunidade de obter maiores informações sobre as ações políticas da Inglaterra.

Compreendendo esse papel da propaganda política, os governos da França, da União Soviética, da Itália e, mais tarde, da Alemanha utilizaram-se da experiência e das lições da Inglaterra nesse campo, combinada com os avanços tecnológicos em várias áreas, tais como a radiodifusão e o cinema, com vistas na transformação da propaganda em uma máquina poderosa.

Desse modo, esses países, assim como também o Brasil e Portugal, viam nos meios de comunicação uma arma pela qual poderiam exercer controle sobre a sociedade e,

a partir daí, poderiam inculcar nas massas valores morais, éticos e políticos condizentes com suas necessidades.

Segundo Maria Helena Capelato (1998) em *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*, a propaganda política, em qualquer regime, é uma estratégia para o exercício do poder. Mas, principalmente nos regimes de tendência totalitária, ela adquire uma força muito maior uma vez que o Estado, detendo o monopólio dos meios de comunicação, pode exercer uma censura rigorosa sobre as informações, manipulando-as.

Os movimentos de tendência totalitária viam a propaganda como o meio mais eficaz da realização de seu objetivo: a conquista do poder. Tendo em vista que poder político conjuga o monopólio das forças física e simbólica o Estado, por sua vez, tenta suprimir dos imaginários sociais toda representação de passado, presente e futuro coletivos, que sejam distintos dos que atestam sua legitimidade e sustentam seu controle sobre o conjunto da vida.

Sendo assim, “The British Council” foi criado e desenvolvido como uma resposta democrática para o novo e urgente problema causado pela emergência de Estados totalitários na Europa:

“(…) the totalitarian use of propaganda, powerfully and deliberately directed against British interests abroad, forced Britain onto the defensive by offering foreign audiences an alternative ideology. Hence the Council’s projection of British democratic institutions and indeed all that was considered best in the British way of life.” (Pronay & Spring, 1982, p. 39).

A propaganda política a serviço do Estado obteve seu auge na Itália e Alemanha. Todavia, a bibliografia acerca da propaganda fascista é extremamente escassa no que se refere a informações sobre o órgão de propaganda italiano. Por esta razão, tivemos dificuldades em encontrar obras que contemplem dados, sejam estes factuais ou interpretativos acerca de tais órgãos. Este fato é um tanto curioso, tendo em vista que o primeiro órgão de propaganda a ser implementado foi o do governo fascista e que este serviu de modelo para a elaboração do alemão.

Contudo, o que sabemos ao certo sobre o órgão de propaganda italiano é que sua origem está relacionada com a reforma administrativa do período que abrange os anos de

1923 e 1924, quando o governo fascista, ao expandir os serviços da censura sobre a imprensa, instituiu um aparelho de propaganda desdobrado, por sua vez, em três seções que abrangiam a imprensa, o rádio e o cinema.

A seção correspondente a imprensa era constituída pelo gabinete governamental de imprensa, responsável pelo fornecimento de notícias, da censura e das publicações de livros, panfletos e cartazes. A Unione Radiografia Italiana era a estação de rádio do governo imbuída da produção de programas e da radiodifusão dos discursos do Duce. E a seção cinematográfica era representada pela LUCE, cuja função era a produção de cine-jornais, documentários e filmes educativos.

Em contrapartida a bibliografia existente sobre a propaganda nazista é bastante completa e acessível. Talvez pelo fato de o modelo de propaganda política alemã poder ser considerado como o mais eficiente, o de maior alcance e o que obteve o maior orçamento. Servindo como exemplo a ser seguido por outras nações, sua organização e extensão impressionavam a todos os estrangeiros que passaram pela Alemanha entre as décadas de 1930 a 1940.

O Ministério de Esclarecimento Popular e de Propaganda do Reich (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda - RMVP) foi instituído por um decreto-lei em 12 de março de 1933, e tendo sua promulgação no dia seguinte. A este ministério cabiam as seguintes finalidades: propagação de idéias para bem do estado, da cultura e da economia, e a reconstrução nacional. Fez-se notório por sua concepção de que a propaganda deveria atingir o coração das grandes massas, visando compreender seu mundo maniqueísta e representar seus sentimentos.

Originalmente, Joseph Goebbels, o ministro responsável pelo RMVP e conhecido como o propagandista mestre do regime Nazista, cuja atuação frente a este órgão se estendeu por doze anos, tinha planejado apenas cinco departamentos para este novo ministério, abarcando rádio, imprensa, cinema, teatro e educação popular. Contudo, em abril de 1933 a estrutura deste ministério foi reorganizada e mais dois novos departamentos (finanças e contabilidade e música; arte erudita e cultura popular) foram acrescentados.

Vemos em Welch (1993) a função que Hitler atribuía à propaganda, bem como a forma que a tornaria mais eficaz:

“The function of propaganda, Hitler argued, was to bring the masses attention to certain facts, processes, necessities, etc.(...) Accordingly, propaganda for the masses had to be simple, it had to concentrate on as few points as possible, which then had to be repeated many times, with emphasis on such emotional elements as love and hatred.(...)” (Welch, 1993, p. 11).

A propaganda sistematizada, valendo-se da fotografia, do rádio, do cinema e da imprensa, levaria a população inconscientemente a manter um contato direto e estreito com o regime. Sentindo-o de tal maneira que seria impossível estar livre de suas idéias.

A propaganda visava o controle da vida dos cidadãos, reforçando valores e preconceitos pré-existentes na sociedade. Tudo interessava no jogo da propaganda: mentiras e calúnias. A mentira, por exemplo, deveria ser grande pois, assim sendo,

“(...) nem passará pela cabeça das pessoas ser possível arquitetar uma tão profunda falsificação da verdade. A partir dessas considerações, os nazistas darão a propaganda um tratamento de longo alcance, do qual nem a produção artística escapará.(...)” (Lenharo, 1986, p. 48).

De acordo com Hannah Arendt (1989), a propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência. (cf. p. 401) Deste modo, o que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam inventados, mas a coerência com o sistema no qual esses fatos estão inseridos.

A instituição do Ministério de Esclarecimento Popular e de Propaganda do Reich havia despertado a curiosidade do governo provisório brasileiro, tanto que este mandaria um dos funcionários mais confiáveis para averiguá-lo. No arquivo pessoal de Gustavo Capanema, hoje pertencente ao CPDOC, encontramos uma carta de autoria de Luiz Simões Lopes², datada em vinte e dois de setembro de 1934 e endereçada ao presidente Getúlio Vargas, na qual relata sua admirável viagem feita no Zeppelin, oportunidade na qual executou a missão que lhe fora confiada pelo governo brasileiro, a saber: a coleta de informações acerca do órgão de propaganda alemão. Uma visita à sua sogra e à sua

² GC 34.09.22. Luiz Simões Lopes era engenheiro agrônomo, nascido em Pelotas em 1903. Após a vitória da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, foi nomeado oficial de gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que ocuparia até março de 1937. Foi colaborador ativo na reforma administrativa empreendida pelo governo federal, que culminou na criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Foi então nomeado presidente deste novo órgão e por lá permaneceu até a queda de Getúlio Vargas, em 1945.

cunhada, juntamente com sua senhora, Aimée, em Zurich, seria o pretexto da viagem. De Zurich, partiu para Berlim, onde pretendia passar somente dois ou três dias.

Contudo, ao coletar informações sobre tal órgão, interessou-se por sua organização e acabou permanecendo oito dias no local, compilando notas, também acerca da legislação alemã sobre trabalho. Nesse documento, nos deparamos com a fascinação e o entusiasmo que este departamento, cuja existência não passava ainda de um ano e meio, havia causado em Simões Lopes:

“O que mais me impressionou em Berlim, foi a propaganda sistemática, methodizada do governo e do sistema de governo nacional socialista. Não há em toda a Alemanha uma só pessoa que não sinta diariamente o contato do nazismo ou de Hitler, seja pela fotografia, pelo rádio, pelo cinema, através toda a imprensa alemã, pelos leaders nazis, pelas organizações do partido ou, seja no mínimo, pelo encontro, por toda a parte, dos uniformes dos S.A. (tropas de assaltos) ou S.S. (tropas de proteção pessoal de Hitler)(...). A propaganda da Alemanha é feita intensamente no estrangeiro e dentro do país. No exterior há uma parte secreta (pessoas bem informadas dizem que só na Inglaterra o ministério da propaganda já gastou mais de 10 milhões de libras) e outras partes feitas às claras que me foi explicada, e no interior são usados amplamente todos os meios conhecidos, como radio, cinema, imprensa que são totalmente controlados pelo governo. Este possui órgãos especializados, chamados câmaras (do cinema, do rádio..) (...).”(GC 34.09.22).

Toda essa fascinação e entusiasmo levaram Simões Lopes a sugerir ao presidente Getúlio Vargas a criação desse órgão no Brasil, em proporções reduzidas. Sabendo que o governo não dispunha de recursos para manter um órgão de mesmo porte que o alemão, Simões Lopes contemporiza este fato ao afirmar que não haveria necessidade de muitos dos serviços prestados por essa seção e que nem a organização política e administrativa do Estado o comportaria.

Contudo, Simões Lopes via uma possibilidade de adaptar a organização alemã à realidade brasileira, apesar de todos os possíveis tropeços que poderiam surgir. Insistia na idéia de adotar métodos modernos de administração e órgãos de ação pronta e eficaz, que culminaram em resultados positivos para os países que os experimentassem.

Admirava, ainda, o responsável por este ministério (Goebbels), que a seu ver era um grande realizador, um homem dinâmico, e supunha ser o cérebro do nacional-

socialismo. Acreditava ser, este, o criador, interpretador e realizador do que resolveu denominar *sistema*. Goebbels tinha convicção de que tudo aquilo que a propaganda massiva desencadearia em Berlim seria um sistema de governo, que teria pontos de vista próprios sobre todos os problemas do Estado.

Ao nos voltarmos para o que foi deixado pelo uso da máquina propagandística nos Estados autoritários, encontraremos uma inesgotável fonte de materiais audio-visuais, impressos (tais como livros e cartazes), obras arquitetônicas e artísticas que permitem que os historiadores lancem novos olhares sobre temáticas já estudadas e consigam extrair delas novas interpretações.

O estudo da propaganda política requer, portanto, certas análises que abarquem o imaginário sócio-político. E para entender o universo das representações política devemos tentar descobrir e compreender como os Estados encaravam seus papéis na arena internacional; como estes percebiam sua própria influência; e como mediam seu próprio prestígio.

Quando nos remetemos ao período no qual a propaganda se tornara um trunfo nas mãos dos movimentos que, insatisfeitos com a ordem vigente, propunham mudanças nas áreas política, social e econômica, talvez nos esqueçamos que a Inglaterra foi uma nação que nadou contra a maré nesse rol de Estados totalitários que usaram e abusaram do artifício da propaganda política.

Talvez a memória coletiva que restou desse período seja permeada de imagens do filme “O Triunfo da Vontade” (Riefenstahl, 1935), dos cine-jornais que captavam imagens da Segunda Guerra Mundial, do anti-semitismo e dos campos de concentração da Alemanha, enfim, de tudo que diz respeito as atrocidades desencadeadas pelo totalitarismo, nos fazendo esquecer que naqueles tempos houve uma propaganda emanada pelo Estado de cunho, digamos, não tão autoritário assim.

No caso brasileiro a propaganda política nunca se apresentou como um modelo definitivo. Passou por algumas reformas, inspirou-se em modelos estrangeiros, especialmente o alemão, adaptando-se da forma que pôde. Começou como um projeto simples, visando a publicidade governamental e o controle das informações, passando, a seguir, a utilizar os meios de comunicação em massa para difundir os ideais da nova ordem vigente.

Desde 1930 o governo provisório encabeçado por Getúlio Vargas manifestava grandes interesses pela propaganda. A primeira medida tomada neste sentido foi a criação de um órgão com planos e objetivos de controle da informação, que foi instituído a dois de julho de 1931, sob a denominação de Departamento Oficial de Propaganda (DOP).

O DOP surgiu como apêndice da Imprensa Nacional e teve em sua direção o jornalista Salles Filho. Suas principais metas eram pautadas na orientação da imprensa acerca das notícias que deveriam ser publicadas e no investimento da publicidade governamental. Contudo, a ação do DOP não visava somente o controle das informações e a publicidade. Previa, também, um direcionamento da opinião pública com vistas a legitimação do governo provisório.

O meio de comunicação privilegiado para estes fins foi o rádio, que passou a fornecer informações oficiais à imprensa, além de ter a responsabilidade da produção e edição do programa “A Hora do Brasil”. Vale mencionar que este programa, sob a tutela do DOP, tinha pouca audiência e foi apelidado pela população como “a hora do silêncio”.

Às vésperas da promulgação da Constituição de 1934 o DOP foi extinto, cedendo lugar ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que atuava junto a Imprensa Nacional. Este órgão foi, inicialmente, dirigido por Salles Filho passando, posteriormente, para o comando de Lourival Fontes.

O DPDC era dividido em três seções responsáveis pelo rádio, cinema e cultura física. Esta última não tendo chegando a ser organizada. Tendo como foco a própria propaganda do regime, ou seja, destinada a difundir para o público os imperativos do Estado moderno, e mostrando o sentido de suas realizações, visava conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos. A tarefa do DPDC deveria ser mais de experimentação, estudando a utilização do cinema e do rádio como instrumentos de difusão de idéias.

Voltando no tempo, mais especificamente, no ano de 1930, um encontro marcaria para sempre a trajetória da propaganda política no Brasil. Esse encontro, mediado por Luís Aranha seria, mais precisamente, o primeiro contato entre Getúlio Vargas e Lourival Fontes. Nessa ocasião, o presidente Getúlio Vargas teria pedido a Fontes um parecer sobre

o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural que pretendia instituir. Feito o relatório, Fontes foi convidado, em 1934, para dirigi-lo³.

Lourival Fontes era jornalista e escritor, natural de Sergipe e dirigiu a revista Hierarquia durante o período em que ela foi editada: entre agosto de 1931 e março/abril de 1932. Em visita à Itália, conheceu Benito Mussolini e era, notadamente, adepto do fascismo, tanto que passou mesmo a ser chamado de “Goebbels tupiniquim”. No artigo “*Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo*”, Lúcia Lippi Oliveira (cf. 2001, pp. 37-58) expõe que, para Carlos Lacerda, foi Fontes quem criou o mito Vargas. “(...)No DIP ele mobilizou toda a intelligentzia brasileira para escrever sobre Getúlio Vargas.(...)” (Oliveira, 2001, p. 38).

Como vemos em Bomeny:

“Convidado a dirigir o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural em 1934, Lourival Fontes passou a dedicar-se às novas atribuições do governo Vargas, cuidando de divulgar as ações do governo e da figura de seu governante. Fazer uso de propaganda utilizando imagens míticas e/ou históricas visando obter a adesão da população é experiência antiga que, no entanto, ganha relevância nos anos 1930.” (Bomeny, 2001, p. 41).

A instituição desse novo órgão, como pudemos perceber, foi fruto de uma ampla reforma administrativa, na qual Lourival Fontes pôde eximir o Ministério de Educação e Saúde, não somente da utilização do rádio e do cinema para suas divulgações, como também, da tarefa de construção de um projeto sobre a cultura física.

Este fato gerou descontentamento do recém-empossado ministro Gustavo Capanema pois este seria, juntamente com Roquette Pinto, um dos primeiros indivíduos a terem propostas concretas acerca da utilização da linguagem cinematográfica e da radiodifusão como meio de educação.

Ao adquirir certa importância, o DPDC de Fontes foi imediatamente atacado por Capanema. Depois de fazer notar que o Ministério de Educação e Saúde tinha por objetivos o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do povo brasileiro, e que os órgãos e recursos da sua pasta eram demasiado limitados, Capanema sugeriu que o Ministério deveria

³ Não sabemos ao certo porque somente em 1934 Lourival Fontes assumiu o posto de direção deste órgão de propaganda. Acreditamos que esta demora ao assumir o cargo seja explicada pelo fato de que Fontes mantinha outras atividades, conforme dito no texto acima.

transpor os limites apertados das instituições existentes buscando atingir, com sua influência cultural, todas as camadas populares.

Para que isso se operacionalizasse, Capanema elaborou o plano de um Departamento de Propaganda, organizado de modo a ser um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de um forte poder de irradiação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, a ilustração, o preparo, a orientação e a edificação da sociedade brasileira. Ao traduzirmos estas funções propostas pelo ministro da Educação, teremos o ponto de partida para a construção de uma cultura das massas.

O projeto de Lei anexado, pelo decreto nº 24.651, a essas considerações desdobrava as metas do DPDC em dois serviços independentes: o Serviço de Publicidade e Propaganda, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, e o Serviço de Difusão Cultural, diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Sob a jurisdição de Capanema ficariam a censura cinematográfica, a radiodifusão educativa e a cultura física, ou seja, todas as perdas sofridas pelo Ministério da Educação com a criação do Departamento de Propaganda de Fontes. Assim, o projeto de Capanema invertia os poderes sobre a propaganda e cultura. Se na reforma administrativa era Fontes quem lhes tirava os poderes, tinha chegado a vez de Capanema dar o troco, confiscando-lhe todas as suas conquistas.

Esse jogo de poder acerca da jurisdição das funções da propaganda política encontraria seu revés na tentativa de golpe comunista em 1935. Esse fato traria de volta às mãos de Lourival Fontes, a centralidade acerca das questões concernentes a propaganda. A Intentona Comunista, além de fornecer um empuxo ao DPDC, propiciou a circulação de idéias radicais quanto a utilização da propaganda. O centro da questão, para Fontes, era fazer da presença do Estado algo visível no cotidiano dos cidadãos urbanos.

Em 1938, o DPDC acrescido de funções, foi reorganizado, dando origem ao terceiro órgão de propaganda governamental, denominado Departamento Nacional de Propaganda, novamente sob o controle de Lourival Fontes, que passou a personalizar a propaganda. A ação do DNP abrangia a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo. Seu objetivo era difundir informações em âmbito nacional e internacional. Ainda na vigência do DNP ocorreu a principal mudança que iria caracterizar o futuro Departamento de Imprensa

e Propaganda (DIP): a publicidade veiculada, sobretudo pela imprensa escrita, passou a ocupar o lugar de primazia, antes ocupado pelo rádio.

O consenso bibliográfico sobre a concepção do DIP nos informa que este foi o resultado da soma dos órgãos de propaganda atuantes anteriormente a 1939. Como vemos Souza (1990) afirmar:

“A origem desta versão partiu de Alzira Vargas quando afirmou que o DIP e o Tribunal de Segurança Nacional foram frutos da reunião ministerial de sete de dezembro de 1935, dedicada a propor medidas de combate ao *comunismo*. Mais tarde, na biografia sobre seu pai, ela foi além desta afirmação, considerando-se parcialmente responsável pelo aparecimento do DIP. O amadrinamento de Alzira Vargas tinha como objetivo inicial a união do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais-SIPS, dirigido por Filinto Müller, com o Departamento Nacional de Propaganda de Lourival Fontes. A instituição daí nascida deveria se dedicar ao turismo. Se não o fez, não foi por culpa sua, mas sim do personalismo de alguns e da guerra, que afastou os turistas do Brasil.” (Souza, 1990, p. 230).

Assim sendo, a origem do DIP está contida na reestruturação que o DPDC sofreu no verão de 1939. Esta era a quarta renovação pela qual passava este órgão de propaganda, a qual resultou na criação de um novo órgão mais forte e poderoso.

Criado pelo decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, era diretamente subordinado ao presidente da república e tinha o objetivo de elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira. Logo, podemos afirmar que o DIP passou a ter o vértice cultural como um dos seus objetivos.

O DIP foi o órgão de propaganda governamental que conseguiu obter a proeza de permanecer mais tempo em funcionamento, sem sofrer nenhuma mudança estrutural. Existiu por aproximadamente seis anos e, somente pelo decreto lei nº 7.852, de 25 de maio de 1945, foi extinto, dando origem ao Departamento Nacional de Informações (DNI), diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A localização do DIP apresentava a uma clara contradição, porque foi instalado no Palácio Tiradentes, onde estava situada a sede desativada da Câmara dos Deputados. Revestindo-se de um forte impacto no campo simbólico, pois não deixava dúvidas a

respeito das intenções governamentais, erguia-se em uma estrutura baseada na coerção e corrupção, sobre um espaço público que, bem ou mal, pertencia a ordem democrática.

Desse modo, o Departamento de Imprensa e Propaganda deixava transparecer sua concepção totalitária de um órgão de poder destinado a abranger um grande número de atividades, podendo ser assim resumidas:

- a) centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como um serviço permanente de informações, para as instituições públicas e privadas no que diz respeito a propaganda nacional;
- b) supervisionar o turismo;
- c) censurar o teatro, cinema, atividades esportivas ou recreativas de todos os tipos, bem como as rádios, a literatura social ou política e a imprensa;
- d) estimular tanto a produção de filmes nacionais como selecionar filmes educacionais e nacionalistas para benefício do governo;
- e) coordenar e promover relações entre imprensa e poder público, para familiarizar as formas de publicação com os fatos relacionados aos interesses da nação, colaborar com a imprensa estrangeira no que se refere a publicação de informações, créditos e cultura do país;
- f) promover o inter-câmbio entre jornalistas nacionais e estrangeiros, escritores e artistas;
- g) estimular e colaborar com os intelectuais e escritores brasileiros, visando promover uma literatura e uma arte genuinamente brasileiras. (cf. Dagnino, 1985).

Marcando presença nas cidades, o DIP passou a ter voz ativa no lazer, na vida intelectual e na saúde do homem urbano. Assim, passaram ao controle ou ao incentivo do DIP as associações esportivas e recreativas, as diversões públicas, tais como circos, bilhares, bailes, congressos pagos, espetáculos de variedades, registro de artistas e a observância dos seus contratos de trabalho, a fiscalização dos teatros e peças, a concessão de prêmios literários, cinematográficos, teatrais e musicais, além das atribuições já citadas.

Passaram também ao controle do DIP o incremento de conferências sobre aspectos do regime ou da situação cultural do país, o controle das tipografias e dos gráficos, a produção de filmes, a coordenação do registro de profissionais da área da saúde (médicos, dentistas, farmacêuticos, parteiras), a fiscalização da propaganda farmacêutica, dos divulgadores de medicamentos. Enfim, o DIP se fez presente onde e como foi possível. Na década de 40, o Estado, por intermédio do DIP e ao lado do Ministério da Educação, era o maior produtor e animador cultural do país.

O DIP exerceu influencia marcante na normatização, regulamentação e direcionamento dos meios de comunicação de massa, particularmente a imprensa, além do rádio, cinema e teatro. A esse órgão coube, ainda, a responsabilidade sobre o controle do funcionamento e aplicação de sanções, cobranças de taxas e multas, concessões de isenções, prêmios e favores aos meios de comunicação.

A despeito deste numeroso elenco de atribuições creditadas ao DIP, muitas delas só puderam ser implantadas no final de 1940, quando os prepostos do DIP foram instalados nos estados. Contudo, vale lembrar que o estabelecimento dos DEIP's demoraram mais que o previsto pelo governo e encontraram dificuldades em sua atuação. Desse modo, não podemos ter a certeza de quanto destas atribuições foram executadas na prática.

Voltando às atribuições relacionadas ao estabelecimento e promoção de uma cultura nacional, vemos que “a propaganda estadonovista orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro.”(Garcia, 1982, p. 80).

Assim, a ação do DIP no quesito cultura nacional se desenvolvia em duas vertentes. Uma veiculava a arte e a cultura nacional de caráter erudito, conforme o modelo europeu. Dentro desse padrão, o departamento promovia concertos, mostras de artes plásticas, exposições e palestras, ou seja, uma produção “cultura” para o consumo das classes abastadas. A outra vertente, destinada às classes operárias, consistia no patrocínio de festas populares de cunho folclórico, festejos cívicos, excursões turísticas a sítios e lugares pitorescos, entre outras.

Segundo Silvana Goulart (1990):

“(...) a comunicação social também visava, e com a mesma intensidade, o consenso das diferentes frações das classes dominantes e suas aliadas, que divergiam do regime em

questões importantes. Era necessário garantir a coesão desses grupos, sua adesão à política do Estado ou, no mínimo, neutralizar sua possível oposição.” (Goulart, 1990, p. 45).

Entendemos que, a partir dos meios de comunicação de massa, o DIP pôde desenvolver seu principal objetivo: a consolidação de um padrão de comportamento público e privado, um modo de ser na população, no qual o produtivismo se destacava como um dos principais valores a ser incorporado. Em outras palavras, cabia ao DIP a missão de educar, formar a índole, preparar e orientar a opinião pública. Esta função ética, como vimos, se dirigia aos diversos setores da população brasileira, não só aos operários, mas também às diferentes frações das classes abastadas.

A ação do DIP somava-se à de outras instituições que também contribuíram para a reprodução da ideologia e propaganda do Estado Novo. São elas: as escolas, a Igreja, os sindicatos e órgãos de educação cívica, como a “Juventude Brasileira” e compunham, assim, uma ação social organizada.

Ainda em Goulart (1990), vemos que:

“O DIP soube construir um modelo de comunicação eficaz para o conjunto da sociedade. Elaborou linhas ideológico-doutrinárias tanto para as elites como para o público consumidor da grande imprensa. Para o primeiro grupo, o DIP apresentou e debateu conceitos, alinhavou causas e efeitos, procurando exaustivamente veicular sua visão do processo histórico. Em relação ao segundo segmento, o DIP fez da referência aos novos marcos do regime - movimento de 1930, advento do Estado Novo, Constituição de 1937 - sua tônica principal, valorizando personalidades e lideranças e colocando em pauta o cotidiano do governo, de forma a manter o público leitor a par e passo com as oligarquias palacianas.”(Goulart, 1990, p.163).

A direção do DIP ficou a cargo, primeiramente, de Lourival Fontes que já estava a frente dos assuntos relacionados à propaganda estatal desde 1934. Sua permanência nesse órgão compreendeu o período desde a fundação do DIP até o ano de 1942. Quando da época da II Guerra Mundial, o Brasil fez a opção pelos Aliados, Fontes foi obrigado a abandonar a direção desse órgão.

O segundo diretor foi o major Coelho dos Reis, que ficou menos de um ano no cargo, compreendendo o período de agosto de 1942 a julho de 1943, quando entregou-o ao

capitão Amílcar Dutra de Menezes que atuou até a extinção do departamento, em 25 de maio de 1945, pelo decreto-lei nº 7.582.

Visando atingir seus objetivos, o DIP foi aparelhado com uma Diretoria Central e mais cinco Divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa, apoiadas pelos Serviços Auxiliares, subdivididos em seis setores: Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca e Biblioteca. Cada um desses pontos do programa se desdobrava em tantas outras atividades quantas fossem necessárias para o andamento da máquina propagandística.

Conforme visto, podemos perceber que o campo de atuação pretendido pelo DIP não seria restrito apenas a capital do país mas, também, aos estados e municípios, como forma de evitar que a propaganda emanada se tornasse dispersa e/ou localizada demais.

Assim, em cada estado do país formou-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), pelo decreto-lei nº 2.557, de 4 de setembro de 1940, com o objetivo de estender a atuação do DIP aos Estados, contando com a colaboração dos governos e com as mesmas funções, obrigações e sendo subordinado ao da capital do país. Contudo, o DIP não conseguira instalar, no tempo previsto, os DEIP's e os Departamentos Municipais. Vale mencionar que até outubro de 1942, oito Estados mais o território do Acre não haviam formado seus departamentos.

No entanto, os DEIP's que foram implantados tiveram uma carreira difícil e, com exceção do estabelecido em São Paulo, onde essa idéia se desenvolveu bem, é pouco provável que tenham tido grande êxito restante do país. A demora na regionalização do DIP forçou Vargas a decretar, em novembro de 1942, o prazo limite de cento e vinte dias para a sua implantação, reservando-se meio por cento do orçamento estadual para o seu funcionamento.

Com o intuito de conhecer a abrangência das atividades as quais o DIP se propunha a executar seria conveniente obtermos conhecimento das suas cinco divisões, anteriormente citadas. Para tanto faremos, de forma resumida, uma explicitação das incumbências de cada divisão, bem como quais eram suas atividades, seu campo de atuação e o que produziam.

Primeiramente, trataremos da Divisão de Divulgação (DD), que tinha como atividade principal a elucidação da opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do

regime. Esse trabalho era desenvolvido por meio de conferências, edições de livros, cartazes e folhetos, cursos, festividades públicas, espetáculos musicais eruditos e populares e, obviamente, a censura de obras consideradas perniciosas ao regime.

A Divisão de Radiodifusão (DR) tinha como função a inspeção dos serviços de radiodifusão do país o controle da programação radiofônica e a censura das letras das canções, dos discos e das irradiações musicais. Porém, esta divisão tinha como carro-chefe da totalidade de suas atividades, a produção do programa “A Hora do Brasil”.

Esse programa era um noticiário irradiado diariamente das oito às nove horas da noite em cadeia nacional com todas as emissoras brasileiras e até mesmo para o exterior. Possuía três finalidades básicas: informativa (narração dos atos e iniciativas das autoridades), cultural (incentivava o gosto pela boa música) e cívica (valorização dos símbolos nacionais).

A Divisão de Cinema e Teatro (DCT), dirigida por Israel Souto, apesar da abrangência da sua denominação, explícita nos 16 parágrafos do decreto nº 1.949, concentrou seus trabalhos na área cinematográfica, estimulando esforços e auxiliando todas as iniciativas de criar uma cinematografia brasileira. O interesse dedicado ao cinema pela DCT envolvia censura previa dos filmes e a produção do “Cine-Jornal Brasileiro”.

A Divisão de Turismo (DT) tinha como função básica superintender e fiscalizar os serviços de turismo interno e os dirigidos ao exterior. Para o cumprimento destes escopos, esta divisão planejou alguns campos de ação. O primeiro deles foi o incentivo à construção de hotéis. Todavia, esses esforços não se traduziram em um maior fluxo de turistas para o Brasil, pois a situação mundial não era nada propícia para o turismo, devido aos acontecimentos que se desencadearam na 2ª Guerra Mundial.

Desta feita, a Divisão de Turismo se resumiu a um escritório de luxo para a recepção de visitantes do exterior. E, sem que a DT aparecesse muito, ela recepcionou Orson Welles e E. D. Sullivan Walt Disney e Douglas Fairbanks Jr., alguns deles dando, finalmente, um verdadeiro trabalho à divisão.

No que se refere à Divisão de Imprensa (DI), esta obteve um grande rol de atividades a seu encargo. Com a promulgação da Constituição de 1937, a imprensa passou a exercer uma função de caráter público tendo todas as prerrogativas, assim como todos os

deveres de um órgão destinado a servir a coletividade, a orientar a opinião e a colaborar com o governo na solução dos problemas de interesse comum.

A imprensa passou a ser considerada como um quarto poder do Estado, como podemos constatar pelo artigo de Almir Andrade (1944):

“Em todas as ocasiões, em todos os momentos graves da nossa história política, a imprensa soube cumprir o seu dever de formar opiniões, esclarecer os grandes problemas da coletividade, defender os interesses populares e colaborar, com energia e continuidade, na função administrativa.” (Andrade, 1944, p. 42).

A relação entre Estado e Imprensa era pautada na seguinte lógica: quanto mais complexas as funções que o Estado precisaria desempenhar, mais estreita deveria ser a colaboração entre a imprensa e o governo.

Destarte, à Divisão de Imprensa competia também o exercício da censura, a organização de um controle de imprensa nacional e estrangeira para fornecimento de informações aos órgãos públicos interessados e a difusão de dados e informações sobre valores gerais do Brasil. Mais além, ela não só era responsável pelo registro de todas as publicações periódicas como e, sobretudo, pela autorização de suas circulações.

Essa divisão envolvia, ainda, mais três ações complementares. A primeira delas, denominada de Serviço de Controle à Imprensa (SCI) instituída pelo decreto lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, dedicava-se ao controle dos jornais e revistas, atuando sobre o que deveria ou não ser publicado. O SCI era uma espécie de braço armado do DIP, censurando tudo aquilo que não correspondesse a uma colaboração construtiva ao regime, por parte dessas publicações.

No que se refere ao trabalho de censura já executado no país, sua rotina foi alterada com a instauração do DIP. Anteriormente, ele consistia na recepção dos vetos por parte de um humilde censor da delegacia de polícia regional que pedia mil perdões por estar entre colegas do meio. Entretanto, com a instauração do DIP, esse contato pessoal e camarada se perdeu, substituído pelos comunicados de ordem encaminhados pelo DIP, diretamente por telefone.

Havia um certo número de medidas punitivas estabelecidas pelo decreto nº 1.949 para aqueles que abordassem assuntos como: de caráter militar, que perturbassem a

harmonia nacional com nações estrangeiras, que divulgassem segredos de Estado que comprometessem a tranquilidade pública ou que fossem contrários aos interesses do país, que provocassem descrédito ou desrespeito a qualquer autoridade pública. Ademais, haviam outras instruções, cumulativas ou não, para o perfeito funcionamento interno de seus serviços.

Cabe ressaltar ainda que a censura, além de política, era ética. De acordo com a Constituição de 1937, visava-se preservar a moral e os bons costumes de acordo com a ótica cristã.

Assim, o que havia sido liberado em um dia, poderia ser proibido no dia seguinte e vice-versa, fazendo da informação uma moeda regida por leis sobre as quais nem um informante, ou transmissor e, muito menos, o receptor tinham qualquer poder.

Fazendo um balanço geral acerca da censura, podemos afirmar que ela neutralizou as dissonâncias, aparou arestas, valorizando a verdade oficial. Enquanto a imprensa operária e a pequena imprensa, francamente contestatórias, foram perseguidas e subjugadas pela repressão policial, a grande imprensa sobreviveu, equilibrando-se entre o acatamento e o desafio.

Voltando ao campo das ações complementares da Divisão de Imprensa, tínhamos, em segundo lugar, o setor normativo da imprensa, composto pelo Conselho Nacional de Imprensa, que tinha por objetivo julgar as ações cometidas por seus confrades contra a categoria jornalística, os leitores ou a nação.

E, finalmente, a terceira ação complementar dessa Divisão era a Agência Nacional que tinha como campo de atuação, basicamente, a remessa de uma massa enorme de matérias para os jornais contendo elogios sobre o regime. Era um dos setores mais importantes do DIP.

“O Estado Novo assegurava-se da mais ampla repercussão de seus atos. Através da rede de informações da Agência Nacional, da distribuição de fotografias, artigos e comentários, chegou a fornecer mais de 60% da matéria divulgada pelos jornais. Na lista de colaboradores, organizada por Lourival Fontes, figuravam os nomes mais em evidência no jornalismo e na literatura.”(Silva, 1998, p. 134-135).

Como vimos, a imprensa foi o setor que mais sofreu interferência do DIP. Veremos, a seguir, que o DIP estendia seus tentáculos sobre a imprensa, não só através da censura e da manipulação das informações a serem divulgadas, mas também a partir da incorporação e lançamento de jornais e revistas a serviço do Governo.

Sendo assim, no que se diz respeito a incorporação de órgãos públicos ou privados de comunicação pelo Estado, temos a Rádio Nacional (criada em 1936) que foi encampada em 1940. Tiveram igual destino os jornais *A Manhã*, do Rio de Janeiro, encampado em 1941 e *A Noite*, de São Paulo, em 1942. Em março de 1940, o jornal *O Estado de São Paulo* sofreu intervenção, teve sua diretoria destituída e passou para a órbita do Governo, sob a chefia de Abner Mourão. Com a finalidade de centralizar esses órgãos da imprensa estatal, foram criadas as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Com relação ao lançamento de jornais e revistas a serviço do Estado surgiram, na década de 1940, algumas publicações especializadas, visando exaltar e difundir escritores favoráveis ao regime. Assim, em 1941, o jornal *A Manhã*, então sob a direção do poeta Cassiano Ricardo, inaugurou seu suplemento *Autores e Livros*, dirigido por Múcio Leão. Em São Paulo foi fundada a revista *Planalto*, sob responsabilidade de Orígenes Lessa e, no Rio de Janeiro apareceu *Cultura Política*, entregue aos cuidados de Almir de Andrade. Vale ressaltar que todas essas publicações eram subordinadas ao onipresente DIP.

A revista *Cultura Política* exprimia o pensamento do regime e divulgava o projeto político-ideológico do Estado Novo. Ela se dirigia a uma parcela restrita da opinião pública, familiarizada com um universo de conhecimento acadêmico, científico e filosófico, fazendo referências constantes a autores e correntes de pensamento européias e norte-americanas. Como porta-voz do DIP, revista *Cultura Política* explicitou, de forma mais completa, aspectos do arcabouço político-ideológico do Estado Novo.

Desta maneira, o DIP pôde coibir e centralizar os meios de comunicação de massa, passando estes indiretamente à tutela do Estado e os obrigando a veicular um discurso proveniente do interior do próprio aparelho estatal.

O DIP produziu e divulgou o discurso destinado a construir uma certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-as com o país e a população. Nesse sentido, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio

com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cine-jornais e documentários cinematográficos que elegiam o Brasil como tema principal.

No entanto, a despeito de toda essa produção, o DIP sempre conviveu com sérios problemas concernentes a captação de verbas. Os limites enfrentados pelo DIP em seu orçamento eram transparecidos pela falta de suportes técnicos em áreas essenciais, como por exemplo, no retardamento na obtenção de um laboratório próprio para a produção do Cine-Jornal Brasileiro.

Contudo, o DIP nunca escondeu que recebia verbas de outros ministérios e autarquias o que, aliás, se coadunava com o princípio da centralização da divulgação governamental (como avisos e comunicados), tanto que os seus três maiores contribuintes eram o Banco do Brasil, o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Ao longo de sua existência e conforme o campo de atuação do DIP, suas divisões sofreram consideráveis reformulações e acréscimos de funções, sendo alvos de retificações por parte de membros de grande influência no governo. O caso mais delicado enfrentado por Fontes em sua ânsia centralizadora, foi com o Ministério da Educação. As divergências entre estas duas áreas da administração, como vimos anteriormente, precediam a instauração do DIP. Capanema foi o ministro que mais criticou o DIP, e na maioria destas críticas foi extremamente injusto quanto ao trabalho de Fontes, tendo como melhor exemplo disto as críticas que dirigiu ao Cine-Jornal Brasileiro.

Por conta disso, as diferenças entre Capanema e Fontes se estenderam. Um outro embate ocorreu com o Conselho Nacional de Cultura (CNC), instituição que deveria atuar dentro do DIP, destinando-se a promover a defesa do pensamento brasileiro e a coordenação deste em função de unidade nacional.

O CNC aparecia como um organismo similar ao próprio DIP. Assim, a duplicação de propósitos aponta para a idéia de que a extensão de atribuições ao DIP desagradara alguns intelectuais, por invadir áreas que deveriam, a seu ver, permanecer fora do alcance desse órgão, como as atividades editoriais, por exemplo.

Afinal de contas, o Departamento dirigido por Fontes era um organismo de propaganda e não de cultura tanto que, ao contrário do Ministério da Propaganda nazista que centralizava a política cultural da Alemanha, o DIP não ocupava todos os espaços da

atividade intelectual brasileira. A presença de Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública estabeleceu uma dualidade de orientação cultural.

Alguns ministérios estavam longe de prestar qualquer contribuição amigável ao DIP. O da Agricultura, em momento algum, abriu mão do seu Serviço de Informação Agrícola (SIA) que, dentro da nova estrutura, deveria passar ao controle do DIP. Um dos setores deste serviço era o da Divulgação Cinematográfica e sua criação datava de 1932.

Durante seu período de funcionamento, o serviço de Divulgação Cinematográfica esteve em crescimento constante. A importância deste dentro do quadro do Cinema Brasileiro fez com que, na década de 1930, a produção do SIA tivesse uma veiculação comercial por meio da Distribuidora de Filmes Brasileiros (DFB), se firmando como uma das maiores produtoras de filmes, tanto em termos de metragem linear como de títulos.

Cine-Jornal Brasileiro

O ano de 1886 pode ser considerado como *annus mirabilis* na história política dos meios de comunicação, pois quando surgira a circulação em massa dos jornais e a transmissão de informações através da telegrafia o cinema, enquanto arte experimental, continuava a se aperfeiçoar. Enquanto outros meios de comunicação necessitaram de outros tantos anos para serem empregados como instrumento de propaganda do Estado, o cinema já estava em sua mira.

No decorrer do século vinte, o cinema não cessou em desenvolver tecnologias, de tal modo que passou a ser considerado o mais poderoso meio de comunicação. O cinema era tido como detentor de uma incalculável força de esclarecimento e de persuasão. Poderia instruir sobre tudo, assuntos de ciência e de arte, acontecimentos sociais e aspectos geográficos.

Exercia ainda, com sua expressão dramática, sua capacidade de fazer rir e de comover, com seus numerosos e variados elementos sugestivos, uma poderosa influência sobre a formação moral da sociedade. Desse modo, a proeminência do cinema se tornaria cada vez mais considerável pois, tendo em vista a facilidade de sua propagação e a abundância de seus recursos enquanto entretenimento, era procurado e freqüentado por todas as camadas sociais.

A história do cine-jornal, por sua vez, nos remete à Inglaterra, mais precisamente, ao período que compreende os anos de 1914 a 1918, momento no qual este gênero cinematográfico tinha se transformado em correspondente de guerra. A realidade visual diretamente captada das trincheiras da Primeira Guerra Mundial tornou-se, então, o diferencial do cine-jornal em relação aos demais meios de comunicação. Destarte, os cine-jornais ingleses, narrando os episódios de luta, tornaram-se um verdadeiro sucesso de público. Este gênero cinematográfico não era mais considerado um simples *short* e muitos dos que desprezavam o cinema passaram a interessar-se por ele, graças a este gênero.

Findado o primeiro conflito mundial os cine-jornais, destinados a informação da tradição jornalística anglo-americana, passaram a ocupar a programação das salas de cinemas. No entanto, perderam seu lugar de destaque junto a arrecadação nas bilheterias.

Somente com a Segunda Guerra Mundial, voltaria a ocupar espaço de proeminência. Seguindo esta lógica, poderíamos inferir que o cine-jornal, enquanto *short* cinematográfico, seria um gênero dependente dos conflitos.

Contudo, ao olharmos para os países de tendência totalitária, vemos uma abordagem distinta na produção de cine-jornais, a saber, os de propaganda política, propriamente dita. Podemos observar que o desenvolvimento de técnicas e a intensa utilização deles enquanto forma de divulgação de ideais os aprimorou e os fez tomar um formato padrão nos territórios alemão, italiano e russo. Quando os regimes autoritários que mais valorizaram esse gênero cinematográfico foram arruinados, o cine-jornal nunca mais alcançou o patamar no qual antes se instalara, com exceção à União Soviética, que foi o único país a dar continuidade a produção de cine-jornais.

Pouco tempo depois que o regime soviético foi estabilizado em Petrogrado, tentaram fazer uso do cinema como meio de informação política. Desta maneira, os primeiros filmes produzidos na Rússia, depois da revolução de Outubro de 1917, foram os cine-jornais. O primeiro cine-jornal produzido na União Soviética foi “Kinonedelya” (Koltsov & Vertov, 1919). Foi feito e realizado pelo Comitê Cinematográfico do Novo Departamento de Moscou entre os anos de 1918 a 1919. “Kinonedelya” foi, primeiramente, supervisionado pelo jornalista Mikhail Koltsov e, depois, pelo diretor Dziga Vertov⁴.

Durante esse mesmo período foram produzidos, aproximadamente, quarenta e três cine-jornais. Estes *shorts* captaram os vestígios que mais definitivamente dominavam a cena social soviética, tais como as demonstrações revolucionárias e paradas, o retrato das figuras políticas e a emergência de um novo modo de vida.

Os cine-jornais soviéticos eram constantemente atualizados e sua forte conexão com os problemas do cotidiano, o retrato das mudanças sociais e políticas. Tal retrato determinou o importante lugar ocupado pelos cine-jornais na história cultural dessa nação. Spring (1982) nos mostra, em uma conversa entre Lênin e Lunacharsky datada de 1922, como este gênero cinematográfico era considerado imprescindível para as autoridades:

⁴ Dziga Vertov (1895-1954) cineasta, nascido em Bialystok, foi um dos pioneiros do cinema documentário, e também o criador do Kinoglaz, o cinema-olho, e do Kino-pravda, o cinema verdade. No entanto, Vertov ficou conhecido por sua filmografia voltada para as fitas de propaganda do governo russo.

“(...) ‘If you have a good newsreel, serious and illuminating photos’, Lenin had told to Lunacharsky, ‘then it is of no importance if in order to attract the public, you also show some useless film of a more or less popular type’.(...)” (Spring, 1982, p. 271).

Mais adiante, esse autor nos mostra que com a entrada da União Soviética na Segunda Guerra, os cine-jornais, seguindo a tendência mundial, passaram a fazer parte da importante produção publicitária do regime, sobretudo no que se refere a propaganda contra os nazistas.

“(...) Soviet newsreel film forms an important part of the production of the various Soviet publicity media during the Soviet-German war, the co-ordinated aim of which was to mobilize the Soviet people and their resources most effectively to the war effort for the defeat of Nazi Germany.(...)” (Spring, 1982, p. 270).

No caso da Alemanha, os filmes de propaganda atingiram seu ápice, seja em produção, em orçamento ou em técnicas utilizadas. Filmes como o “Triunfo da Vontade”, de 1935, sobre a assembléia do partido nazista em Nuremberg, e o das Olimpíadas de 1938, que somam quatro horas de gravação dos jogos olímpicos realizados em Berlim, ambos dirigidos por Leni Riefenstahl, distinguiram-se dos produzidos pelos outros regimes.

Devemos levar em consideração que todo o êxito das produções cinematográficas alemãs decorreram da instalação, em 14 de julho de 1933, do Reichfilmkammer (RFK), órgão que permitiu ao Ministério de Propaganda exercer controle total sobre os diretores e a indústria cinematográfica. Entretanto, ao contrário do que possa aparentar, David Welch (1983), ao analisar a totalidade dos tipos de filmes produzidos durante o Terceiro Reich, constatou que apenas um sexto deles eram declaradamente sobre propaganda.

O regime fascista de Mussolini sempre deixou bem clara qual era a sua postura em relação ao cinema. Mussolini chegou a declarar que o cinema constituía na arma mais poderosa do regime. Desse modo, no começo da década de 1920, um centro de produção de documentários, o Instituto LUCE (L’Unione Cinematográfica Educativa) foi fundado visando congregar todas as atividades cinematográficas. A responsabilidade da LUCE, portanto, seria a de produzir filmes comerciais, de propaganda (aqui incluímos o cine-jornal), educativos e culturais.

A Segunda Guerra foi coberta do começo ao fim. Vários países, tais como Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Itália e Inglaterra, enviaram seus cinegrafistas objetivando captar imagens do conflito. No entanto, os Estados Unidos foi o país que mais angariou esforços materiais e humanos para esta finalidade.

Em 1941 os Estados Unidos estavam tão despreparados para filmar a guerra quanto para lutá-la. Porém, no final de 1942, essa nação estava treinando oficialmente cinegrafistas de guerra no estúdio de Hal Roach em Culver City. Muitos dos cinegrafistas eram fotógrafos na vida civil. Nos intermináveis bombardeios na Europa, os cinegrafistas tinham como função trabalhar na localização de bombas, registrando os danos para os analistas da inteligência norte-americana. Os cinegrafistas tinham em suas mãos a câmera que se tornou uma arma mais potente que o fuzil, arma essa cujo impacto é ainda mais forte nos tempos atuais, momento este no qual a memória se transforma em História.

Assim como os governos alemão, italiano e russo, a importância atribuída ao cinema dentro do Estado Novo pode ser explicada pelo fato de que, já em 1930, o governo provisório parecia ter uma noção bastante clara acerca da função do cinema como instrumento pedagógico de ação formativa em seu projeto de integração nacional e desenvolvimento industrial.

Essa política de utilização do cinema como veículo de instrução, vinha ainda ao encontro das reivindicações dos cineastas que batalharam para fazer do Estado o grande mecenas do cinema brasileiro, demandando que ele desempenhasse um papel ativo e protetor dessa atividade cultural para fazer frente ao cinema norte-americano.

Atendendo em parte aos apelos desses cineastas, o governo decretou, em 1932, a lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais. Tal ato fez com que Getúlio Vargas fosse considerado “o pai do cinema brasileiro”. Todavia, o investimento do Estado na área cinematográfica se restringiria apenas à produção de cine-jornais voltados à propaganda, com vistas em obter o consenso da sociedade em torno do regime. Desta maneira, o cine-jornal se apresentava como sendo o veículo de difusão mais eficiente para atingir este objetivo. É o que nos aponta Sousa (1990) em seu livro “A ação e o imaginário de uma ditadura”:

“Antes de novembro de 1937, em diversas ocasiões, Vargas e Fontes expressaram a vontade de ter o cinema a serviço do Estado. Mas, como se queixava Franklin Araújo, Chefe da

Seção de Cinema do DPDC, a feitura de fitas por este departamento foi sempre dificultada no regime parlamentar, pelo corte sistemático que o Congresso todos os anos operava na verba destinada a esta repartição. (...)” (Sousa, 1990, p. 332).

Com a instauração do Estado Novo e a conseqüente destituição do parlamento, que representava um dos principais entraves para a realização do Cine-Jornal Brasileiro, o projeto de sua criação veio a se concretizar em outubro de 1938. Sua exibição era obrigatória e antecedia a programação normal dos cinemas. Mas somente em 1939, a partir do decreto-lei que criava o DIP, esse cine-jornal institucionalizava-se.

A propaganda política visando o consenso perante toda a sociedade, através da imagem em movimento, era a finalidade do CJB, cujas imagens abrangem o período que vai de outubro de 1938 a setembro de 1946, quando foi substituído pelo Cine-Jornal Informativo da Agência Nacional. Como podemos perceber, o CJB ultrapassou o período de duração do Estado Novo. Segundo José Inácio de Melo (1990), foram filmados mais de 146.184 metros lineares de películas, dos quais a Cinemateca Brasileira restaurou 91.495 metros, que representam quatrocentos e catorze cinejornais.

Com relação à produção quantitativa do CJB, temos informações apenas a partir do ano de 1940, quando foram produzidos cento e cinco cine-jornais, com trezentos e oitenta e quatro reportagens. Em 1941 foram produzidos sessenta e nove. Em 1943, sessenta cine-jornais e até outubro de 1944 o total deles acumulava quatrocentos e vinte e nove.

Vale mencionar que alguns dos filmes do CJB eram exportados conforme a linha de divulgação estabelecida entre a Divisão de Cinema e Teatro e o Uruguai, Argentina e Paraguai. O esforço conduzido pelo Itamarati de aproximação com os países do Cone Sul foi formidável, haja vista a série de visitas presidenciais realizadas pelas diversas nações entre si, além da troca de missões culturais, militares e econômicas. O CJB dedicou um bom espaço para mostrar a cordialidade das relações sul-americanas.

Conforme explicitado no capítulo anterior, no início do ano de 1940, o DIP ainda não dispunha de meios práticos para realizar a produção do CJB. Com a falta de um laboratório próprio, a Cinédia de Ademar Gonzaga foi encarregada de fazê-la. No entanto, quando a Divisão de Cinema e Teatro conseguiu ampliar sua estrutura e ter disponível os

meios necessários para a confecção de filmes em geral, pôde escusar os serviços prestados pela Cinédia até então.

No que se refere à coordenação do CJB, este teve a sua frente o técnico Jaime de Andrade Pinheiro, um dos proprietários da Pan-Filme do Brasil, que orientou e dirigiu esse cine-jornal nos dois primeiros anos de sua existência. Uma segunda fase se instituiu com a presença de Henrique Pongetti, funcionário de carreira do departamento desde 1936 que, por volta dos anos de 1940 a 1942, deu uma nova feição ao CJB graças aos documentários que organizou ao lado da produção normal dos atos oficiais.

A força persuasiva desses documentários residia na credibilidade assegurada pela imagem, vista como perfeito testemunho de veracidade. Mas, na realidade, ocorria uma seleção das imagens, que recebiam tratamento especial na montagem. E com a entrada de Henrique Pongetti e com os gastos desmedidos do Estado, o CJB ganhou um novo padrão de excelência técnica que os demais cine-jornais brasileiros deveriam acompanhar.

Isso implicava, por sua vez, que a ação combinada do governo na proteção de sua produção cinematográfica, na vigilância da obrigatoriedade de exibição e no estabelecimento de um patamar de qualidade desarmava, na medida do possível, os espíritos críticos. Assim, a ação ideológica da propaganda política do Estado Novo no campo da imagem pôde circular sem medo.

O âmbito de exibição do CJB era extensivo, atingindo todas as salas de cinema do país, como anunciava a revista Cultura Política. Este fato consistia em um evidente exagero pois, segundo José Inácio de Melo Sousa (1990), a Distribuidora de Filmes Brasileiros, a maior distribuidora brasileira do período, conseguia expor seus filmes de curta-metragem em oitocentos dos novecentos cinemas que exibiam tal gênero cinematográfico no Brasil.

Sabemos que o CJB era lançado em boas salas como os Metrôs do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o cinema Brasil, de Belo Horizonte percorrendo, depois, o circuito secundário das salas restantes. Contudo, a propaganda emanada pelo CJB e projetada nas telas de cinemas era atrasada e descoordenada. Assim, imaginamos que os assuntos do CJB deveriam ser velhos, gastos e desinteressantes ao apresentar para o espectador fora de um ou outro grande centro urbano, uma propaganda que já tinha perdido o impacto.

“(…) O atraso na exibição dos cine-jornais fora do Rio de Janeiro chegava a um mês nos primeiros anos, porém esta defasagem foi aumentando conforme o sistema de distribuição

foi sendo alterado em favor de uma ou outra distribuidora. Por volta de 1942-1944, esta decalagem estava por volta de seis meses nas cidades de Salvador e Porto Alegre, sendo que nesta última cidade, o volume de cine-jornais decresceu continuamente. Em 1945, fora do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, as três praças principais para o CJB, somente os filmes contendo matérias da FEB na Europa tinham exibição garantida.” (Sousa, 1990, p. 338-339).

Desta maneira, a sistemática aplicada pelo DIP no que diz respeito à exibição do CJB fez com que esse órgão de propaganda nunca tivesse domínio sobre o que acontecia com o cine-jornal após a entrega dos filmes a qualquer uma das distribuidoras com as quais o DIP trabalhou. Desligado dos resultados de sua propaganda, o DIP nunca teve um completo controle nem sobre os rendimentos ideológicos, nem sobre os monetários proporcionados pela circulação do CJB.

Todavia, deve-se levar em conta que o CJB nunca obteve o destaque e a proeminência devida como propaganda oficial do Estado Novo. O fator principal para que isso ocorresse deveu-se ao fato de que o CJB tinha que lutar pelo espaço também disputado pelos outros cine-jornais nacionais, tais como o “Atualidades Atlântida”, “Atualidades Cineac”, “Cinelândia Jornal”, “DEIP-Jornal de São Paulo”, “O Repórter em Marcha”, “Filme Jornal”, “Notícias da Semana”, “Reportagem Cinédia” e “Repórter da Tela”, citando alguns exemplos, posto que os estrangeiros tinham seu lugar garantido.

Devemos ter em conta que os cine-jornais estrangeiros eram alocados juntamente com o longa-metragem, sendo que este último teria o objetivo de proporcionar lucro e não o cine-jornal em si. Desta maneira, durante a década de 40 foram distribuídos no Brasil o “Auslandstonwoche-UFA”, “British Olympic News”, “Fox Movietone News”, “Metrolon News” depois “News of the Day”, “Paramount News”, “Pathé News”, “Universal News”, e o “Jornal da LUCE”. Findada a guerra chegou o “Actualités Française”

“(…) Os títulos de jornal em circulação eram em números exagerado para a exigüidade do mercado brasileiro. Conseqüentemente, a oferta abundante só podia desembocar no aviltamento do preço que, por sua vez, favorecia as cavações como forma de cobertura antecipada dos custos de produção, num círculo vicioso e interminável.” (Sousa, 1990, p. 339).

A intensidade da produção do CJB chegou a gerar protestos dos produtores que atuavam no setor privado e que se sentiam prejudicados com as atividades do novo órgão

estatal que se acrescentava ao Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e ao Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) do Ministério da Educação. Logo, podemos perceber que depois da criação do CJB foi estabelecida uma concorrência bastante acirrada entre o Estado e as empresas cinematográficas do setor privado na produção de curtas-metragens.

Nesta concorrência existiam dois empecilhos para o setor privado: primeiramente, os exibidores preferiam cumprir a lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais com a produção cinematográfica do governo; em segundo lugar, os cine-jornais estatais, que eram subvencionados pelo próprio governo, não contavam com os recursos de bilheteria, enquanto os estúdios privados tinham, no aluguel dos seus filmes de curta-metragem, sua forma de sustentação.

Empecilhos maiores à comercialização ocorreram nos anos 40 quando o DIP, depois de ter vários números do seu CJB distribuídos por empresas privadas como a Cinédia e a DFB, incentivou a criação de uma distribuidora nacional, a Cooperativa Cinematográfica Brasileira, que iniciou suas atividades no final de 1942, medida que gerou atritos com a DFB, pois esta chegou a acusar Israel Souto de proibir a exibição de seus filmes.

“Várias companhias produtoras fecham suas portas a partir do final dos anos 1930, devido ao chamado ‘boycott dos trusts’ e à concorrência do Estado. Este, apesar das sucessivas concessões legais e da abertura de um espaço no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, depois, no DIP para a discussão dos problemas do meio, em matéria de cinema praticava o contrário do que pregava. Embora agisse como instancia protetora do cinema nacional, o Estado não se impedia de entrar, ele próprio, no mercado para se tornar um forte concorrente, desalojando principalmente as pequenas empresas voltadas para o cinejornalismo e o complemento. (...) Os próprios filmes do INCE e os do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura, entravam na reserva de mercado, numa concorrência desleal para com o produtor privado.” (Souza, 2001, p. 174-175).

A falta de destaque do CJB frente à variada gama de publicidade do Estado Novo se deu pela própria distribuição do cine-jornal, conforme fora explicitado anteriormente. Era limitada aos grandes centros urbanos, em detrimento dos locais mais distantes. Desta

forma, somente a população freqüentadora dos cinemas das grandes capitais puderam ter acesso ao CJB.

Além do mais, a memória da propaganda política brasileira destes tempos sempre deu maior relevo às diversas cartilhas elaboradas pelo DIP destinadas às crianças, jovens e trabalhadores, aos livros, revistas, folhetos, cartazes, aos programas de rádio com noticiários e números musicais e às radio-novelas. E até mesmo no quesito da linguagem audio-visual, a bibliografia existente sobre o período sempre deu destaque exclusivamente ao INCE em detrimento do CJB e do SIA, bastando apenas contar o número de trabalhos dedicados ao primeiro em relação aos dois últimos.

Deste modo, o CJB foi deixado de lado nas grandes obras de análise do Estado Novo. Somente no início do século XXI o CJB foi redescoberto como fonte que, em sua essência registrou, assim como todos os periódicos da época, todas as facetas desse regime. Apesar da falta de proeminência deste frente à memória da primeira Era Vargas, vale mencionar que os cine-jornais estatais foram, durante muito tempo, a única fonte de informação acessível para milhões de espectadores – tanto para os analfabetos quanto para os pouco afeitos à palavra impressa.

O CJB traduzia em imagens a crônica da política nacional. A imagem de Getúlio Vargas e de ministros, inaugurações de obras públicas, cerimônias oficiais, manobras e desfiles militares, exposições e concursos artísticos, cenas do Carnaval carioca, desfiles de moda, entre outras. Suas edições sucessivas abordavam temas como a vida econômica nacional, as cidades brasileiras, a indústria nacional, as diversas modalidades de esportes, as romarias e festas populares, aniversário de pessoas vivas ou mortas, instituições, batalhas, centenários, datas cívicas ou militares.

O ator principal desses filmes era, sem sombra de dúvida, Getúlio Vargas. O presidente da República foi filmado inaugurando obras, serviços públicos, excursionando por vários estados, visitando estabelecimentos militares, institutos, escolas, tribunais e discursando em datas comemorativas.

O presidente Getúlio Vargas estrelou em várias edições do CJB a pretensa integração do território nacional, a partir de suas viagens a todas as regiões. Nessas visitas havia uma padronização de rituais: inaugurações de obras que atestavam o progresso da

administração, homenagens ao ilustre visitante e a averiguação pessoal deste acerca das necessidades, o que aparentava a falsa proximidade das autoridades com a população.

Tais imagens, depois de editadas, compunham os CJB's e, muitas vezes, um desses cine-jornais continham cenas do presidente em mais de um local, como se ele pudesse conhecer a situação de todos, em todo o país, e se justificar afirmando que suas decisões correspondiam às reais necessidades da nação.

E vale destacar que se houve uma primeira vez em que o país se reuniu através da imagem, de forma contínua, essa vez foi com o CJB. Desta feita, a integração do território nacional por meio das diversas reportagens cinematográficas do CJB retratavam a economia e a vida social dos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e o Sudeste do país.

O empenho do Estado Novo em mostrar o progresso do país a partir das diversas obras de urbanização foi bem destacado pelo CJB. As reportagens relacionadas às obras públicas são dispersas de modo a abranger vários números do CJB. Desta maneira, foram focalizados os problemas das cheias na cidade de Juíz de Fora, as obras rodoviárias, como a construção da Estrada Getúlio Vargas entre Barra Mansa e a rodovia Rio-São Paulo, os melhoramentos urbanos, tais como a duplicação e alargamento, na cidade do Rio de Janeiro, do túnel do Leme, a construção da avenida Presidente Getúlio Vargas e a restauração de antigos templos e pontos recreativos nas florestas da Tijuca.

Contudo, vale ressaltar que dentre todas essas obras públicas, a coqueluche do CJB, ou seja, a que ganharia maior destaque e, conseqüentemente, ocuparia um maior número de reportagens, foi a Estrada de Ferro Central do Brasil. As crônicas dedicadas a esta estrada de ferro abrangiam desde reformas e melhoramentos até a celebração da data de sua fundação.

O CJB reservou, também, espaço para a inserção de reportagens dedicadas a homenagens a personalidades de renome e importância na vida da sociedade brasileira. Desse modo, reverenciou-se a memória do Barão do Rio Branco, o educador Alfredo Gomes, o empresário Henrique Lages, o jubileu do cientista Vital Brasil, o centenário de nascimento de Barbosa Rodrigues, bem como a cobertura do funeral do embaixador Afrânio de Melo Franco no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos esportes, tema praticamente inexplorado na imprensa, pode-se dizer que obtiveram um pequeno espaço no CJB. Assim, as crônicas cinematográficas abrangeram categorias como a esgrima, o turfe, a natação, as provas de automobilismo, o hipismo, o remo, e o futebol. Contudo, a nenhuma destas modalidades foi reservada um espaço significativo dentro do CJB tanto quanto ao turfe que, curiosamente era o esporte preferido do presidente.

As artes plásticas foram retratadas com relativo destaque nas edições do CJB. As reportagens sobre esse tópico referem-se, basicamente, ao registro das diversas exposições patrocinadas pelo Estado e a vida de artistas renomados tais como Candido Portinari, Rodolfo Amoedo, Georges Wambach e José Pancetti, tendo este último recebido maior destaque dentre esses artistas, possivelmente por ter sido militar.

A afirmação anterior pode parecer um tanto estranha posto que artistas como Portinari e Villa-Lobos, que se empenharam notoriamente em uma aliança entre a cultura e o Estado Novo, não receberam o mesmo destaque que Pancetti. Villa-Lobos, por exemplo, teve uma curta aparição na posse do Conselho da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) (CJB V.2 N°115) e suas imagens subtraídas das edições do CJB relativos à cerimônia da Hora da Independência. Cândido Portinari, por sua vez, totalizou seis aparições não muito positivas nos CJB's por nós pesquisados.

A edição do CJB intitulada “O Estadista e o pintor”(CJB V.2 N°105), na qual Portinari fez uma visita ao presidente Getúlio Vargas em Petrópolis, pode ser considerada o melhor exemplo das inserções não muito positivas do artista. No encontro, Vargas permanece com o chapéu enquanto Portinari se descobre. Em uma cena de caminhada pela cidade, a câmera do DIP focaliza Portinari se esforçando para acompanhar o grupo, lutando contra sua deficiência física.

O CJB, além de informar ao público sobre os diversos acontecimentos, seu principal objetivo, também retratava a relação dos diferentes segmentos sociais, tais como as Forças Armadas e a Igreja Católica, com a esfera do poder. Assim sendo, nos deteremos na abordagem que o CJB estabelecia entre estes.

De acordo com José Inácio de Melo Sousa (1990) em “A ação e o imaginário de uma ditadura”, através do CJB o Estado Novo pôde organizar a divisão entre os poderes

que o estruturava, de forma que o presidente Getúlio Vargas e seus fiadores, bem como as Forças Armadas, eram os assuntos constantes e de destaque:

“Uma contradição curiosa que o Estado Novo empreende de usinagem do mito político da Unidade, desfazendo-o, ao mesmo tempo pelo anúncio da divisão do poder entre uma parte civil e outra militar. Dois temas, por exemplo, dominam os assuntos do CJB: as Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica e as forças auxiliares: Forças Públicas Estaduais e Corpo de Bombeiros) e Getúlio Vargas.” (Sousa, 1990, p. 311).

E podemos afirmar que depois do presidente Getúlio Vargas, a segunda figura de maior destaque no CJB era, sem sombras de dúvidas, o general Eurico Gaspar Dutra. No conjunto dos assuntos do CJB o Exército, a Aeronáutica e a Marinha perfazem uma enorme quantidade de reportagens que abrangem desde a formatura dos aspirantes, suas instalações, melhorias das bases, chegando-se mesmo a produzir edições inteiras sobre a preparação do soldado.

Assim, era comum que se produzissem cine-jornais nos quais as Forças Armadas ofereciam ao presidente Getúlio Vargas um jantar de confraternização. Este fazia um discurso exaltando a fidelidade e a abnegação dessas corporações que era imprescindíveis à sustentação do regime. E com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial mais protuberância ganharam essas corporações. Seja a partir das filmagens de manobras de submarinos ou das filmagens do treinamento dos soldados.

“(…) A representação desta busca é dada pelas imagens da presença das Forças Armadas em todo o território, freqüentemente combinadas com a presença de Vargas. Enquanto aquelas exibiam a manutenção, segurança e tranqüilidade da posse territorial, Vargas faria da sua presença física, atenciosa e solucionadora, um signo para os habitantes das regiões mais distantes do país de que finalmente o corpo da nação era um só. (…)” (Sousa, 1990, p. 312).

No entanto, o mesmo não acontecia, por exemplo, com a Igreja Católica, uma outra aliada do Estado. O espaço concedido a esta nos assuntos do CJB é praticamente irrelevante limitando-se, em sua grande maioria, aos registros de festividades e tradições religiosas, exclusivamente da capital federal, como a Concentração Mariana, a Procissão de São Sebastião e a Festa da Penha.

À exceção à maioria das reportagens anteriormente citadas temos, em um número do CJB um registro, possivelmente o mais significativo referente à relação entre Estado Novo e Igreja Católica, que diz respeito às imagens captadas em estúdio, onde era produzido o programa radiofônico “A Hora do Brasil”, no qual o cardeal Dom Sebastião Leme teceu algumas considerações sobre o cinqüentenário da encíclica *Rerum Novarum*.

Quanto aos inimigos do Estado, a propaganda política contra os comunistas tem expressão modestíssima dentro do CJB. O combate ao comunismo ou ao integralismo ou ainda aos extremismos, na linguagem do cine-jornal, confunde-se com a luta contra os malfeitores em geral. Todavia, estes últimos eram mostrados como passíveis de regeneração dentro do sistema penitenciário, ao contrário dos comunistas, vistos como uma moléstia terrível e contagiosa que poderia atingir a sociedade.

Deste modo, o comunismo somente apareceria nos assuntos do CJB quando relacionado às solenidades da Intentona ou através de uma eventual prisão de algum militante desse partido, tendo como exemplo máximo, a prisão de Francisco Natividade Lira, também conhecido como Cabeção, assassino confesso da jovem Elza Fernandes de dezessete anos. Nas imagens deste cine-jornal podemos perceber que a enorme multidão presente no aeroporto refletia a curiosidade da população carioca por este novo astro do crime. O recado do CJB é claro: fim de carreira para mais um astro do crime/comunismo.

As solenidades da Intentona Comunista raramente incluíam a palavra comunista. Dos seis assuntos do CJB em que é abordada, somente na de 1940 há uma referência completa da Intentona enquanto Comunista. As comemorações dessa data eram constituídas em homenagens aos militares mortos em defesa das instituições e das tradições brasileiras. A síntese dos discursos das solenidades da Intentona se concentraram em palavras de defesa das instituições.

Embora comemoração obrigatória dentro do calendário oficial das solenidades do Estado Novo, nem todos os 27 de Novembro captados pelo CJB eram iguais. De qualquer modo, era uma solenidade que não atraía muito o interesse dos cinegrafistas (em geral esse tipo de assunto é desenvolvido em uma média de vinte planos curtos). Seu cenário exclusivo é o cemitério de São João Batista e possuía, como ponto central, as orações fúnebres de civis e militares. No seu conjunto, era uma solenidade militar, na qual o civil é um mero convidado.

No que se refere à aparição das classes sociais: burguesia, classes médias e trabalhadores, vemos que há diferenças referentes à divulgação de notícias e que elas não têm a mesma presença no CJB. A burguesia se fará presente somente enquanto trabalho anônimo, isto é, através das imagens de indústrias privadas. Desta forma, a aparição da burguesia industrial no CJB será episódica, em geral ligada a aspectos comemorativos.

As reportagens sobre esse setor eram de cunho ilustrativo, valorizando a produção nacional e a exportação dos produtos para a América Latina. Deste modo, tais reportagens consistiam na exibição do funcionamento de uma fábrica de seda artificial em São Paulo ou de uma indústria de brinquedos, citando alguns exemplos. Vale mencionar que o CJB dedicou mais espaço à indústria que à agricultura, diferentemente do enfoque da imprensa. Contudo, ao analisarmos a totalidade dos CJB's percebemos que esses assuntos possuíam algo em comum: a quantidade e a frequência de reportagens cinematográficas que obtiveram eram insignificantes.

Quanto aos estratos médios da população urbana, isto é, médicos, jornalistas, funcionários públicos, comerciantes, bancários, intelectuais e artistas, eram personagens de aparição constante no CJB, embora fragmentadas, como vemos Sousa (1990) denunciar:

“burguesia industrial e agrária, classes médias ou trabalhadores não conseguem se fazer representar enquanto tais. Elas não conseguem veicular a imagem que fazem de si mesmo para as outras classes, como estão diminuídas pelos signos que engrandecem a presença onipotente do Estado e de seus órgãos técnicos e provedores. Não existindo o elogio da riqueza burguesa, nem o do esforço operário, resta ao Estado fazer a nação rica e os homens a ela ligados, prósperos.” (Sousa, 1990, p. 321).

Já os trabalhadores ganharam importante destaque no CJB em comparação às demais classes sociais, fato decorrente, principalmente, das festividades do Primeiro de Maio, que eram dirigidas, em especial, a eles. A imagem do trabalhador era constituída de forma a buscar retratos das mais diversas categorias profissionais. Dessa maneira, a imagem retratada do trabalhador nem sempre era identificável à dos operários brasileiros.

Em uma primeira categoria estavam os operários modernos, ou seja, os fabris, retratados em seu local de trabalho, sempre ligados à máquina, como uma peça de engrenagem da fábrica. A segunda refere-se aos trabalhadores rurais, mostrados como uma

massa amorfa e retratados como uma curiosidade. No entanto, nem todos os trabalhadores eram tratados de maneira uniforme pelo CJB. Os trabalhadores do mar, isto é, os pescadores, receberam especial atenção do CJB. Sobre os pescadores de xaréú, na Bahia, ou os jangadeiros cearenses, a câmara do CJB teve o cuidado de se deslocar até seu local de trabalho para surpreender o cotidiano desses homens.

Com relação à legislação trabalhista, nunca houve uma abordagem muito aprofundada do tema. A instituição do Salário Mínimo (1939), da Justiça do Trabalho (1940) e do Abono Familiar (1943), os únicos fatos relacionados ao tema que foram registrados pelo CJB, receberam atenção pequena e dispersa, se constituindo de cenas rápidas e discretas, geralmente montadas dentro do ministério, para um público de funcionários.

Conforme dito anteriormente, o principal alvo do projeto corporativista do Estado Novo, era sem sombras de dúvidas a construção do “homem novo”, definido como o trabalhador brasileiro. E, para tanto, a política estadonovista era voltada para a formação de uma raça forte, sadia e com traços característicos, passando pela prerrogativa de reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento de seu espírito, corpo e mente. Desta forma, a prática visada pelo Estado será a ação sobre essas três facetas do indivíduo a fim de torná-lo mais apto ao trabalho.

Assim, nos ateremos agora à forma como foi retratada essa política de saneamento, pela qual deveria passar o homem para que pudesse alcançar o status de cidadão. Tal política integrava a higiene e segurança no trabalho, a própria higiene do indivíduo, bem como sua alimentação, saúde e constituição corporal através da educação física. Dentre os assuntos do CJB podemos ver este empreendimento de formação e constituição de um “homem novo” no qual, através do culto aos esportes, à educação mental, moral e higiênica, que o Estado Novo buscou fazer do uso dessas imagens em um sistema articulado visando dotar o país dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil.

A preocupação com o desenvolvimento de uma política nacional da família era questão central à proteção do homem brasileiro, às novas gerações e ao próprio progresso material e moral do país. Tendo em vista que seria pela família que o Estado poderia angariar o indivíduo e, conseqüentemente, a Pátria, a família seria nada mais, nada menos

que um instrumento com vistas à concretização de um projeto de humanização e de nacionalização do Estado.

Desta feita, a criança e a mulher se tornaram peças fundamentais do projeto de constituição do “homem novo” ocupando, conseqüentemente, lugar de destaque e importância no projeto estadonovista. Entretanto, esses assuntos não receberam reportagens cinematográficas significativas, e a frequência com que apareciam na totalidade da produção do CJB era comumente esporádica.

Os registros sobre a criança no CJB diziam respeito à cobertura das comemorações do Dia da Criança, data oficializada pelo Estado Novo, que consistia em uma festa promovendo o Concurso de Robustez (tempo em que gordura infantil era vista como saúde), da Campanha de Defesa da Raça, e as inserções da Sociedade de Puericultura do Brasil, cujo objetivo principal era o combate das causas da mortalidade infantil.

No que diz respeito à mulher, ao contrário de países como Itália e Alemanha, onde as mulheres eram deixadas de lado, restritas ao cuidado do lar, dos filhos e maridos, a legislação social das décadas de 30 e 40 procurou amparar e defender a mulher que trabalhava fora do lar. Nesse período foram regulamentados o trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, férias remuneradas anuais, horário fixo de trabalho, estabilidade de emprego, descanso semanal obrigatório, assistência médica e hospitalar e período de repouso para gestantes. Um fato curioso é que nenhum estudo anterior se preocupou em fazer uma análise deste tema.

Ainda assim, o espaço dedicado às mulheres, no CJB, é insignificante. Sua aparição é restrita aos poucos enquadramentos em turfes, no caso das mulheres abastadas, ou na Campanha do Esforço de Guerra, atuando como voluntária na confecção de ataduras. No entanto, a representante feminina que obteve um pouco mais de espaço dentro do CJB foi a primeira-dama, a senhora Darcy Vargas, conhecida pela sua colaboração em campanhas filantrópicas.

Darcy Vargas criou e dirigiu a Legião Brasileira de Assistência, tornando-se a primeira primeira-dama brasileira a desempenhar um papel atuante nas políticas sociais não-governamentais. Como é sabido, a senhora Vargas organizava todos os anos, no pátio do Palácio do Catete, nas proximidades do Natal, a distribuição de alimentos, brinquedos e roupas para as crianças. O CJB buscava transpor em imagens o amplo leque de sua atuação.

Assim, suas visitas aos centros de saúde, inaugurações de obras de assistência social ganharam as telas brasileiras.

Diferentemente de países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e União Soviética, que registraram diretamente das trincheiras as cenas da Segunda Guerra Mundial para os seus cine-jornais, o Brasil teve de se contentar em mostrar outras reportagens sobre o conflito, tais como as manifestações populares, as campanhas de bônus de guerra, a visita das celebridades de Hollywood e o reaparelhamento das Forças Armadas.

Uma exceção em relação às reportagens anteriormente citadas, diz respeito a um cine-jornal extremamente importante do ponto de vista simbólico, acerca da pretensa participação do Brasil no conflito mundial, intitulado “Depois da Conferência de Natal” (CJB V.2 N°180). Esse registro consistiu em rápidos seis planos nos quais o presidente Getúlio Vargas concedeu uma pequena coletiva aos repórteres acerca de sua conversa com o presidente Roosevelt.

“Quando o presidente Roosevelt voltou da Conferência com Churchill em Casablanca e encontrou o presidente Getúlio Vargas em Natal, em 19 de janeiro de 1943, dois problemas constituíram a pauta do encontro: a adesão do Brasil às Nações Unidas e o projeto brasileiro de tomar parte mais ativa na guerra.” (Moura, 1991, p. 29).

A Conferência de Natal, do ponto de vista político, ofereceu algumas satisfações ao Brasil como aliado dos Estados Unidos e supostamente fortaleceu sua posição nas Américas. Contudo, a participação concreta do Brasil na guerra resultou em um problema novo e difícil de ser conduzido: a falta de preparo dos soldados.

Como exemplo de uma das manifestações populares, temos uma reportagem intitulada “Contra as Forças do Mal” (CJB V.2 N° 136), promovida pela Mocidade Brasileira, em julho de 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Esta manifestação consistiu em um ato simbólico de repúdio aos países do Eixo envolvendo, ao mesmo tempo, um pronunciamento de solidariedade para com a causa dos países Aliados.

Nessa manifestação os entusiasmos patrióticos cedem lugar ao bom humor, cujas imagens nos remete à saída controlada da ditadura estadonovista. Estudantes travestidos de Hitler, Mussolini e Hiroito representavam uma reunião na qual conspiravam planos visando a conquista do mundo. Em uma outra cena descontraída, a câmera do DIP focaliza uma

divertida briga entre os líderes totalitários. Noutro momento, Hitler aparece zangado com as manifestações populares. Era tudo um grande teatro, os espectadores interagiam com os personagens, xingando-os em uma tentativa de demonstrar sua hostilidade para com os países do Eixo.

Em um momento, mostrando a solidariedade da população brasileira para com os países Aliados, temos um carro prestando uma homenagem especial ao presidente Getúlio Vargas, pela atitude brasileira (de escolher um posicionamento concreto) perante o conflito internacional e outro carro inteiramente dedicado a figura do Chanceler Osvaldo Aranha. No final do desfile, temos mais uma vez as imagens de repúdio aos países do Eixo. Um domador de serpentes que toma as feições de Hitler e, por fim, os três ditadores enjaulados na traseira do carro da Vitória.

Outras três reportagens que reforçavam a aliança do Brasil com os países Aliados dizem respeito à solenidade comemorativa do rompimento do Brasil com o Eixo (CJB V.2 Nº180), uma missa votiva à memória do ataque japonês à Pearl Harbor (CJB V.2 Nº169) e a cerimônia do segundo aniversário da entrada do Brasil na guerra (CJB V.3 Nº82).

As campanhas para adquirir os bônus de guerra foram amplamente divulgadas pelo CJB. Desse modo, as câmeras registraram a propaganda para a compra dos bônus de guerra durante o Carnaval e a entrega dos estudantes secundários de um cheque de duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros, destinado à compra de um avião para a Força Aérea Brasileira.

O aeroporto Santos Dumont foi palco de diversos desembarques de atores, atrizes e diretores norte-americanos, em virtude da política de Boa Vizinhança, que visava a cooperação e uma maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Paradoxalmente, foi durante o Estado Novo que o Brasil entrou na órbita cultural dos Estados Unidos.

Orson Welles foi, no conjunto dos artistas norte-americanos, o visitante que mais obteve espaço dentro das reportagens do CJB. Perfazendo quatro registros que davam conta da sua chegada, de uma homenagem da Escola Nacional de Belas Artes, no Museu Nacional de Belas Artes, onde recebeu o primeiro prêmio do Concurso de Cinema relativo ao ano de 1941 pelo filme *Cidadão Kane*, e pelas filmagens de uma festa carnavalesca com 600 crianças da Colônia de Sol Icará.

Vale salientar que Orson Welles não veio sozinho ao Brasil, mas acompanhado de seus auxiliares técnicos que haviam chegado algum tempo antes. A vinda desses técnicos se deveu ao fato de Welles ter sido convidado para filmar o carnaval carioca.

Entretanto, a opção estética de Welles não agradou aos estúdios norte-americanos. Welles filmou pessoas comuns, negros, homens do povo se divertindo nas ruas, o que retirava da festa seu apelo turístico e comercial. Como consequência esse filme foi arquivado e nunca terminado.

E vemos D'Araújo (2000) mostrar-nos que o desinteresse norte-americano de um Brasil visto sob a ótica de Welles fez-se notável em outra situação:

“Destino idêntico encontrou outro filme de Welles sobre o Brasil: segundo as autoridades da indústria cinematográfica, a reprodução de uma saga verídica de jangadeiros do Nordeste, que navegaram do Ceará até o Rio de Janeiro para reivindicar junto a Vargas proteção através da legislação social, continha apelos comunistas. Somente muitos anos mais tarde esse filme foi recuperado, chegando ao Brasil sob o título *That's all true* [É tudo verdade].” (D'Araújo, 2000, p. 39-40).

As demais celebridades que visitaram nosso país foram o cinegrafista Norton Allen que visitou o DIP, o ator Douglas Fairbank Junior que, juntamente com sua esposa, receberam um jantar no Cassino Copacabana, oferecido por Lourival Fontes, enquanto este ainda ocupava o cargo de diretor do DIP. Também a atriz Grace Moore, que recebeu a Ordem do Cruzeiro do Sul, Walt Disney que, a pedido do Comitê Rockefeller, criou um de seus personagens famosos, o papagaio Zé Carioca, que personificava a figura do típico “malandro” carioca, e o diretor e também comandante John Ford.

Voltando aos objetivos do CJB, vemos que este visava ser um instrumento educativo que contribuísse de forma enfática para a formação do povo brasileiros em novas bases relacionadas com mensagens de cunho nacional-patriótico, de forma a enaltecer a nação e despertar na população, o orgulho pela sua nacionalidade. Portanto, o CJB exibia, de forma enaltecedora a terra, o homem e as instituições nacionais.

Quando analisamos a totalidade da produção do CJB, podemos perceber os conflitos e contradições de um projeto que buscou educar as massas por meio do cinema, objetivando a adesão voluntária da população brasileira na obra de construção de uma nova

nação. Mais além, o CJB visava a aproximação dos diferentes núcleos humanos, dispersos em seu vasto território, tentando fazer da nação brasileira uma república cuja unidade e ação forte e centralizadora do Estado fossem suas principais características.

“Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades do seu habitat, é o primeiro dever do estado. Entre os mais úteis fatores da instrução, de que dispõe o estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influenciando diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, ele apura as qualidades de observação, aumentando os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam.” (Mello, 1944, p. 133).

Devemos, ainda, destacar o fato das imagens do CJB servirem como fonte de memória:

“as gerações futuras entrarão em contato com os acontecimentos da historia e acompanharão o resultado das pesquisas através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão seu comentário nesses seguimentos vivos da realidade, colhidos em flagrantes no próprio tecido das circunstancias.” (Melo, 1944, p. 134).

As Festividades

Os regimes autoritários que ascenderam ao poder nas décadas de 1920 e 1930, tanto no continente europeu quanto no americano, valeram-se das cerimônias, dos rituais e dos símbolos como dispositivos instrumentalizadores do exercício da legitimação do poder. Estes artifícios foram utilizados com vistas à construção da imagem de uma sociedade homogênea.

Os símbolos políticos e as festividades, em geral, foram percebidos como sendo a forma ideal de comunicação na sociedade de massa. Em outras palavras, esses artifícios possuem uma função elementar na medida em que oferecem diretrizes para o relacionamento entre as pessoas, a sociedade e a política.

Destarte, as cerimônias exerceram importância crucial no que diz respeito à sedimentação da unidade da nação e do fortalecimento do Estado, uma vez que os rituais e as cerimônias possuem a capacidade de contribuir para a construção de valores sociais e políticos, ao mesmo tempo em que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.

As cerimônias, podemos assim dizer, tratavam-se de uma forma de teatro público de feição militarizada e altamente formal. Logo, podemos inferir que nesses regimes as únicas formas de manifestações coletivas aprováveis eram as paradas, as marchas e os desfiles. Portanto, o cidadão somente existia como indivíduo cívico, pois as festividades do calendário oficial se tornavam concretas em virtude da arregimentação dos cidadãos em corpos cívicos de feição militarizada.

No entanto, devemos considerar que os desfiles, as reuniões, os símbolos e rituais não foram criados pelos regimes autoritários das décadas de 1920 e 1930. Eles existiam desde há muito tempo. A Igreja Católica, por exemplo, em suas cerimônias de forte apelo à participação das massas já os utilizava. Assim, vale atentarmos para o fato da importância da participação das massas, uma grande novidade no Brasil e, até certo ponto, também na Europa, muito diferente do conservadorismo convencional que antecedeu esses regimes.

Tendo as cerimônias múltiplas funções de manter intacto o apoio das massas, elas ofereciam, também, a prova visível da pretensão desses regimes de representar as tradições

nacionais. Assim, os ditadores tinham a preocupação de utilizar as cerimônias no sentido de se apropriar de todos os aspectos que englobavam a tradição nacional. As celebrações de Hitler, por exemplo, tiveram um apelo ao folclore e uma apropriação sutil dos festivais socialistas. Ao lado desses apelos às tradições nacionais, as cerimônias tinham como objetivo a conquista do apoio de grupos sociais específicos. Os soldados, em especial, estavam na mira do Estado, tanto quanto a classe média.

A partir da Marcha sobre Roma, as cerimônias desempenharam um papel preponderante para o Fascismo e o Nazismo, tendo em vista que elas não serviriam apenas para a afirmação e consolidação dos regimes, mas também contribuíram igualmente para definir a representação deles à medida que, nessas ocasiões, propunham imagens ao mundo exterior e expressavam propostas em relação a ele mesmo e às suas missões históricas.

Dessa maneira, tanto o regime fascista de Mussolini quanto o nazista de Hitler fizeram uso intenso de festivais, rituais e cerimônias que, por sua vez, eram bem diversificados e organizados de modo a abranger todo o ano com festividades. Sendo assim, celebrava-se a tomada do poder, o aniversário do líder, a data de fundação do partido e o dia do trabalho, entre outros.

“A chave da organização dos grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial dessa mesma organização. Nas paradas e desfiles pelas ruas ou nas manifestações de massa, estáticas, em praças públicas, a multidão se emocionava de maneira contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia, para escapar à monotonia de sua existência e prolongar a dramatização da vida cotidiana.” (Lenharo, 1986, p. 39-40).

No entendimento de Hitler os mitos, os símbolos, os rituais e as cerimônias seriam nada mais, nada menos que a dissimulação das realidades com vistas à interrupção do processo de pensamento das massas. Hitler descreveu assim o papel das cerimônias dentro dos regimes fascistas e nazistas:

“Un ralliement de masse doit permettre de couper court au processus de pensée. Alors seulement, les gens seront disposés à accepter les simplifications magiques devant lesquelles toute résistance s’écroule.” (Hitler *apud* Woolf, 1989, p. 243).

No caso do regime nazista, diferentemente do italiano e do brasileiro, cada festividade era elaborada minuciosamente pelo próprio Hitler.

“Cada entrada em cena, a marcha dos grupos, os lugares dos convidados de honra, a decoração geral, tudo era previsto. Aos poucos, a forma foi sendo definida, e os acontecimentos ganharam o sentido de um ritual religioso, que se manteve imutável em sua forma. Os espetáculos eram preferencialmente noturnos, e neles é que Speer dispunha os projetores de defesa antiaérea, de modo a obter efeitos expressionistas, fosse aumentando a dimensão física dos monumentos, fosse para dar aos símbolos uma força mais que natural.” (Lenharo, 1986, p. 40-41).

No caso do Brasil, dentro do período de vigência do Estado Novo foram organizadas comemorações, manifestações, inaugurações, visitas, onde se aglomeravam desde grandes massas até pequenos grupos formados por setores específicos, tais como militares, empresários e funcionários públicos.

No entanto, o ponto alto se concentrava nas comemorações das grandes datas nacionais como o Aniversário do presidente Getúlio Vargas, em 19 de abril, o Dia do Trabalho, em 1º de maio, a Semana da Pátria, em setembro, e o aniversário de implantação do Estado Novo, em 10 de novembro. Com exceção ao 19 de abril, as demais festividades eram marcadas pela grandiosidade das celebrações.

Através do CJB, o Estado Novo pôde registrar as suas principais festividades. Essas comemorações representavam quatro ocasiões-chaves para a comunicação entre o presidente Getúlio Vargas e a massa de trabalhadores. Diferenciadas e com destaque para o Primeiro de Maio, as comemorações se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos, contribuindo em muito para a formação de uma mitologia do Estado Novo, do trabalho e do presidente.

Ao procurarmos avaliar o significado da transformação do aniversário do presidente Getúlio Vargas em uma data festiva dentro do calendário oficial, nos deparamos com o fato de que essa data tornou-se sinônimo de agradecimento da população pelos benefícios e mudanças implantados no país.

No que tange ao Primeiro de Maio, além de incorporar a data cuja uma tradição foi originada no movimento operário, o Estado Novo também criou suas próprias tradições.

As comemorações oficiais dessa data se constituíam como ocasiões importantes para a comunicação entre valores e normas de comportamento.

As festividades do Sete de Setembro foram analisadas sob o prisma da política estadonovista que procurava firmar as origens nacionais, compreender o caráter do indivíduo/cidadão ao traçar um rumo à nação. Além do mais, representavam oportunidades únicas para a população demonstrar todo o seu amor ao país, à nação e, conseqüentemente, ao Estado.

Quanto à celebração do aniversário do Estado Novo, constatamos que o sentido geral atribuído a essa data consistia na exaltação das realizações do regime. A programação preparada pelos órgãos de propaganda buscava atingir esse objetivo através, principalmente, das inaugurações pois estas forneciam à população provas concretas e indiscutíveis do esforço empreendido pelo governo em prol do progresso do país e do bem-estar de todos os cidadãos.

Tais comemorações se faziam, geralmente, em estádios, em praças públicas ou em grandes avenidas. O momento das festividades mais importante e mais aguardado pela população era, certamente, o discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas, que era posteriormente irradiado para todo o país e para o exterior.

Outro momento de grande ênfase constituía-se na chegada do presidente Getúlio Vargas ao evento. O ditador cumprimentava os populares com seu gesto típico em carro aberto que circulava pelo estádio ou, dependendo da circunstancia, da sacada de algum edifício público. Nesse momento haviam aplausos, aclamações, gritava-se vivas, agitava-se bandeirinhas, arremessava-se flores e promovia-se salvas de tiros.

Com pequenas variações, os programas das festividades eram organizados, basicamente, seguindo um mesmo protocolo, com atividades como a execução do hino nacional, apresentação de corais e desfiles militares, de colegiais ou mesmo de operários portando estandartes, faixas e bandeiras.

Antes da data da festividade, duas semanas aproximadamente, o rádio e a imprensa começavam a divulgar a programação prevista para as comemorações, convidando a população a participar. Procurava-se, assim, criar um clima de expectativa em torno das atividades a serem realizadas.

Faziam parte do calendário festivo oficial do Estado Novo, outras datas que, no entanto, eram celebradas com menor ênfase, tais como o Descobrimento do Brasil, a Homenagem aos Mortos da Intentona, em novembro de 1935, a Abolição da Escravatura, em 13 de maio, o Dia do Soldado, em 25 de agosto, a Semana da Asa, em outubro, o Dia do Funcionário Público, em 28 de outubro, o Dia da Bandeira, em 19 de novembro e a Proclamação da República, em 15 de novembro.

Vale mencionar que houveram outras celebrações em datas específicas, dentre as quais destacamos a de Comemoração do Primeiro Aniversário do Discurso do Rio Amazonas, o Rompimento das Relações com os Países do Eixo, um desfile da Juventude Brasileira intitulado Contra as Forças do Mal, dentre outros.

O Estado Novo ao instituir um calendário festivo, destacando certas datas, procurava fazer com que ele pudesse envolver a população, induzindo-a a acreditar que a força e a soberania estatal advinham da própria coletividade que o apoiava e que com ele (Estado Novo) se solidarizava em uma demonstração de confiança, de compreensão e de aceitação de suas decisões.

As festividades oficiais transmitiam a idéia de que o governo tinha instaurado uma nova ordem produtora de uma nova sociedade onde, ao invés de a população comemorar espontaneamente essa nova ordem, a comemoração passava a ser conduzida pelos órgãos oficiais. “A festa instala a alegria: a alegria espalha-se em profusão; a festa legitima o regime.” (Capelato, 1998, p. 59).

4.1. - 19 de abril – Aniversário de Getúlio Vargas

Antes de iniciarmos nossa análise acerca das cenas sobre as celebrações do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, julgamos necessário, por termos traçado um paralelo entre Benito Mussolini, Adolph Hitler e aquele ditador, comentar alguns fatos relevantes de suas vidas.

A inclusão, nos calendários festivos oficiais de seus países, da celebração da data de nascimento de Benito Mussolini, Adolph Hitler e de Getúlio Vargas ajudou em muito no processo de estabelecimento da formação de uma mitologia desses ditadores. Essa mitologia era permeada pelas idéias de que esses líderes seriam nada mais, nada menos que a encarnação dos anseios populares e, mais além, que somente eles poderiam concretizá-los.

Os órgãos de propaganda governamentais não se cansaram em investir na publicidade de seus ditadores. As fotografias, os cartazes, as aparições em cine-jornais e em grandes eventos fizeram com que a imagem emitida desses chefes de governo convergissem, irremediavelmente, para certas características em comuns.

A onipresença, a onisciência e o status de primeiro trabalhador da Nação, bem como a perfeita combinação, ou dosagem, de clarividência e racionalismo, sensibilidade e austeridade, enfim, as características super-humanas eram os traços que ligavam os três ditadores. Contudo, algumas disparidades permeavam a mitologia de cada ditador. Benito Mussolini e Getúlio Vargas, por exemplo, eram os únicos, dos três ditadores, casados e com uma família constituída sendo, então, verdadeiros chefes de família, enquanto que a solidão permeava a imagem difundida de Hitler⁵.

O comportamento de Hitler ante os populares era marcado pela nítida postura superior desse chefe de governo. É muito raro encontrarmos registros desse ditador com a presença próxima dos populares. E a postura desse perante a massa caracterizava-se por uma inacessibilidade rígida demonstrando, em muitas ocasiões, a negação da presença desta. Mussolini e Vargas, diferentemente, eram afeitos ao contato direto com a massa.

⁵ Vale notar que fora do círculo íntimo de Hitler, ninguém sabia da existência de Eva Braun, sua amante, com a qual manteve uma relação relativamente estável.

No que diz respeito às festividades do aniversário desses três ditadores, também, podemos constatar uma pequena, porém significativa, diferença. Hitler e Mussolini faziam questão de comparecer a essa festa. No caso de Vargas, sua ausência nelas tornou-se o diferencial.

Nos dedicaremos, na seqüência, a uma breve exposição acerca das características de Benito Mussolini, Adolph Hitler e Getúlio Vargas. Nos deteremos, também, na análise da relação entre esses três ditadores e as câmeras, ou seja, identificaremos qual era o comportamento deles perante as objetivas.

Em seguida, avaliaremos o significado da transformação do aniversário do presidente Getúlio Vargas em uma data festiva dentro do calendário oficial e, traçar uma breve história do trajeto dessa solenidade será o objetivo desta parte desta dissertação.

Benito Mussolini provinha de família humilde e de tendência socialista tendo, como pai, um ferreiro simpático à ideologia socialista. Não tardou muito para que o filho tentasse trilhar o mesmo caminho ideológico do pai. Ainda jovem, tornou-se um jornalista militante do partido socialista e dirigiu, no período que compreende os anos de 1912 a 1914, o jornal diário “Avanti!”.

As fotografias e os cine-jornais que exibiam as aparições de Mussolini em aviões e ou em motocicletas, e os discursos proferidos de sacadas de prédios públicos dominaram o espetáculo fascista. Festivais, rituais e cerimônias pontuaram o calendário fascista celebrando as realizações do regime.

Benito Mussolini era a personificação do regime fascista, chegando mesmo a afirmar que esse regime teria sido fruto de uma única vontade, a sua. E a legitimidade de seu governo advinha da vontade popular, sendo ele, a encarnação dos desejos e anseios da população.

As qualidades super-humanas do líder fascista deram origem à construção de uma imagem do Duce como valente, destemido, herói e guerreiro. Desde o começo da sua carreira no governo, Mussolini foi fotografado como praticante de diversos tipos de esporte, que abrangiam do esqui à esgrima, da natação às cavalgadas.

A imagem do Duce vestindo grandes óculos de proteção e dirigindo motocicletas e automóveis tornaram-se parte da iconografia de seu mito, especialmente nos primeiros

dez anos do seu governo. Todavia, as habilidades do Duce como aviador fizeram dele um herói galanteador, tendo em vista que os aviões eram o símbolo de uma nova era e, os aviadores, assim como os atores, eram saudados como grandes estrelas de cinema.

O fascismo, assim como o Futurismo, apropriou-se do avião como sendo seu próprio símbolo e o transformou em um culto. Os aviões personalizavam qualidades como o dinamismo, energia e coragem, atributos estes que o fascismo havia clamado como sendo seus. Conseqüentemente, a imagem de Mussolini como aviador passou, automaticamente, a representar e promover essas qualidades. Mussolini começou a ter aulas de aviação com o piloto Cesare Redaelli, no verão de 1920, que chegou a afirmar que Mussolini havia sido um aluno excepcional.

Um outro aspecto da imagem de Mussolini que foi trabalhado dizia respeito à onipresença. A figura do ditador colonizou a vida da população em diferentes formas e sentidos. Milhares de cartões postais e fotografias do Duce, por exemplo, tornaram-se parte da decoração das casas. Além disso, todo ano o partido fascista imprimia um calendário iconográfico povoado de imagens de Mussolini e encorajava todo bom cidadão a comprá-lo.

A lenda construída em torno da habilidade de Mussolini de poder escapar da morte tornou-se o principal instrumento narrativo das histórias do regime fascista. As quatro tentativas falhas, ocorridas entre o final do ano de 1925 e de 1926, atentando contra a vida do ditador contribuíram para consolidar o mito dos seus poderes especiais, em particular, sua imortalidade.

Além da onipresença e imortalidade, um outro aspecto da personalidade do Duce foi trabalhado, a saber, o caráter divino de sua imagem. Através da fotografia, do rádio e do cinema, Mussolini aparecia em todos os lugares, como o Deus do cristianismo. Desse modo, Mussolini foi elevado ao status de quase divindade.

Apelos emocionais e a comunicação direta ajudaram Mussolini a aumentar sua audiência. Também a construção e a entonação de seus discursos, como nos mostra Falasca-Zamponi, contribuíram para isso:

“(...) his oratorical style also attracted people’s attention. First of all, Mussolini had a phonetic repertoire that enriched his verbal presentation. He talked with tight teeth; words were

assembled in groups and distances by pauses; each unit of words was pronounced with a measured rhythmical style. (...)” (Falasca-Zamponi, 2000, p. 86).

E face de Mussolini era, por si só um espetáculo, apropriadamente coordenada com o tom de sua oratória e os movimentos corporais:

“(...) His head leaned halfway back, his eyes almost out of their sockets, his chin and mouth forward, Mussolini underline with his exaggerated facial expressions the Word units he uttered. At the same time, by moving his head down and striking his classical posture of hands at the waist, waving his right hand with a rotary movement, Mussolini communicated hardness and firmness. (...)” (Falasca-Zamponi, 2000, p. 86).

Já Hitler, advindo de uma família de classe media baixa, da cidade de Braunau, na fronteira austro-alemã, às margens do rio Inn, tinha um pai bastante repressor, segundo constam das fontes consultadas. Estas que chegam a descrevê-lo como um homem cruel, oficial da Alfândega e que se casou com uma de suas empregadas.

Ao dezesseis anos, Hitler abandonou a escola secundária, possivelmente por seu baixo rendimento e seu repúdio aos estudos. Entretanto, já nesse período, apresentava grande capacidade de liderança. Assim que pôde, foi para Viena, na esperança de se tornar artista. Não ter sido admitido na Academia de Artes Gráficas de Viena o arrasou. Hitler teve sua auto-estima rebaixada e passou a levar uma vida um tanto decadente, em uma região pobre da velha Viena, tornando-se um pelintra que dormia nas ruas.

A Primeira Guerra Mundial foi um período formativo crucial para Hitler. No ano de 1916, ele ganhava nove marcos por semana no front. Ele amava a guerra, pois lhe dava uma noção de propósito. Vale mencionar que ele não serviu no exército austríaco, mas sim no alemão, por conta de sua paixão por este país.

Um ataque de gás mostarda no fim de 1918, pôs Hitler no hospital. Convalescente, ele soube da derrota da Alemanha no front ocidental. Sentiu-se traído, não tinha emprego; logo, como tantos outros, permaneceu no exército.

As revoluções de 1919 e 1920 levaram Hitler ao Partido nazista. Nesse período a situação da Alemanha era aterradora. Uma crise econômica na qual um pão custava um bilhão de marcos criou as condições ideais para extremismos. Desse modo, Hitler uniu-se

ao seu antigo comandante da guerra, o general Ludendorff, em uma tentativa frustrada de tomar o poder: o Golpe de Estado em Munique, no ano de 1923. Hitler acabou na cadeia, onde pôde colocar suas idéias políticas em um livro intitulado “Minha Luta” (1941). Entre as personalidades que o inspiraram estava o ditador fascista italiano, Benito Mussolini.

Na Alemanha da década de 1920, era um desejo comum da sociedade que surgisse um novo grande líder, que pudesse pôr fim à grave situação econômica pela qual o país passava. Esse líder era imaginado como sendo a personificação do guerreiro, do sumo sacerdote e do estadista.

E a identificação desse novo líder com a figura de Hitler se deu pelo fato de ele ser nada menos que a combinação perfeita de messianista e propagandista, o que lhe garantiu vantagem, desde o início da década de 1920, sobre todos os outros pretendentes potenciais à liderança, na elite do Partido Nazista. Faltava aos demais membros do partido, destacados por seu brilho demagógico, a capacidade de mobilização, a unidade e a força explicativa universal da visão ideológica de Hitler.

“Em termos de aparência física, Hitler era inexpressivo. Tinha estatura mediana e a tez clara. A cabeça parecia dominar a totalidade do corpo. Sua testa larga era escondida pelo topete caído. O ponto central de seu rosto parecia ser o bigode aparado. Ele nunca parecia elegantemente vestido. Seus dentes eram feios e, em anos posteriores, a deterioração da visão, anteriormente boa, acabou por exigir que usasse óculos para perto (embora fizesse questão de não ser visto com eles em público). Seus olhos ligeiramente protuberantes e seu olhar fixo e direto eram seu traço mais marcante.” (Kershaw, 1993, p. 23).

O culto a Hitler tornou-se o eixo do esforço de propaganda, e Goebbels se orgulhava de sua realização na construção do mito do Führer. Dessa maneira, a deificação eficaz de Hitler pela máquina de propaganda estatal e pelo Partido Nazista, como um líder de qualidades super-humanas e pela sua encarnação histórica, constituíram os elementos vitais da estrutura de poder do Terceiro Reich.

O culto ao Führer permeou todos os aspectos da vida pública da Alemanha. Os servidores públicos receberam ordem, a partir de 1933, de manifestar um sinal externo de lealdade, através da saudação “Heil Hitler”. No entanto, vale mencionar que nem todos os cidadãos alemães eram dados ao excêntrico culto ao Führer, sendo este restrito, portanto, a

uma parcela minoritária da população. Para os cidadãos mais equilibrados, os exageros da adoração deste eram ridículos.

Getúlio Dornelles Vargas, bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, ingressou na carreira política relativamente cedo. Acumulou, antes de participar da Revolução de 1930, os cargos de deputado estadual e federal e o ministério da fazenda do governo de Washington Luís e a presidência do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que a figura do chefe de governo brasileiro foi sendo moldada de forma a caracterizá-lo como sendo dotado de qualidades excepcionais, onipresente e onisciente, ao mesmo tempo que humano, simples e acessível, enfim, um líder que personificava os interesses do povo e os exprimia.

Essa imagem dicotômica que o coloca como superior e acessível ao mesmo tempo, procurava dar a impressão de onipresença, assegurando-se, assim, que o presidente Getúlio Vargas pudesse conhecer a situação de todos, em todo o país, e justificar que suas decisões correspondiam às reais necessidades da nação.

Além da onipresença havia a atribuição de qualidades excepcionais ao chefe da nação. O estadista era tido como um gênio criador, uma personalidade que interpretava as reais aspirações populares e as colocava em prática com os mais eficazes decretos.

A imagem criada em torno do presidente Getúlio Vargas, transformava-o em gênio político – qualidade que justificava sua liderança e legitimava suas decisões – ao mesmo tempo em que era popular o suficiente para compreender e defender os interesses do povo. Sua superioridade o tornava merecedor de ser seguido, sua simplicidade demonstrava que compreendia seus seguidores.

Mais que possuir essa natureza de gênio/artista, o presidente Getúlio Vargas procurou acrescentar a malandragem à sua imagem. Essa característica diferencial dos demais ditadores foi o resultado, acreditamos, da neutralidade da postura brasileira perante a situação mundial de conflito. Essa postura permitiu ao governo brasileiro barganhar contratos tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. Desse modo, o presidente Getúlio Vargas passou a ser considerado um hábil negociador e, até mesmo, comparado a um típico malandro brasileiro que conseguira tirar proveito dos dois lados.

“Um dos aspectos mais sugestivos da campanha de popularização nos primeiros anos do Estado Novo era a apresentação de Vargas como malandro, político hábil que dava rasteiras em seus inimigos e os derrotava com facilidade. Essa imagem do Presidente malandro parecia ser bem aceita pelos que viam, no teatro, sem restrições da censura e com a simpatia expressa de Vargas, um Getúlio roubando mais que seus parceiros num jogo de cartas com políticos influentes, ou se antecipando numa rasteira aplicada a um malandro que pretendia ensinála”.(Garcia, 1982, p. 91).

Conforme explicitado anteriormente, nos deteremos na análise da relação entre esses três ditadores e as câmeras, ou seja, identificaremos qual era o comportamento deles perante as lentes.

O ator principal do CJB era, obviamente, Getúlio Vargas. O presidente da República foi filmado inaugurando diversas obras públicas, seu busto de bronze ou retrato oficial, descerrando placas comemorativas, cortando fitas, visitando construções, edifícios, associações, órgãos governamentais, estabelecimentos militares e exposições. Recebia homenagens que, geralmente, se faziam com sua chegada e, sob aplausos, percorria o local, suas dependências e instalações, perguntando e ouvindo as explicações, além de discursar em datas festivas.

Vale mencionar que o presidente Getúlio Vargas foi o primeiro dirigente do Brasil moderno a não se sentir aprisionado no espaço geográfico do Rio de Janeiro, tendo em vista as diversas reportagens cinematográficas que se tornaram destaque dentro do CJB, acerca de suas excursões pelos estados nacionais.

A postura do ditador frente às câmeras do CJB era, na maioria das vezes, a de negar a presença delas. Getúlio Vargas constantemente é focalizado em uma situação despreocupada e até mesmo descontraída frente aos espectadores. Contudo, esse suposto esquecimento das lentes objetivas que o cercavam acabara por levá-lo a diversas situações que depreciavam sua imagem, tais como se colocando de costas para o espectador ou sendo encoberto por outras autoridades.

Acreditamos que essa postura despreocupada e de um suposto entrosamento entre Getúlio Vargas e as câmeras do CJB advinha do fato de ele ser natural e logicamente o centro das atenções do palco político. Dessa maneira, o presidente não precisaria chamar

para si as atenções da objetiva, ainda que fosse uma figura de baixa estatura e de porte nada atlético.

Diferentemente de Getúlio Vargas, Benito Mussolini e Adolf Hitler sempre tiveram a preocupação de se posicionar de forma que tivessem proeminência diante das câmeras. Hitler, por exemplo, no estádio de Nuremberg, posicionava-se em destaque absoluto sobre a massa. A cineasta Leni Riefenstahl soube se aproveitar, com extrema objetividade, da performance do Führer para construir a imagem sedutora do herói nacional. Mussolini, por sua vez, conseguira se destacar nas suas exposições feitas de algum balcão italiano, projetando-se isoladamente sobre a massa. Assim sendo, as câmeras postadas estrategicamente flagraram tais demonstrações que foram exploradas com intensidade pelo mundo.

Ao compararmos as posturas de Mussolini, Hitler e Vargas, vemos que este último se diferenciou dos demais exatamente por não buscar o isolamento e, ao mesmo tempo, ter tido a preocupação em ser focalizado compondo o centro ou o vértice de um agrupamento de autoridades civis e militares, em geral do primeiro escalão governamental.

Sendo Getúlio Vargas o primeiro líder de massa do Brasil moderno, ele se deixou envolver por ela. As demonstrações de reconhecimento da população urbana despendidas ao líder eram constantes, principalmente, vindas da população carioca. Getúlio Vargas era sempre aplaudido pela população nas chegadas e partidas de aeroportos, em solenidades públicas e em desfiles militares. Outras demonstrações de carinho da população podem ser traduzidas por sua constante aproximação junto ao carro presidencial em busca de autógrafos, chegavam a transformá-lo em uma ilha em meio aos corpos.

As comemorações oficiais do dia 19 de abril apresentam, nos quinze anos em que Vargas esteve à frente do poder, dimensões mais modestas que as demais comemorações oficiais. Nos sete anos iniciais do governo as únicas comemorações realizadas restringiram-se a um presente entregue pelos Ministérios, em 1932, e a um jantar oferecido por Vargas aos seus ministros, no ano seguinte. Solenidades de maior envergadura começaram a ser promovidas pelos órgãos de propaganda apenas a partir de 1940. Além disso, outro aspecto a ser ressaltado é o fato de, apesar da presença constante dos órgãos de propaganda, um número significativo de solenidades foi promovido por outros órgãos e entidades, como o

Ministério do Trabalho e a Liga de Defesa Nacional, e até mesmo por grupos sociais, como os empregados e os empregadores.

Ao contrário das datas nacionais do calendário festivo elaborado pelo governo, das inaugurações diversas de obras públicas nas quais Vargas se coloca como centro da solenidade, em seus aniversários é a ausência do ditador que marca essa festividade. A historiografia do período afirma que a escassez de festividades em torno desse dia se dava, justamente, pelo comportamento do homenageado. Como é sabido, Vargas possuía o costume de passar seus aniversários longe do contato com o público chegando, muitas vezes, a viajar para fora da capital, em busca de maior tranquilidade e sossego. Contudo, acreditamos que essa ausência que, para a maioria dos estudiosos desse período resultou em uma festividade de menor relevo e possivelmente limitada em sua grandiosidade, fizesse com que a presença do estadista pudesse ser dispensada para definir e marcar seu caráter onipresente.

A ausência do presidente Getúlio Vargas no dia de seu aniversário contribuiu para que essa festividade fosse celebrada nos quatro cantos do país e também deu a oportunidade para que a imagem do estadista fosse reverenciada. Por esse motivo, de todas as pequenas ou grandes festas, essa era a única que, tendo um caráter nacional, dispensava a presença do seu objeto central.

A ausência do estadista o transformou em uma entidade incorpórea. Investindo no campo religioso, jogando com a imagem de não se pertencer, Vargas pertencia a todos e tínhamos, por conseguinte, uma festividade dedicada à adoração do líder. Portanto, para Vargas, estar ausente do centro do poder seria como que estender esse poder por todo o país. Destarte, enfatiza-se a idéia de nacionalidade, de integração entre as partes, da busca pelo todo, pela uniformidade.

Além da integração do território, a data que envolve o aniversário do estadista tem como objetivo demonstrar, inclusive, a união nacional por meio de uma festa que liga todas as classes da sociedade, desde os estudantes, passando pelos intelectuais e trabalhadores, até a burguesia, aliada aos interesses estrangeiros.

Desse modo, os defensores do regime não mediam esforços para divulgar a grande relevância daquele dia para os brasileiros. De acordo com esses mesmos defensores,

a população aproveitava as oportunidades oferecidas pelas festividades para agradecer, mais uma vez, todos os benefícios e mudanças implementadas no país pelo seu presidente.

Tal fato pode ser comprovado quando vemos o presidente Getúlio Vargas, por várias vezes em seu discurso por ocasião da festividade do Primeiro de Maio, iniciando-o com um agradecimento pelas homenagens e pelo apoio recebidos em 19 de abril.

O primeiro registro áudio-visual referente a essa solenidade nos apresenta a leitura do discurso do general Carneiro Mendonça. Esse cine-jornal⁶ foi gravado no estúdio onde era produzido o programa radiofônico “A Hora do Brasil”, em virtude da utilização do pronunciamento do general para esse programa.

A razão de se usar o mesmo discurso proferido pelo convidado do cine-jornal em “A Hora do Brasil” é óbvia: o programa era acompanhado por milhares de pessoas e irradiaria a mensagem desejada no mesmo dia, enquanto o cine-jornal necessitaria de algumas semanas, senão alguns meses, para chegar a um público bem menor que o do rádio.

Datado em 1940, ano em que começou o processo de maior divulgação da celebração do aniversário do presidente, esse cine-jornal nos parece ser um experimento, um programa piloto, de como deveria ser utilizada a linguagem áudio-visual para a exaltação da figura do presidente Getúlio Vargas.

A mensagem proferida pelo general Carneiro Mendonça conclama a união nacional e o patriotismo dos cidadãos. E nada melhor para demonstrar isto que colaborar com o presidente cujo único objetivo era servir ao Brasil.

E essa colaboração só poderia ser traduzida através de homenagens prestadas pela população ao presidente Getúlio Vargas. Reverenciar a imagem do presidente significava servir ao país, daí o sentido de celebrar nacionalmente essa data.

Dessa forma, nação e estadista se confundem. O mesmo se dá, como veremos adiante, com a festividade de Dez de Novembro, data da instauração do Estado Novo. As homenagens desse dia eram prestadas ao presidente, e não ao Estado Novo enquanto objeto abstrato. Assim, para torná-lo concreto utilizava-se a figura do chefe da nação.

⁶ CJB V.1 N°101.

No ano seguinte, indicando a preocupação de instituir definitivamente essa data no calendário oficial das comemorações, filmam-se solenidades em três lugares diferentes do país: Porto Alegre⁷, Belo Horizonte⁸ e João Pessoa⁹.

Na primeira localidade, a solenidade aconteceu no Teatro São Pedro, com a presença de autoridades civis e militares, dentre elas, o Interventor Federal Cordeiro de Farias, o comandante da Terceira Região Militar, o arcebispo metropolitano e o futuro Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, especialmente convidado para realizar o discurso sobre a personalidade e a obra do homenageado.

O busto do presidente Getúlio Vargas, envolvido por cordões florais e tendo como fundo a bandeira nacional, atesta a simbiose entre a pátria e o estadista. Nessa simbologia o busto do estadista era guardado por estudantes e militares.

Um fato interessante diz respeito à platéia, composta majoritariamente por mulheres. Observa-se, pelas câmeras do DIP, que o teatro estava lotado.

O discurso Alexandre Marcondes Filho não se restringiu apenas à vida e obra do presidente. O orador convidado reflete sobre a revolução de 1930, a transformação política de 1937 e suas repercussões em todos os setores da vida brasileira.

O cine-jornal termina com a imagem do homenageado, enquadrada frontalmente e de forma fixa pela câmera do DIP, em primeiro plano. Recurso simples e eficaz usado para condicionar o espectador a venerar e admirar o homenageado.

Em Belo Horizonte, a homenagem prestada ao aniversariante se deu através de meninas de uma escola secundária. Primeiramente temos um pequeno desfile. Em seguida um corte e somos conduzidos ao interior do pátio do colégio, onde essas meninas cantam o hino nacional regida por uma professora.

Esse cine-jornal é bem curto e bem mais modesto que o de Porto Alegre. Acreditamos que esse registro deveria servir de modelo para todas as escolas do território nacional. Um roteiro de como conduzir uma celebração ao aniversário do presidente e, conseqüentemente, ser uma forma de despertar a simpatia e a admiração por essa figura.

⁷CJB V.2 N° 23.

⁸CJB V.2 N° 24.

⁹CJB V.2 N° 26.

A festividade em João Pessoa, novamente, fica a cargo dos escolares apresentando uma pequena parada escolar. A presença do público é considerável, pois a cerimônia se dá em local aberto.

A família brasileira comparece em massa, como pudemos ver. Temos vários flagrantes de mães e seus filhos assistindo ao desfile e, até mesmo, o de toda uma família presente. Novamente vale destacar a grande presença do público feminino.

Essa solenidade foi, possivelmente, organizada pelo governo da Paraíba, posto que as autoridades civis e militares, contando inclusive com o interventor do Estado, estavam presentes. Ambos os cine-jornais aqui citados parecem, a nosso ver, um modelo de homenagem que deveria ser seguido pelos Estados da Federação.

Destarte, no ano de 1941, o CJB preocupou-se com a maneira pela qual as homenagens ao chefe da nação deveriam ser feitas. Tendo em vista que um número significativo de solenidades foi promovido por outros órgãos e entidades, como o Ministério do Trabalho e a Liga de Defesa Nacional, e até mesmo por grupos sociais, como já o dissemos, tais solenidades não deveriam escapar ao roteiro proposto pelo DIP através do CJB.

4.2 - 1º de Maio – Dia do Trabalho

Com o advento do Estado Novo, as festividades concernentes ao Primeiro de Maio, cuja tradição foi originada no movimento operário, ao longo das décadas de 1930 e 1940, pouco a pouco, foram incorporadas ao calendário das comemorações oficiais.

Porém, esse processo de incorporação foi lento e, somente atingiu seu objetivo com sucesso em 1945, ao final do Estado Novo. Em “Consentimento e Resistência” (Arêas, 2000), podemos averiguar que na primeira metade da década de 1930, o governo provisório comemorou muito esporadicamente o Primeiro de Maio. Os anos em que essa data foi celebrada pelo Estado, sob esse governo, contabilizam somente três ocasiões.

“(…)“(…) em 1932 foi levada a efeito na Câmara dos Deputados a primeira sessão da Primeiro Conferência Regional do Trabalho, patrocinada pelo Ministério do Trabalho; no ano seguinte, o Chefe de Polícia perdoou as multas de trânsito de todos os chauffeurs da cidade; e em 1934, Vargas e o Ministro do Trabalho inauguraram casas operárias nos bairros de Benefica e Marechal Hermes”.”(Áreas, 2000, p. 128).

Com a instauração do Estado Novo, essa data passou a ser celebrada oficialmente em todos os anos. No CJB a veiculação das comemorações dos Primeiros de Maio é razoavelmente rica, abrangendo o período de 1940 a 1945. Entretanto, apenas o ano de 1945 possui sonoridade, e nele, coincidentemente, tal festividade ganhou maior destaque nos periódicos. Com relação aos anos de 1938 e 1939, vemos que os eventos concebidos foram por demais formais e não direcionado ao grande público.

O ano de 1938 marcou o momento de reflexão e de mudança na postura do governo. Foi a partir desse ano que o Primeiro de Maio passou a receber uma maior atenção por parte dos órgãos estatais. Nesse dia o então Departamento Nacional de Propaganda organizou uma cerimônia no Palácio Guanabara, com a presença de representantes dos sindicatos, na qual Vargas fez o anúncio da futura regulamentação da lei do salário mínimo e do decreto-lei isentando do imposto de transmissão a compra de terreno para edificação de casas para operários.

Em 1939, defronte ao Ministério do Trabalho, teve lugar uma parada trabalhista, na qual o presidente brinda os trabalhadores com a assinatura de decretos instituindo escolas profissionais e restaurantes populares. É a partir desse ano que o Primeiro de Maio passou a ter uma dimensão cada vez mais grandiosa, ocupando também um maior destaque na imprensa.

O “Dia do Trabalho” passou a ser entendido como um dia de afirmações pacíficas, de confraternização nacional entre todos os indivíduos de uma nação, fazendo-se acreditar que não haviam classes e que a divisão da sociedade em grupos de exploradores e explorados não existia.

“Pelo trabalho é que tais vitórias se conseguem, e sabe-o o chefe nacional que assim é. O 1º de Maio festivo constitui uma das mais importantes conquistas da sua administração segura e harmônica, e essa data, que noutras épocas nos mantinham apreensivos e sobressaltos, deixou de ser no regime inaugurado em 10 de novembro de 1937, a hora sangrenta das reivindicações proletárias, na turbulência das greves dissolvidas a pata de cavalo”. (O Estado de São Paulo, 1942).

Nessa festividade os espíritos de conquistas e realizações eram sempre invocados, induzindo a população a crer que de um mero autômato, de um mero executor – preso a uma convenção na qual só existia o vínculo de subordinação –, o trabalhador passava a ser um colaborador, porque o trabalho não era mais como outrora, não era mais um dever para com determinadas pessoas: agora seria um dever social. Portanto, a subordinação perdeu seu caráter de sujeição e passou a ter um caráter de colaboração.

“(…) nos comícios dos 1º de Maio eram reunidos em estádios e praças públicas para refazer o ritual de sua participação e para que lhes fossem anunciados os novos ganhos oferecidos, que eles, sozinhos não teriam condições de alcançar. Passivamente, os trabalhadores ouviam de Vargas e dos seus líderes a sua prestação de contas e as novas promessas; aplaudiam e asseguravam a festividade do evento. Criava-se um clima artificial de certeza de uma fraternidade nacional estável e duradoura.” (Lenharo, 1986, p. 50).

Essa festividade, em especial, permaneceu no imaginário social como sendo uma ocasião na qual o presidente Getúlio Vargas concedia os benefícios trabalhistas para os

operários que não conseguiriam obtê-los por seu esforço próprio. Fato esse que reforçava, ainda mais, a propagação por parte do Estado da ideologia de outorga: a troca de benefícios materiais por obediência política.

No decorrer da análise das imagens dos cine-jornais pode-se inferir que o processo de incorporação, pelo Estado, do Primeiro de Maio ao conjunto das comemorações oficiais somente foi concluído no final do Estado Novo, tendo o exemplo de 1945 como o modelo acabado desse processo.

As condições específicas desses anos permitiram ao Estado neutralizar de maneira eficiente o movimento operário independente, seu principal adversário na batalha pelo monopólio das comemorações e das interpretações dessa data. Como resultado, a maior data do calendário festivo do movimento operário foi transformada em um evento exaltador das ações e do modo de pensar do Estado Novo.

Além de incorporar o Primeiro de Maio, uma tradição originada no movimento operário, o Estado Novo também criou suas próprias tradições. As comemorações oficiais se constituíam em ocasiões importantes para a comunicação entre valores e normas de comportamento. A regularidade destas comemorações e a repetição dos rituais que as compunham reforçavam esse esforço na transmissão de valores.

O programa dessas cerimônias era padronizado: em todos os anos, no “Dia do Trabalho”, normalmente a festividade começava quando Getúlio Vargas inaugurava alguma obra (um obelisco, um restaurante operário ou uma galeria). Depois almoçava em determinado restaurante operário juntamente à presença de autoridades governamentais e representantes dos sindicatos. A seguir, o presidente se dirigia ao local da festa que, por quatro vezes, foi realizada no estádio de São Januário (em 1940, 1941, 1942 e 1945), uma na Esplanada do Castelo (1943) e uma no estádio do Pacaembú (1944).

Os programas dessas cerimônias incluíam, além do tão esperado discurso do presidente, também o discurso do Ministro do Trabalho e, eventualmente, os dos patrões e dos operários.

Além dos discursos, a música se fazia presente de forma expressiva nessas cerimônias. Hinos, músicas populares e músicas exaltadoras do regime e de Vargas eram executadas por bandas e orquestras com a colaboração de corais de canto orfeônico formados, na maioria das vezes, por trabalhadores.

O primeiro registro áudio-visual¹⁰ acerca das comemorações do “Dia do Trabalho” que encontramos, diferentemente do que menciona José Inácio de Melo Sousa (1990) em “A Ação e o Imaginário de uma ditadura”, é o de 1940, encontrada em uma edição especial do CJB, onde estão contidas as comemorações dos Primeiros de Maio de 1940 e 1944.

A primeira cena desse filme mostra um avião que traz o presidente Getúlio Vargas. Na cena seguinte temos a focalização das autoridades governamentais esperando o presidente. Na próxima tomada, temos a junção das imagens de Getúlio Vargas e das autoridades caminhando em direção ao carro presidencial, no qual se dirigirá a inauguração de uma obra dedicada ao ditador.

Na seqüência a objetiva do DIP capta Vargas e a comitiva saindo do aeroporto com os batedores em motocicletas, abrindo caminho por entre a massa. A fila de carros, que carrega pequenas e grandes bandeiras nacionais chega à Praça Onze. Vargas sobe ao palanque. Uma banda de música anima o local.

Bandeiras e faixas de associações de trabalhadores são captadas pela câmera. O motivo da festividade no local é a inauguração de um obelisco construído pelos trabalhadores nacionais e dedicado ao presidente. Toda essa festividade é filmada em plano de meio conjunto.

Depois da inauguração do obelisco, o presidente e a sua comitiva dirigem-se a um restaurante operário na Praça da Bandeira. Ao chegar a esse restaurante o presidente é recebido calorosamente. As mulheres ali presentes jogam pétalas de rosas no ditador. No decorrer do almoço, tudo é filmado em primeiro plano: a conversa do presidente com autoridades, as autoridades, os representantes dos sindicatos e o presidente ascendendo um charuto.

A segunda parte da programação do “Dia do Trabalho” desenvolve-se no estádio do Vasco da Gama. Vargas faz sua entrada em um Lincoln Continental aberto, apropriado para essas ocasiões, circulando pela raia olímpica. As pessoas situadas nas arquibancadas aplaudem sua chegada. Ele desce do carro e acena para a multidão. Quando chega às arquibancadas cobertas, repete o mesmo ato.

¹⁰ CJB V.3 N°61.

Quando a câmera do DIP focaliza as arquibancadas em plano geral e em panorâmica, podemos inferir que o estádio não está completamente cheio, porque podemos notar espaços vazios em outras arquibancadas. Desse modo, supomos que as pessoas que estavam presentes a essa festividade foram agrupadas em determinado espaço do estádio, a fim de sugerir uma quantidade maior de pessoas além das que realmente estavam presentes.

Em primeiro plano começa o desfile de estudantes em trajes esportivos pela raia, seguido por demonstrações de atletismo no campo de futebol. Moças da Escola Nacional de Educação Física exibem-se em trajes gregos. A cada apresentação findada a câmera do DIP focaliza a multidão aplaudindo.

Vale mencionar que no decorrer das imagens desse cine-jornal podemos notar a inexistência de faixas alusivas a associações, fábricas ou até mesmo qualquer coisa que nos lembre estarmos diante de uma comemoração especialmente endereçada aos trabalhadores.

O último bloco do filme começa em primeiro plano, no discurso do presidente Getúlio Vargas, o momento crucial e mais esperado dessa festividade. Nesse momento todos se voltam para ouvir o presidente, que está na tribuna de honra.

O discurso deste ano será consagrado, em boa parte, a uma crítica das soluções extremistas e pregará o pacifismo. Getúlio Vargas ataca ao mesmo tempo aqueles que tentaram envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo da luta de classes e as utopias ideológicas. Segundo ele, a sociedade brasileira felizmente repele, por índole, as soluções extremistas.

No entanto, o ponto essencial desse discurso diz respeito ao decreto fixando e instituindo a lei do Salário Mínimo em todo o território nacional, pauta essa que, segundo o chefe do governo, vinha sendo estudada há muito tempo. Tanto que nos diversos artigos, do período de 1937 a 1945, das publicações do DIP, tais como “Cultura Política” e “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, sobre a implementação desse decreto, podemos observar as disputas e os entraves existentes por detrás dessa medida.

De acordo com a lógica governista, o salário mínimo representou uma grande soma de esforços despendidos pelo governo. Foi um trabalho paciente de pesquisa e busca de informações visando que a medida fosse decretada sobre bases sólidas e viesse atender aos interesses de todos os trabalhadores do Brasil, sem trazer quaisquer abalos à economia, nem perturbações aos empregadores.

Às 14 horas do dia 1º de maio de 1941, hora marcada para o início da grande festa dedicada aos trabalhadores. No entanto, cerca de uma hora depois, chegava o presidente em companhia do Ministro do Trabalho Waldemar Falcão e dos membros de seu gabinete militar, todos devidamente escoltados por batedores da polícia.

Depois de ocupar seu lugar na tribuna de honra, Getúlio Vargas assistiu atentamente ao desfile das associações operárias. Depois proferiu seu discurso, como de costume, agradecendo a oportunidade de estar presente nessa grande festa e de poder dirigir-lhes palavras de confiança e de fé, e nele comenta: “A concentração de hoje e o imponente desfile a que assisti, assumem, aos olhos de quem verdadeiramente ama a sua terra, aspecto novo e edificante.”(Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. SP, 3 de maio de 1941.) Seguiu contando um pouco da história das realizações da Era Vargas, citando: I.A.P.I., I.A.P.E.T.C., Salário Mínimo e a mais recente de todas, a que seria anunciada nesse dia: a Justiça do Trabalho.

Após o encerramento do desfile, o momento mais esperado da festa se concretiza: o discurso presidencial. Como de costume, o presidente agradece a oportunidade de estar presente nesta grande festa e de poder dirigir-lhes palavras de confiança e de fé.

“Quero mais uma vez louvar o operariado nacional pela lealdade e inteligência da sua cooperação com o Governo que lhe soube interpretar as legítimas aspirações e defender-lhe os justos interesses.” (Getúlio Vargas *in* O Estado de São Paulo. SP, 3 de maio de 1941).

O discurso continua com a mesma lógica de raciocínio dos anteriores, no qual é mostrado que o atual governo conseguiu reformar a estrutura social brasileira promovendo a solidariedade das classes através da colaboração geral nas tarefas de bem comum. Aboliu os privilégios do passado, dignificando todas as categorias de trabalho, enfim, tentava-se convencer o trabalhador de que ele estava no mesmo nível do empregador.

O pronunciamento do presidente evoca, ainda, a lealdade e a inteligência da cooperação dos trabalhadores com o Governo, que soube interpretar-lhe as legítimas aspirações e defender-lhe os justos interesses.

Em contra-partida, para justificar a legislação trabalhista para os patrões, o presidente acrescenta que o operário e o patrão compreendem que o trabalho também é

capital e os bens acumulados pouco valem se os seus benefícios não se estenderem à coletividade.

Conforme mencionamos anteriormente, nesse ano o decreto a ser implementado refere-se à Justiça do Trabalho, que correspondia ao poder instituído pelo artigo 122 da Constituição Federal, cuja tarefa era assegurar a harmonia das relações entre empregados e empregadores, e proibiu a greve e o *lockout*, sob esse pretexto.

“A Justiça do Trabalho, (...) instalada neste histórico Primeiro de Maio terá essa missão. Cumpre-lhe defender, de todos os perigos a nossa legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela rectidão e firmeza das sentenças. Da nova magistratura outra coisa não esperam o Governo, empregados e empregadores e a esclarecida opinião nacional.” (O Estado de São Paulo. SP, 3 de maio de 1941)

Após o pronunciamento do discurso, a festividade se dá por encerrada, sem que a câmara do DIP capte nenhuma imagem concernente à relação amistosa e calorosa entre o presidente Getúlio Vargas e a massa operária presente nessa ocasião.

Vale lembrar que, nesse ano pela primeira vez, o DIP organizou um serviço radiofônico, nos moldes do que se fazia nos Estados Unidos e na Europa com os pronunciamentos dos chefes de Estado. O discurso do presidente Getúlio Vargas, além de ser irradiado em ondas longas e curtas para o estrangeiro e para todo o país foi, mais tarde, retransmitido para o mundo em vários idiomas.

No ano seguinte, o ator principal da festividade não pôde comparecer devido um acidente automobilístico: a caminho do estádio o carro do presidente colidiu com outro cujo motorista estava desatento. O presidente sofreu lesões leves, sem maiores conseqüências. No entanto, o CJB comunicará esse fato somente em um número posterior, sem qualquer relação com os demais assuntos, no qual apresentará inúmeras assinaturas dos populares desejando melhoras ao presidente.

A festividade desse ano, novamente sucedida no estádio do Vasco da Gama, tem sua primeira cena focalizada através de um plano geral das arquibancadas abertas cheias. Nessas arquibancadas, notamos apenas a presença da população e a ausência de faixas.

A esquadilha da fumaça sobrevoando o céu do estádio dá início à festividade, que é focalizada a partir de um plano de detalhe. Outro plano de detalhe mostra a banda dos Dragões da Independência. Em um outro instante temos um primeiro plano dos músicos dessa banda tocando o hino nacional. Todos se colocam civicamente em pé.

Nesse ano o mestre de cerimônias é o Ministro do Trabalho Marcondes Filho que, na maioria das vezes, é focalizado em plano de meio conjunto, ou seja, é dado destaque à sua figura, sem isolá-la do ambiente que corresponde a um palanque, devidamente improvisado, no meio da tribuna de honra do estádio.

A nomeação de Alexandre Marcondes Filho como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em 29 de dezembro de 1941, tornou-se significativa para a alteração de rumos na política social do trabalho.

Marcondes Filho era um bem sucedido advogado paulista especializado em direito comercial. Possuía um escritório conhecido e freqüentado pela nata do empresariado de São Paulo, fato este que possibilitou uma forte garantia de alianças com o setor empresarial, especialmente com o de São Paulo. Aliás, o período que vai de 1943 a 1945 certifica um excelente relacionamento que se estabeleceu entre o governo e os interesses empresariais do país.

Todavia, a presença de Marcondes Filho no cenário político dos anos 40 não se resumiu apenas à sua entrada para o Ministério do Trabalho. Em 17 de julho de 1942 ele assumiria interinamente, para ser efetivado em abril de 1943, o cargo de Ministro da Justiça acumulando, assim, duas pastas. Nota-se que a sua participação nesses ministérios forneceu um conteúdo político maior à administração das questões trabalhistas, lançando-o como personagem central na condução do processo político nacional.

Voltando ao cine-jornal, as próximas cenas do filme são alternadas da seguinte forma: focalizam primeiramente a esquadilha da fumaça sobrevoando e fazendo graciosas manobras, seguida pela focalização da multidão nas arquibancadas.

Em plano americano o desfile começa: colegiais começam a desfilar na raia. Moças de branco carregando bandeiras nacionais, abrem o espetáculo. A câmera se concentra em três moças que carregam uma enorme foto de Getúlio Vargas. O segundo grupo, formado por três homens trajados com macacões, seguram a faixa “Cia. Siderúrgica Nacional”, simbolizando uma pré-abertura desse bloco.

Esse segundo bloco, composto por um grupo de operários, provavelmente da CSN, cuja faixa que carregavam era intitulada: “Salve Getúlio Vargas – criador da grande siderúrgica.”, vinham vestidos com macacões cuja uniformidade nos faz associá-los a um batalhão bem arregimentado. A esses operários, seguem-se outros trabalhadores como os gráficos da Imprensa Nacional e os funcionários da Administração. Os grupos seguintes são compostos por trabalhadores da fundição, planejamento, revisão, etc., todos portando as suas faixas identificatórias. O último grupo a desfilar perante a câmera é o da Fábrica de Bangú, cuja faixa anuncia “Os operários da Bangú saúdam o presidente Vargas”.

O desfile quase que inteiro foi filmado em plano americano.

Diversos planos das arquibancadas, o término da passagem das mesmas moças que abriram o desfile, uma tomada do público se voltando para a tribuna de honra, são os sinais preparatórios do início do discurso, nessa ocasião pronunciado pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho.

O momento mais esperado da solenidade, então, teria seu início. Marcondes Filho dirige palavras de incentivo e de ordem para que se possa produzir cada vez mais na obtenção do pão de cada dia, pois seria essa a solução para o país, diante dos vindouros acontecimentos.

Em plena 2ª Guerra Mundial, o discurso muda nitidamente o seu tom, tendo em vista que o ano de 1942 permaneceu como um marco sugestivo exatamente pela ambigüidade política que passou a dominar o clima do Estado Novo. Esta ambigüidade reside no esforço, por parte do governo, em abrir mão de um regime autoritário sem, contudo, abrir mão das posições de poder. Dessa forma, o discurso é dirigido, sobretudo aos trabalhadores e amigos do Brasil e não particularmente aos trabalhadores, como nos demais precedentes.

No mês seguinte, mais precisamente no dia 22, o presidente Getúlio Vargas reuniu-se com seu ministério, reunião na qual declararam que, diante da comprovação dos atos de guerra contra a soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e Alemanha e Itália. Nove dias depois, em 31 de agosto, Vargas baixou um decreto notificando Estado de Guerra em todo o território nacional.

Esse decreto resultou em uma considerável depreciação das condições de trabalho dos assalariados urbanos, sobretudo para o operariado. Ao mesmo tempo em que era

ultimada a codificação da legislação trabalhista acumulada desde antes da revolução de 30, a situação de guerra justificava a suspensão de vários dispositivos dessa mesma legislação, através de decretos-leis de emergência.

As medidas trabalhistas concedidas tornaram-se letra morta para os setores majoritários dos operários fabris, na conjuntura da guerra. Desse modo, para os trabalhadores inaugurou-se um processo no qual foram sendo minados os limitados e inaplicados direitos trabalhistas: a jornada de trabalho foi estendida para dez horas; o sistema de férias foi alterado; a ausência no trabalho, a partir do oitavo dia, passou a ser considerada abandono de emprego; a recusa do trabalhador em mudar de posto de trabalho ou sessão dentro da empresa tornou-se motivo de dispensa imediata; o trabalho noturno para mulheres e menores voltou a ser permitido.

Voltando ao discurso do Primeiro de Maio de 42, no plano econômico é proposto que se vá além de uma produção unicamente voltada para o mercado interno, buscando atingir uma economia de exportação. Lembremos que a guerra foi um momento importante para o processo de industrialização dos países da América Latina. Nesse momento é lançada a palavra de ordem: Produzir.

A partir disso, o trabalho não apenas objetivava a manutenção do desenvolvimento econômico da nação e a dignificação do trabalhador, mas também:

“a indestrutibilidade da nossa segurança e a mobilização de todos os nossos esforços em prol da salvaguarda da nossa liberdade e da liberdade dos povos que conosco comungam os mesmos fecundos e sacrosantos ideais.” (Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “O Presidente e o 1º de Maio.”, SP, 1942)

No seu conjunto, esse Primeiro de Maio foi um espetáculo frio. Nem o ator principal da solenidade esteve presente, nem os trabalhadores tiveram grande projeção. Apesar disso, podemos inferir que esse “Dia do Trabalho”, ao menos para os espectadores, não foi um Dia do Trabalho qualquer.

O Primeiro de Maio de 1943 apresentará uma ligeira fatura diferente dos anos anteriores. A exibição da comemoração se dividiu em dois momentos que se entrelaçam.

O primeiro, referia-se ao problema da alimentação dos operários, caso que estava sendo estudado pelo governo. Nessa data estava sendo criado um órgão especial: o Serviço

de Alimentação da Previdência Social – SAPS, cujo objetivo era a organização de restaurantes modelo que seriam um primeiro passo nessa campanha pela nutrição farta e sadia que seria ampliada e desenvolvida, de modo a estender seus benefícios a um maior número possível pois, de estômago vazio nenhum trabalhador poderia trabalhar bem e rapidamente.

Contudo, iremos nos concentrar no segundo momento, que nos interessa mais. A cerimônia propriamente dita do “Dia do Trabalho”, realizada em frente ao Ministério do Trabalho, na Esplanada do Castelo e que reuniu uma grande massa popular que aguardava a aparição de Vargas na sacada do prédio.

Novamente, a arregimentação dos trabalhadores do Estado para a manifestação resultou em um número significativo de participantes. Eram várias as placas identificadoras do pessoal da EFCB; como no ano anterior, uma faixa anunciava que o “pessoal da Administração saúda o presidente Vargas.”; outras faixas referiam-se a operários da Fábrica Bangú, da Fábrica Mazda e da GE.

A partir de um primeiro plano da multidão que se posicionava em frente à Esplanada do Castelo, podemos notar também, que muitas pessoas não estavam congregadas a nenhuma das fábricas acima citadas, pois seguravam apenas bandeirinhas nacionais.

Quando Vargas aparece, em primeiro plano, saudando com seu gesto característico, a multidão se agita. Entre o aparecimento de Vargas e o auge da solenidade, o discurso, dez planos dedicam-se a mostrar a relação entre a massa e o presidente. Todavia, a despeito da montagem desse aparato, o resultado que se tira dele é pobre. A massa popular permanece estática, a espera do benefício sabido que será concedido.

A câmera se fixa no conjunto do balcão, desconsiderando a massa que não ganha direito a uma última aparição. A divisão das imagens entre os parceiros do espetáculo é muito desigual.

O discurso pronunciado continha basicamente instruções para acelerar o ritmo da preparação militar e a criação de uma mentalidade de guerra:

“Maus grados as sérias apreensões decorrentes da atual situação do mundo, não devemos alimentar temores e receios quanto ao futuro. Sabemos que a guerra é uma escola de sacrifícios e para enfrentá-los não nos faltam coragem e tenacidade. A fase de reorganização que

sobreviverá ao choque dos exércitos não nos encontrará desprezados.” (Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “Discurso do Presidente Vargas.”, SP, 3 de maio de 1943)

Os tempos de guerra aumentariam cada vez mais a intolerância da ociosidade. Naqueles tempos, mais que nunca a ociosidade era considerada um crime contra o interesse coletivo. Não se podia tolerar a desocupação quando havia tantas tarefas urgentes a serem realizadas e todos os trabalhadores estavam sob o mesmo imperativo: trabalhar bem e rapidamente.

Contudo, não eram apenas palavras de ordem e progresso que o presidente dirigia à classe operária. Como na maioria dos Primeiros de Maio, algum decreto era implementado. O desse ano foi a lei de abono familiar, que concedia auxílio às proles complementando, assim, a lei anterior que proporcionava as mesmas vantagens aos funcionários públicos. Também a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a sistematização do conjunto de normas legais referentes aos sindicatos e às condições de trabalho, além da reunião das normas gerais de tutela, tais como o salário mínimo, a limitação da jornada de trabalho, a carteira profissional e as férias, e das normas de segurança e regulamentação da Justiça do Trabalho. Mesmo assim, a criação da CLT foi, em larga medida, inócua nos primeiros anos de sua vigência.

Desta forma, podemos inferir que essas novas medidas concedidas nesse dia serviriam apenas para remediar as enormes perdas salariais e a suspensão de outras medidas que os trabalhadores do sistema fabril vinham sofrendo, desde a decretação do estado de guerra.

A comemoração do Primeiro de Maio de 1944 pode ser considerada a mais pomposa até então. Pela primeira vez na história do Estado Novo, a festa do Trabalho não foi realizada na então capital nacional, mas sim em São Paulo, no estádio do Pacaembú.

“Pela primeira vez, neste Primeiro de Maio, altero a praxe de falar-vos da capital da República. Vim a São Paulo e daqui vos dirijo a palavra, atendendo ao apelo de quase meio milhão de obreiros da riqueza e do progresso do país, representados em duzentos e setenta sindicatos e seis federações.” (Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “O Discurso do Presidente Getúlio Vargas aos Trabalhadores.”, SP, 3 de maio de 1944)

Da mesma forma que em 1940, 1941 e 1942, as primeiras cenas do cine-jornal se abrem com a chegada do avião presidencial, agora ao Aeroporto de Congonhas. Ilustres figuras e demais autoridades, juntamente com suas famílias, aguardavam o presidente.

O dia parecia estar cinzento e frio, entretanto e a despeito disto, a saída do aeroporto foi feita em carro aberto. Como podemos observar, no decorrer do trajeto do presidente à residência oficial do interventor, o Palácio dos Campos Elíseos, havia uma imensa multidão postada nas calçadas aplaudindo-o. Ciclistas e populares acompanhavam o carro presidencial em paralelo.

A seqüência seguinte, antes da praça fronteira ao estádio do Pacaembú, a massa foi dividida em duas filas paralelas para a entrada. Homens, mulheres e crianças dão a impressão de frieza, assim como é frio o tempo desse “Dia do Trabalho”. Uma tomada em plano geral nos mostra o comprimento dessas longas filas.

No interior do estádio o desfile tem seu início. A primeira faixa captada pela câmera é a “Salve Getúlio Vargas”. Feita a saudação, a seguinte: “Os soldados do trabalho saberão ganhar a batalha da produção”. Os trabalhadores continuam a passar apáticos pela raia com suas faixas: “Trabalhador sindicalizado é trabalhador organizado a serviço do Brasil”, e outras simplesmente mostrando a presença das categorias dos eletricitários e dos chapeleiros na ocasião.

Tais palavras de ordem e de apoio ao presidente misturavam-se às moças que carregavam bandeiras nacionais e as voluntárias da defesa passiva anti-aérea. Por trás das faixas e bandeiras vê-se que o estádio está cheio.

Alguns primeiros planos são dedicados a exhibir os rostos e as expressões quietas desses trabalhadores que compareceram ao que deveria ser a festa do Trabalho. A sensação flagrada pela câmera é de pessoas pegas em uma situação desconfortável. Não há propriamente satisfação nesses indivíduos que, pretensamente, deveriam ser os donos do espetáculo. O cansaço pode ser um dos motivos dessa apatia, posto que estavam à espera pela fala presidencial a cerca de duas, três ou mais horas.

Enquanto esperam, os trabalhadores são agraciados com um espetáculo de ballet. Na concha acústica, uma orquestra faz movimentar os passos dos bailarinos. Os aplausos ao bailado só são fixados pela câmera colocada nas arquibancadas cobertas, os melhores lugares do estádio.

Finalmente, Getúlio Vargas chega à tribuna de honra, seguido por Marcondes Filho. O presidente faz o seu habitual gesto de saudação. Uma revoada de pombos marca a sua chegada. A câmera, nesse momento, faz um surpreendente deslizamento em paralelo sobre o mar de espectadores que aplaudem e acenam com seus lenços. É uma tomada extremamente calorosa, o que contrasta com toda a frieza do desenvolvimento do espetáculo até aquele momento.

Os planos posteriores são destinados a criar um clima de expectativa entre a massa e o presidente (tomadas de Vargas e do público se alternam). O cine-jornal se interrompe nesse instante, na hora em que se iniciaria o discurso. O tom de reconhecimento entre ditador e massa, que vinha sendo buscado desde 1940, havia sido encontrado.

Em 1944 teria sido proferido o mais longo discurso de Primeiro de Maio de Vargas. Foi também o mais dramático: os obstáculos se multiplicam, a colaboração dos operários se torna decisiva e o governo reconhece tão patriótico devotamento.

O discurso consistiu, basicamente, na explicação das novas medidas econômicas que seriam decretadas naquele dia.

“Já fizemos bastante, sem dúvida. Os frutos deste trabalho são magníficos, mas ainda há muito que empreender e aperfeiçoar. É nesse sentido que desejo anunciar-vos hoje a projetada reforma dos serviços de assistência social, em bases mais amplas, capazes de favorecer maior número de trabalhadores e amparar mais eficientemente as suas famílias.”(Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “O Discurso do Presidente Getúlio Vargas aos Trabalhadores.”, SP, 3 de maio de 1944.)

As linhas mestras dessa reforma correspondia à equivalência dos benefícios a todos os grupos profissionais, na outorga de pensões na base dos encargos crescentes de famílias, segundo o número de filhos, melhoria nas aposentadorias, que passariam a corresponder, pelo menos, ao salário mínimo regional.

O discurso termina evocando a solidariedade e cooperação de todos os segmentos da sociedade para que se possa dar como exemplo, o Brasil, enquanto um povo organizado, dono do seu destino, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade.

A última comemoração do “Dia do Trabalho” realizada pelo Estado Novo, foi marcada pelo sentimento de despedida desse governo. A comemoração desse ano, além da preocupação de superar a anterior, em São Paulo (esta teria sido considerada a mais bonita e grandiosa), tinha a intenção de coroar o virar dessa página da história das manifestações cívicas em grande estilo, ou melhor, com um *gran finale*.

Vale mencionar que, desde fevereiro de 1945, o país vivia um nítido clima de transformação do regime e, em julho, os partidos e as candidaturas já estavam na rua. Como decorrência dessa situação política, a mudança de estilo nas emissões do DIP acompanhou esse clima, que já não comportava mais certas práticas de propaganda nitidamente estadonovistas.

O cronograma da festa contava com a participação de dezenas de atletas que apresentaram uma coreografia de exercícios de ginástica olímpica que tomou conta de quase todo o campo do estádio, uma companhia de ballet, o tradicional desfile das associações operárias e a participação especial dos soldados da F.E.B. (em virtude da baixa militar em 1944) que seriam agraciados com uma homenagem especial.

A cobertura do Primeiro de Maio de 1945, feita pelo CJB, omitiu o discurso, ponto nevrálgico da festividade, colocando em seu lugar unicamente a relação entre o presidente e a massa. O discurso foi, em suma, uma grande prestação de contas das realizações dos quinze anos de Era Vargas.

“Este Primeiro de Maio reveste-se para mim e para nós, de marcante significação. Estamos participando de grandes acontecimentos e assistimos ao alvorecer de uma nova fase da civilização. A nossa Pátria, até bem pouco considerada país semi-colonial, cresceu, prosperou, tornou-se uma nação capaz de influir na resolução dos magnos problemas mundiais. Isso deve encher-nos de orgulho e dar-nos ao mesmo tempo a noção exata das nossas responsabilidades atuais e futuras.”(Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “Notável Discurso Proferido pelo Chefe da Nação.”, SP, 3 de maio de 1945.)

No decorrer do discurso, o presidente exaltou as medidas que decretou a favor dos trabalhadores afirmando, ainda, que realizou-se tudo e muito mais do que fora prometido, pois conseguira organizar o trabalho nacional segundo os princípios cristãos da justiça social.

“Sobre tudo isso se legislou de 1930 a 1945, formando um corpo completo de leis, que pode servir e já serve de padrão a outros povos que ainda não conseguiram implantar definitiva e pacificamente, nas suas relações de vida, os postulados da justiça social.”(Getúlio Vargas *in*: O Estado de São Paulo. “Notável Discurso Proferido pelo Chefe da Nação.”, SP, 3 de maio de 1945.)

Contudo, a justiça social não foi o objetivo primordial no Estado Novo, visto que as representações relacionadas ao mundo do trabalho ocupavam um lugar secundário nas mensagens dos meios de propaganda. O termo “justiça social” era pouco empregado e aparecia, especialmente, nos escritos de autores de formação católica. A constatação é confirmada quando se busca saber qual a importância atribuída ao tema trabalho/trabalhador nas imagens divulgadas pelo CJB.

4.3 - Sete de Setembro - Dia da Independência

As comemorações do Sete de Setembro já se encontravam, no início da década de 1930, tradicionalmente associadas à participação significativa dos militares. No decorrer do governo Vargas essa participação foi mantida, no entanto, as novas festividades criadas pelos órgãos de propaganda apresentaram, desde o início, um alto grau de elaboração.

Nos três primeiros anos do governo provisório, as comemorações restringiram-se à salvas de tiros efetuadas por navios da Marinha e aos desfiles militares. Em 1932, devido à conturbação política provocada pela Revolução Constitucionalista, as salvas de tiros foram suspensas para não alarmar a inquietação da capital paulista.

No ano de 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural realizou, pela primeira vez, uma solenidade de maior envergadura. Essa cerimônia, que passaria, nos anos seguintes, a ser conhecida como a “Hora da Independência”, consistia em demonstrações de esquadrilhas de aviões, cantos orfeônicos e desfiles de estudantes, trabalhadores e associações esportivas e patrióticas.

A partir do ano de 1935, os órgãos de propaganda acrescentaram duas novas mudanças à programação comemorativa dessa data. A primeira delas pode ser entendida como uma preocupação das Forças Armadas de se estabelecer uma vinculação maior entre o Sete de Setembro e a infância e a juventude, não se restringindo apenas à presença de seus representantes na cerimônia da Hora da Independência.

Vale lembrar que a posição assumida pelas Forças Armadas na política nacional depois de 1930 daria lugar à participação crescente dessa instituição na esfera educacional.

“(…) o Exército elabora ao longo do tempo uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições.” (Schwartzman, 2000, p. 84).

As festividades do Sete de Setembro, conforme dito anteriormente, eram, em sua origem, organizadas exclusivamente pelas Forças Armadas. Com Getúlio Vargas à frente da presidência, essa festividade, que ainda mantinha um caráter notoriamente militar devido, principalmente, à ostentação dos armamentos bélicos em desfiles e paradas,

pontuava claramente a união entre os militares e os civis que detinham o controle político do Brasil.

Desse modo, essa data festiva do calendário oficial do Estado Novo interessava em muito aos militares, que a viam como uma possível ponte para a inclusão de mais jovens em sua instituição. Assim a Parada da Juventude, que constituía-se de um desfile escolar pelas principais ruas da capital federal, foi a primeira modificação acrescentada à programação dessa data.

Essa preocupação em aproximar os jovens das festividades refletia na prerrogativa de que estes eram considerados componentes importantes na ideologia de um regime que se pretendia pragmático e inovador. Além disso, o jovem era considerado, pela propaganda política, o responsável pela continuidade do regime.

E a segunda mudança referente à programação do Sete de Setembro diz respeito ao tempo de duração da celebração dessa festividade. Diferentemente das demais comemorações oficiais do Estado Novo, essa data festiva era celebrada durante uma semana, com programações diversas que abarcavam todos os segmentos da sociedade.

A programação dessa festividade era constituída por três eventos, elaborados de modo a abranger todo o dia. Assim, na parte da manhã o primeiro dos eventos a ser realizados consistia em uma parada militar, à tarde a Hora da Independência e à noite, um baile de gala.

Para o regime, as comemorações do Dia da Independência representavam oportunidades únicas para a população demonstrar todo o seu amor ao país, à nação e, conseqüentemente, ao Estado. O ardor patriótico deveria nortear as festividades e unir os cidadãos em torno de um sentimento comum.

No caso dessa solenidade, consagrada ao Dia da Independência Nacional, o presidente Getúlio Vargas privilegiava a situação política do país e destacava a figura do soldado. Em mais de uma ocasião, o discurso de Vargas usou a imagem de pelotões de trabalhadores integrados na defesa da pátria; sobretudo após a entrada do Brasil na guerra. O lançamento da batalha da produção fazia do operário um soldado de segunda trincheira, não menos importante do que aquele que estava na linha de frente.

No ano de 1937, quando o Estado Novo ainda não tinha sido implantado, o destaque dessa festividade havia sido, sem sombra de dúvida, um incidente ocorrido no

momento em que a parada militar tinha terminado. Um desconhecido, que a polícia identificou posteriormente como Oswaldo Veras Coelho, ergueu o braço em uma saudação comunista. O gesto foi presenciado pelos que se encontravam nas proximidades do palanque presidencial. Oswaldo Veras Coelho, ao ser detido, declarou que dera um inocente viva à democracia e que seu gesto não fora bem interpretado.

No período da tarde, mais exatamente às 15 horas, na Esplanada do Castelo, a programação continuou com A Hora da Independência. No centro daquela praça, uma torre servia de suporte a uma gigantesca bandeira nacional que, entretanto, teve que ser retirada por causa da impetuosidade do vento. E, no período noturno, encerrando as comemorações do Dia da Pátria, realizou-se um recital de gala no Teatro Municipal.

Um fato curioso ocorrido nessa festividade, conforme mencionamos no capítulo anterior, diz respeito à ausência de imagens do maestro Heitor Villa-Lobos, veiculadas pelo CJB. Como é sabido, o maestro tinha uma participação especial na Hora da Independência, a regência do coral orfeônico composto por crianças e jovens. Nos periódicos “O Estado de São Paulo” e “Correio da Manhã” sua participação foi sempre citada. Ao passo que nas imagens do CJB, ele não é sequer mencionado e, menos ainda, focalizado.

Em 1938, os jornais deram destaque ao evento da Hora da Independência. O pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, que deveria ter sido proferido no campo do Vasco da Gama, foi irradiado à noite, no programa radiofônico “A Hora do Brasil”. Assim, no Palácio Guanabara, perante membros do ministério, o presidente proferiu, então, o discurso.

Em 1939, os festejos comemorativos da Independência se fizeram em dois eventos. Pela manhã foi realizada a parada militar, com a participação de representantes das Forças Armadas da Argentina, na praça Paria, avenida Rio Branco e adjacentes. No período da tarde, como sempre, teria lugar a Hora da Independência. Essa concentração orfeônica foi formada por cerca de 30 mil jovens, alunos do internato Pedro II e das escolas públicas da capital, sob a regência do maestro Villa-Lobos. Bandas militares participaram do festival acompanhando os vários números de canto orfeônico.

No ano de 1940 a programação da festividade foi constituída pela parada militar na Praça Deodoro, promovida pelo Ministério da Marinha. Na parte da tarde, o lançamento da pedra fundamental do monumento do Barão do Rio Branco, promovido pelo Ministério

das Relações Exteriores. Logo após, viria a concentração cívico-orfeônica, no estádio do Vasco da Gama e, à noite, o Baile de Gala, no Teatro Municipal, promovido pela prefeitura.

Em 1942, a parada militar e a Hora da Independência foram destaque nos jornais. Ocupando as arquibancadas do estádio, A Hora da Independência tornou-se uma bela e comovente massa orfeônica, sob a direção do maestro Villa-Lobos. Essa apresentação arrancou frenéticas palmas dos presentes. Agitando bandeiras, sob o amplo fundo dos uniformes, algumas centenas de crianças retratavam a palavra “Brasil” ou formavam as cores do nosso pavilhão.

No que diz respeito aos registros audiovisuais relativos a esta festividade, a Cinemateca possui em seu acervo, somente, os dos anos de 1943, 1944 e 1945. O CJB respectivo ao ano de 1943, por sua vez, foi composto por três eventos: Parada da Raça (CJB V.3 N°23) e a inauguração do monumento do Rio Branco (CJB V.3 N°25), a Hora da Independência (CJB V.3 N°25). O de 1944 foi constituído por uma parada militar (CJB V.3 N° 63) e a Parada da Juventude (CJB V. N°65). E o de 1945 corresponde ao evento da Semana da Pátria (CJB V.4 N°46).

Apesar de termos somente os registros audiovisuais de dois anos, no entanto, estes dois números do CJB nos pareceu muito significativo, tendo me vista que contempla todas as variantes da programação das festividades do sete de setembro.

Conforme a ordem acima exposta, analisaremos primeiramente a Parada da Raça (CJB V.3 N° 25). Esta foi realizada em local aberto, em uma grande avenida da cidade do Rio de Janeiro. A primeira cena desse cine-jornal é iniciada com uma focalização em plano geral do desfile.

A Parada da Raça contou com a participação dos alunos do colégio militar, dos universitários, dos alunos de todos os colégios e de escolas profissionais da capital federal brasileira, assim como as bandeirantes e as associações de escoteiros, formando, ao todo, cinco grandes agrupamentos de unidades juvenis. Vale mencionar que também estavam presentes o presidente Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema e outras autoridades civis e militares.

De acordo com as informações fornecidas pelo narrador desse cine-jornal, essa parada contou com a participação de quinze mil jovens. Verdade ou não, o fato é que, segundo as imagens ali obtidas, a população parece ter comparecido em peso, tanto como espectadores quanto como participantes da parada. Como nas demais festividades do calendário cívico estadonovista, este evento conta com a presença da família operária brasileira.

O destaque das imagens é, sem dúvidas, o comportamento rígido e inflexível dos jovens que desfilam. Caracterizados pela narração do cine-jornal como jovens disciplinados, ao som dos hinos e das canções patrióticas, não temem demonstrar sua fé, entusiasmo e civismo à nação que aprenderam a conhecer – através da nacionalização do ensino – e a amar, a partir das diversas atividades patrióticas das quais deveriam fazer parte.

Ao final dessa Parada, temos a demonstração de apreço e admiração que vários trabalhadores mantinham por seu estadista. Esses romperam o cordão de isolamento que envolvia o carro presidencial e ovacionaram o chefe da nação.

A solenidade posterior teve lugar na Esplanada do Castelo e diz respeito à inauguração de um monumento da figura do Rio Branco (CJB V.3 N° 25), visando fixá-lo na memória dos indivíduos como um grande patriota. A participação dos populares é nula, posto que esse ato se destinava principalmente aos militares e aos altos funcionários do governo. Vale destacar a presença do chanceler chileno Fernando Fernandez, que fez um pronunciamento na ocasião. Mais uma vez, o Itamarati não media esforços para fazer valer o processo de aproximação entre os países do Cone Sul.

A seguir, em primeiro plano, o presidente Getúlio Vargas assina a ata relativa a essa cerimônia e depois se aproxima do monumento para descerrá-lo e inaugurá-lo. Esse cine-jornal contém painéis aludindo aos principais atos diplomáticos nos quais Rio Branco se destacou como o grande chanceler do Brasil, como afirma o narrador. Esse cine-jornal teve em suma, tem um caráter notoriamente formal e dirigido, especialmente, aos membros das Forças Armadas.

A solenidade seguinte desse ano de 1943 refere-se à palavra do presidente Getúlio Vargas na Hora da Independência (CJB V.3 N°25). Em plano geral, começa o cine-jornal

focalizando a orla olímpica do estádio Vasco da Gama, onde o carro presidencial faz seu percurso. O estadista acena para a multidão que o aguardava incansavelmente, com sua usual saudação.

A essa solenidade compareceram uma multidão incalculável, formada pela massa popular que pode ser traduzida como a grande família operária brasileira, e autoridades civis e militares.

Em plano de meio de conjunto podemos ver o presidente Getúlio Vargas chegar ao palanque onde, dentre as demais autoridades civis, o aguardava o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

A parte crucial desse evento corresponde ao discurso do estadista, irradiado pelo rádio e posteriormente retransmitido para diversos países. Esse pronunciamento é reproduzido na íntegra na sonoridade do cine-jornal, com a própria voz do presidente Getúlio Vargas.

A tônica desse discurso é totalmente voltada para as implicações da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Tentando acalmar os ânimos dos trabalhadores mais críticos, o presidente promete combater o aumento do custo de vida, melhorar os salários dos servidores do Estado e dos trabalhadores da indústria e do comércio.

Para tanto, explica que o aumento da produção das riquezas nacionais poderia ser a única solução para colocar em prática tais promessas. E adverte que qualquer desvio de atenção para outros objetivos resultaria em uma ação condenável e nociva, tornando o indivíduo um traidor da pátria.

“Vencer, militar e política e economicamente deve ser nosso alvo exclusivo e para atingi-lo nenhum sacrifício deve parecer demasiado no presente porque estamos defendendo o próprio futuro da Pátria”. (CJB V3 N° 25).

O presidente Getúlio Vargas termina seu discurso convocando a nação brasileira que, em seu dizer, seria um povo de civilização cristã. Os fundamentos dessa civilização tentam, nas virtudes da tolerância e do respeito, fazer esse povo estar sempre pronto para lutar pela unidade e pelo engrandecimento da Pátria.

O primeiro registro áudio-visual desta festividade do ano de 1944, diz respeito a uma parada militar (CJB V.3 N°65) que foi realizada em uma grande avenida, possivelmente a que leva o nome do então presidente do Brasil. O percurso desta parada conduziria a festividade ao Palácio da Guerra, local do pronunciamento e de encerramento das atividades.

Essa comemoração congrega a família brasileira. No decorrer das imagens podemos verificá-lo pela presença de pais, mães e seus filhos, todos trajados com suas melhores vestimentas, procurando nas calçadas adjacentes à parada, o melhor local para observar e fazer parte dessa manifestação.

O início desse cine-jornal se dá com a obra “Independência ou Morte”, de Pedro Américo, focalizado em primeiro plano pela câmera do DIP. O artifício desse primeiro plano do CJB visa mostrar de forma bem pedagógica o sentido da realização dessa comemoração. E, somente no final desse cine-jornal, vemos a ligação entre esse quadro e a significação da mensagem emitida nesse ano.

Em seguida, temos as imagens do trajeto do carro presidencial que levaria o estadista ao Palácio da Guerra, devidamente focalizado em plano geral para que possamos ter uma noção precisa da grandiosidade dessa solenidade, que se realiza em local aberto. E, graças ao *travelling* da câmera do DIP, podemos deduzir que a população compareceu em peso para participar dessa festa. Nessa mesma tomada é evidenciado pela câmera do DIP o clima amistoso e caloroso da relação entre o estadista e a população.

Durante esse trajeto, a ênfase é dada, novamente, à relação entre população e estadista, tendo em vista o fato de que podemos ouvir claramente, a partir do excelente som desse cine-jornal, a multidão presente aplaudindo, com grande entusiasmo e intensidade, quando o carro do presidente Getúlio Vargas trafega perto da massa expectadora, momento este imensamente aguardado, até o instante em que o presidente se apresenta ao local da solenidade.

Em plano de meio de conjunto é focalizada a varanda desse edifício onde se reúnem, em torno do presidente Getúlio Vargas, os ministros do Estado, representantes diplomáticos, membros das missões militares especiais instaladas no Rio de Janeiro, o chefe do estado maior e demais autoridades civis e militares.

Em um momento altamente simbólico, pombas são soltas, denotando a almejada paz por todos os povos do mundo, valendo lembrar que nesse ano a Segunda Guerra Mundial já estava em curso. Esse acontecimento é todo filmado em plano geral para que assim se tenha maior dimensão do espetáculo.

Ao longo das imagens dessa comemoração notamos que a câmera do DIP dá maior ênfase à presença das autoridades governamentais e militares focalizando-as, por inúmeras vezes, diferentemente das comemorações do Primeiro de Maio cujas imagens privilegiam a população nas arquibancadas.

A participação das Forças Armadas nas festividades do Sete de Setembro possui um destaque especial, conforme dito anteriormente. A elas é dado o direito de iniciar, formalmente, a parada. Dessa forma, o general Silva Júnior, acompanhado de seu estado maior, dá início ao desfile, cuja tomada é feita em plano geral. Todo o desfile é filmado em plano de meio conjunto. Dessa grande parada militar tomam parte os contingentes de todas as armas, desde a infantaria à aviação.

Nessa solenidade, pela primeira vez, tem-se a oportunidade de ser apresentado ao público os modernos carros de assalto e canhões anti-aéreos, cuja exibição é feita exaustivamente nesse cine-jornal. Novamente, temos aqui uma alusão ao conflito mundial. Contudo, essa ostentação de veículos e armamentos bélicos serviria para demonstrar ao público que o país estava totalmente preparado para qualquer eventualidade e, acima de tudo, que possuía material humano hábil e disposto a defender o regime e a Pátria.

Novamente em plano de meio conjunto é destacada, nessa parada, a presença dos guardas-marinhas da Argentina e dos cadetes do Paraguai. Conforme vimos no capítulo anterior, o governo brasileiro esforçou-se em muito para iniciar e firmar um processo de maior aproximação dos países do Cone Sul. E, para esse processo, nada melhor que estabelecer um intercâmbio entre as Forças Armadas dessas nações.

No decorrer desse desfile, o narrador do cine-jornal conta a história da Proclamação da República, baseada em um documento de 1853, contendo a narrativa de Paulo Antonio do Vale.

A comparação entre Dom Pedro I e o presidente Getúlio Vargas é exaustivamente firmada. O famoso Dia do Fico é simbolizado como a Revolução de 1930, uma vez que havia-se aí constatado o desejo do povo pela proteção do imperador Pedro I. E, tempos

depois outro estadista, com a mesma clarividência daquele de outrora, continuaria guiando os rumos da nação brasileira, independente e coesa, agora não mais com receio pelo futuro das próximas gerações.

A justaposição do retrato do presidente Getúlio Vargas sobre o desfile vem reafirmar, mais uma vez, essa idéia de que a nação estaria nos rumos adequados e condizentes para com suas necessidades e, sobretudo, para com o bem-estar coletivo.

No final desse cine-jornal, enquanto as qualidades do estadista são discorridas como a dosagem perfeita entre cérebro/razão e coração/emoção, permitindo que ele anele e realize a grande obra de construção e formação de novos indivíduos – soldados do trabalho –, as câmeras do DIP focalizam a relação entre a massa operária e o presidente Getúlio Vargas, sempre impregnadas de adoração e gratidão.

O próximo cine-jornal, do mesmo ano, intitulado “A Parada da Juventude” (CJB V.3 N°65), tem suas atividades e apresentações voltadas, obviamente, para juventude e para as crianças. Entretanto, não é raro, ou melhor dizendo, é até comum, a presença da família brasileira, pais e mães acompanhando seus filhos ao evento.

A principal atração desse evento, além da presença assegurada do presidente Getúlio Vargas, é o desfile, que contou com a participação – segundo as agências de notícias oficiais – de cinco mil jovens, oriundos de todos os níveis escolares, associações dos escoteiros e a Juventude Brasileira. Além dos estudantes, participam dessa solenidade as mesmas autoridades citadas no cine-jornal anterior.

A grandiosidade desse evento é registrada por uma câmera do DIP que focaliza, por sua vez, as demais câmeras usadas pela produção do CJB, para filmar essa festividade. Pela primeira vez, dentro do conjunto das datas cívicas do calendário estadonovista, uma tomada desse gênero foi feita, possivelmente, com o objetivo de demonstrar a existência de uma produção imponente do DIP, por trás do CJB.

Em plano geral temos os batedores da polícia escoltando o carro presidencial que foi intensamente aclamado pela platéia presente. Em todos os CJB's relativos às festividades oficiais, com exceção dos do aniversário do presidente, a câmera do DIP sempre dava ênfase à relação entre a massa e o ditador.

Logo após, a objetiva focaliza as autoridades civis e militares presentes a esse evento. A focalização dessas autoridades era feita em plano geral, pois assim, a nenhuma delas seria dado um destaque especial. A câmera do DIP capta em uma tomada muito rápida o acomodamento das autoridades e, na seqüência, temos o início do desfile.

No decorrer do desfile podemos observar a presença de jovens de ambos os sexos, todos disciplinadamente em ordem como verdadeiros soldados, cada qual portando bandeirinhas nacionais. Podemos perceber, a partir dessa situação, a dissimulação das realidades em virtude da cerimônia, como Hitler já teria afirmado ser capaz de fazê-lo, cortando o pensamento das massas. Assim, o que vemos nessa tomada é a presença do corpo do cidadão cívico.

Ao final da solenidade não temos as usuais tomadas mostrando a sempre custosa saída do presidente Getúlio Vargas. Ao invés disso, temos apenas imagens das diversas autoridades circulando pela tribuna de honra. Acreditamos que tais tomadas foram subtraídas no momento da edição pois, mostrar novamente essa relação entre massa e ditador seria algo desnecessário, tendo em vista que essa relação já fora anteriormente registrada.

O último cine-jornal acerca das festividades do Sete de Setembro corresponde à Semana da Pátria (CJB V.4 N°46), do ano de 1945, na qual ocorreu um desfile de escolares. Tal festividade teve lugar em uma ampla avenida da cidade do Rio de Janeiro. A abertura do cine-jornal se dá com o desfile focalizado em plano geral. Logo após, podemos observar, em plano de meio conjunto, o presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Educação Gustavo Capanema e demais autoridades civis e militares na tribuna de honra.

Os escolares que participaram dessa festa fizeram demonstrações de educação física, mostrando a disciplina adquirida pelos altos benefícios da prática esportiva, visando a formação de jovens mais resistentes e, conseqüentemente, prontos para um ritmo de trabalho de maior intensidade e mais obedientes às autoridades.

Contudo, a mensagem a ser difundida nesse dia diz respeito à continuidade do projeto do civismo estadonovista ao tentar incentivar, e até mesmo obrigar, os jovens a fazerem parte desse aparato, onde o chefe do governo lhes ensinaria o que seria uma Nação, um governo, uma revolução e, principalmente, como eles deveriam se portar e agir

dentro dessa ordem. Portanto, a juventude é considerada, pela propaganda política, como o único meio pelo qual o Estado Novo viria a sobreviver, seja legitimamente, visível na realidade porvir, seja nas mentes, na memória de cada um desses jovens que, desde a mais tenra idade, se viriam inseridos nesse contexto.

O contexto pelo qual passava o mundo, mais especificamente o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, marcou parte dessa edição do CJB. O narrador menciona, no decorrer do desfile, um possível ataque terrorista que poderia ter sido deflagrado no desfile no ano de 1942.

“(…) os que desfilam como os que assistem, recordam não sem emoção profunda idêntica demonstração em 1942, logo depois que o Brasil aceitou o estado de beligerância, era de inquietação na atmosfera, o inimigo ainda forte ameaçavam-nos com a promessa terrorista de uma incursão aérea quando o desfile se realizasse, mas foi justamente quando mais povo veio para aclamar seus filhos, desfilando diante do presidente confortado em sua decisão da coragem da gente brasileira.”(CJB V4 N°46)

No decorrer dessa manifestação vale destacar a exibição dos elementos da polícia, em especial o manejo acrobático de motocicletas, que mostrou ao público presente a habilidade, perícia e experiência dos soldados do Brasil.

Ao final do cine-jornal podemos ver a relação estabelecida entre os populares e o presidente Getúlio Vargas que aparece nas imagens como uma grande celebridade, literalmente rodeado pelos seus fãs, fazendo uma distribuição de autógrafos.

4.4 – 10 de Novembro – aniversário do Estado Novo

A celebração da data do aniversário de instauração do Estado Novo possui algumas diferenças com relação às festividades anteriormente analisadas. Apesar de essa data ter se tornado um dos eventos mais importantes do calendário festivo do governo Vargas, as festividades do Dez de Novembro não contavam com grandes cerimônias reunindo milhares de pessoas em um estádio esportivo.

As comemorações do aniversário do Estado Novo consistiam em diversos eventos espalhados pelo dia, ou por vários dias, chegando mesmo à duração de uma semana. As formas de se festejar tal data compunham-se de paradas militares, sessões solenes e banquetes. No entanto, a programação dessa festividade contava, ainda, com um evento especialmente dedicado aos trabalhadores, de forte apelo populista: o desfile trabalhista.

A existência desse desfile não nos surpreende, posto que as demais festividades eram, em sua essência, elaboradas de modo a arregimentar, particularmente, os operários. Nessa ocasião abria-se espaço, também, para a inserção de outros segmentos da sociedade, como veremos adiante. Entretanto, temos somente informação, de acordo com os periódicos “O Estado de São Paulo” e “Correio da Manhã”, que esse desfile trabalhista foi realizado apenas nos anos de 1940 e 1943.

Porém, o papel de destaque concernente a essa festividade cabia às inaugurações. Tendo em vista que o sentido geral atribuído às comemorações do aniversário do Estado Novo consistia na exaltação das realizações do regime, nada mais plausível que a organização de uma programação pautada por inaugurações, pois estas forneciam à população provas concretas e indiscutíveis do grande esforço empreendido pelo regime em prol do progresso do país e do bem-estar de todos os cidadãos.

O Dez de Novembro tornou-se, também, uma ocasião na qual todos os segmentos da sociedade que davam sustentabilidade ao Estado Novo pudessem dar provas de aprovação aos rumos dados à administração estatal, a partir das suas inserções e participação na elaboração e produção dessas festividades. Destarte, encontramos, nos registros audiovisuais referentes a essa data comemorativa, a participação ativa das Forças Armadas, da Igreja Católica e da burguesia. Esses defensores do regime não se cansavam

de exaltar o reconhecimento demonstrado pela nação – nas comemorações dessa data – em relação ao empreendimento renovador de Vargas.

A comemoração do primeiro aniversário do Estado Novo, no ano de 1938, ganhou, sugestivamente, contornos distintos. Foram programadas diversas comemorações, no entanto, o mau tempo daquele dia prejudicou as solenidades em locais abertos como, por exemplo, a parada militar, que aconteceria no período matutino e que teve de ser cancelada.

No período da tarde, a programação festiva foi completada com a realização de uma grande cerimônia pública para a inauguração do novo e imponente edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Vale mencionar que nessa solenidade o presidente Getúlio Vargas usou, pela primeira vez em uma festa de caráter trabalhista, o vocativo “Trabalhadores do Brasil”.

Em 1940, a programação do Dez de Novembro foi constituída por quatro solenidades, sendo que duas delas diziam respeito à inauguração da Pedra Fundamental do Restaurante Garoto e dos novos edifícios do Instituto dos bancários, ocorridos pela manhã. Na parte da tarde, um grande desfile trabalhista na Esplanada do Castelo encerrou a programação dessa festividade.

“Indescritível o aspecto que hoje apresentava a Esplanada do Castelo, completamente cheia de trabalhadores ondulante de flâmulas brancas, verdes e verde-amarelas, verdadeiro mar de estandarte e de cabeças, desenrolando-se em ondas disciplinadas.”(O Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1940).

O jornal “O Estado de São Paulo” não cessava de destacar a grandeza do desfile e o entusiasmo dos trabalhadores, chegando mesmo a afirmar que estes eram felizes o que é difícil de se acreditar, tendo em vista as condições de trabalho e o elevado custo de vida no período.

“Registrou-se então uma inédita manifestação de simpatia. O povo, a cada instante, aparteava o orador para dar-lhes vivas e demonstrar seu inteiro aplauso as afirmações do chefe do governo. (...) As ultimas palavras do chefe do governo foram recebidas por um verdadeiro delírio do povo, que, não se contendo, se avolumou ainda mais na Esplanada do Castelo, (...)”(O Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1940.)

Em 1941, várias solenidades marcaram a programação dessa comemoração. Às dezessete horas, em frente ao Palácio Guanabara, foi executada uma saudação por iniciativa dos Sindicatos dos Músicos, juntamente com a cooperação dos artistas cariocas. Da varanda do Palácio, em companhia de outras autoridades, o presidente Getúlio Vargas assistiu ao espetáculo trocando, depois, impressões com os artistas e compositores sobre a música brasileira.

A programação dessa festividade teve continuidade com a inauguração do primeiro trecho da Avenida Getúlio Vargas. Nessa ocasião, expressivas homenagens foram prestadas ao fundador do Estado Nacional, por toda a multidão que, enchendo a praça Onze de Junho, se distribuía até a Praça da República.

Logo após, esse evento, foi cuidadosamente preparada uma homenagem prestada pela Força Aérea Brasileira ao presidente Getúlio Vargas. Tratava-se de um sobrevôo da Esquadilha da Fumaça por sobre o Palácio da Guanabara. A esquadilha realizou evoluções que foram presenciadas pelo presidente Getúlio Vargas, tendo depois, percorrido a cidade em uma demonstração que despertou geral curiosidade e admiração. A esquadilha foi comandada pelo capitão aviador Ricardo Nicoli.

Ao anoitecer, encerrando essa festividade, foi realizada uma sessão cívica no Palácio Tiradentes que, segundo o jornal “O Estado de São Paulo”, foi uma das mais expressivas:

“O amplo recinto, embandeirado estava totalmente cheio, vendo-se nas galerias numerosas delegações de operários e da Juventude Brasileira. A atmosfera era de exaltação cívica e a assistência aplaudiu com calor os oradores sublinhando com palmas entusiásticas as passagens mais enérgicas e afirmativas de seus discursos”(O Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1941.)

No ano de 1943, a programação dessa data foi constituída pelas seguintes solenidades: a instalação da Conferência Administrativa dos Estados, a entrega do trecho final da Avenida Getúlio Vargas ao público, a inauguração monumental do edifício do Ministério da Fazenda, uma concentração trabalhista na Esplanada do Castelo e uma exposição alusiva à colaboração norte-americana.

Em 1944, assim como anunciava o jornal “O Estado de São Paulo”, em todas as unidades da federação o Dez de Novembro foi comemorado com a inauguração de importantes obras públicas e expressivos programas de festejos. E nesse sétimo aniversário do Estado Novo o presidente Getúlio Vargas decretou a lei de sindicalização rural, uma nova lei de acidentes de trabalho e o salário mínimo para os jornalistas.

No que diz respeito aos cine-jornais concernentes a essa festividade, tivemos acesso, somente, aos do ano de 1940 (CJB V.1 N°167), quando é comemorado os dez anos de aniversário de Getúlio Vargas frente a presidência do país, desde 1930, com uma missa campal, e o do ano de 1942 (CJB V.2 N°163, CJB V.2 N°164, CJB V.2 N°165) com a realização de um grande programa de comemorações ao quinquênio do Estado Novo.

No ano de 1940 a ênfase da festividade do Dez de Novembro é colocada na celebração do decênio do governo de Getúlio Vargas. Desse modo, o período de governo do estadista e o Estado Novo se confundem nessa data. Ao invés de se celebrar o terceiro ano do Estado Novo foi preferido demarcar os dez anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do poder sem que houvesse a mínima ruptura temporal desde a Revolução de 1930 ao Golpe de 1937; tudo seria, então, a simples continuidade do visionário governo de Getúlio Vargas.

Essa comemoração foi marcada pelo caráter explicitamente religioso, uma vez que foi constituída por uma missa campal na Esplanada do Russel. Celebrada pelo bispo Dom Mamede, esta contou, com a participação dos monges franciscanos, que entoaram alguns hinos religiosos. Esse cine-jornal seria, certamente, a expressão e a participação mais relevante que a Igreja Católica teve dentro da totalidade da produção dos CJB's hoje existentes.

O local escolhido para esse evento permitiu o acolhimento de milhares de pessoas que lá compareceram (podemos inferir esse dado graças ao *travelling* das câmeras do DIP), além de possibilitar uma visão perfeita do altar da cerimônia para todos os espectadores.

Essa missa campal tinha como objetivo a reunião de todos os membros da grande família brasileira. Sendo assim, cada núcleo da família brasileira estaria presente, seja o de militares, o de operários ou o de uma família abastada. O lugar determinado para cada um

desses componentes da grande família brasileira, indica o espaço ocupado por eles na economia.

Os militares e abastados tinham reservados para si os lugares de honra, confortavelmente instalados, com cadeiras a sua disposição e um toldo que amenizava os efeitos do calor. As famílias dos operários ficavam em pé ou em cima das árvores, sofrendo com o escaldante sol da cidade do Rio de Janeiro. O narrador do cine-jornal nos informa, logo em seu início, quais os segmentos que compareceram a essa festividade, dando maior destaque à presença das Forças Armadas que se fizeram representar por delegações de estabelecimentos de ensino e de efetivos de várias corporações.

Em um segundo momento, o narrador realça a presença da união de sindicatos organizados juntamente com toda a sua diretoria e todas as entidades a elas filiadas. Vale ressaltar que essa solenidade seria a primeira em instância pública, na qual compareciam os sindicatos organizados, depois de decretada a Unidade Sindical. Isto pode ser visivelmente constatado pelas faixas e cartazes dos sindicatos.

A parte final da festividade se deu no instante em que o bispo Dom Aquino Correia proferiu a oração congratulatória dedicada ao presidente Getúlio Vargas que promoveu, com suas ações, obras e decretos, a unificação do Brasil.

“(…) o Brasil está hoje em oração ao senhor deus das nações, o Brasil todo uno e coeso na irradiação divina e misteriosa do mesmo espírito entusiástico. O Brasil não só do litoral, mas o do Sul refletem sobre o país a honra de terem dado a pátria um filho como Getúlio Vargas. O Brasil do norte que vibra ainda a recente visita do chefe ao estado. O Brasil do ocidente que ouviu a proclamação presidencial da marcha para o oeste. O Brasil do sertão que hoje exulta e floresce.” (CJB V.1 N°167)

E essa festividade não poderia terminar sem que o bispo Dom Aquino a finalizasse com palavras de viva ao Brasil e ao presidente, incitando, conseqüentemente todo o público a fazer o mesmo. Nos últimos planos desse cine-jornal, como comumente ocorria, não eram subtraídas da edição as imagens da relação do estadista com a população. Sempre que o presidente Getúlio Vargas se retirava das solenidades, normalmente acompanhado de sua esposa, era calorosamente aclamado e cercado pelos populares.

No ano de 1942, conforme dito anteriormente, realizou-se um grande programa de comemorações ao quinquênio do Estado Novo. Para tanto, foram reservadas três edições diferentes do CJB para dar conta delas. Nessas solenidades podemos perceber que a burguesia e as classes armadas tiveram uma participação ativa na organização e promoção de homenagens ao presidente Getúlio Vargas.

O CJB referente à primeira comemoração ocorrida nesse ano começa com a informação de que tudo havia começado com um banquete oferecido pela Aeronáutica brasileira, que seria mostrado no último cine-jornal referente a essa festividade, de acordo com o narrador do cine-jornal.

Esse cine-jornal (CJB V.2 Nº163) diz respeito a uma reunião turfística que foi realizada em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, na qual foi disputado o “Grande Prêmio Getúlio Vargas”. A primeira cena desse CJB consiste em uma vista panorâmica do Jockey Club, local escolhido para o desenrolar dessa ocasião.

Em virtude do tipo característico dessa festividade em particular, encontramos presente na solenidade, somente, os elementos ilustres da sociedade carioca e autoridades civis e militares. A presença da mulher é o destaque desse cine-jornal. Elegantes e bem vestidas, podemos observar em uma arquibancada uma jovem senhora portando um binóculo.

Como a finalidade dessa comemoração era a apresentação do turfe, esse cine-jornal dedica-se, integralmente, à cobertura dos grandes momentos dessa corrida. Em um determinado momento temos uma bela direção de fotografia, na qual uma câmera apoiada faz o *travelling* em *slow motion*, enquanto a corrida prossegue. E o vencedor do “Grande Prêmio Getúlio Vargas” foi o exemplar equino Torilla, conforme as informações do narrador do cine-jornal, proveniente de haras nacionais.

Essa festividade, de caráter restrito que contou, majoritariamente, com a presença das classes abastadas da sociedade carioca denota, assim, o apoio e aprovação destas para com o Estado Novo. Constituindo-se de uma solenidade sem maiores apelos demagógicos, devido à ausência de populares, foi direcionada à consolidação e ao estreitamento dos laços políticos.

Desse modo, ao final dessa solenidade, não temos imagens concernentes a relação entre o presidente e os presentes. Logo, a relação entre o presidente e os presentes é marcada pela notória naturalidade, de igual pra igual.

A segunda parte dessa comemoração era voltada, para os populares. A festividade teve como local escolhido a praça Marechal Floriano, onde o chefe da nação foi recebido por milhares de crianças das escolas cariocas. Esse cine-jornal (CJB V.2 N°164) visava mostrar ao público que essa solenidade seria a congregação máxima da celebração festiva dessa data.

A inauguração de mais um trecho da avenida presidente Getúlio Vargas é o principal destaque desse cine-jornal. O narrador nos informa da manifestação do funcionalismo do município ao presidente pelo progresso e embelezamento da cidade. Contudo, pelas imagens que se vê, essa informação nos parece vaga, porque é focalizada em plano geral uma multidão que não portava cartazes ou bandeiras que as identificasse como funcionários do município.

Depois, a câmera do DIP focaliza a praça fronteira ao Palácio da Guerra onde se deu o início do desfile de forças motomecanizadas do Exército. Exhaustivamente nos é mostrado em primeiro plano alguns desses novos armamentos de guerra, visando demonstrar que o governo não se descuidava de sua preparação militar, tendo em vistas os acontecimentos mundiais.

“(...) O Brasil embora amante da paz não se descuida de sua preparação militar. E os acontecimentos mundiais vieram demonstrar o acerto das providencias neste setor continuamente tomadas pelo governo. (...)”. (CJB V.2 N°164)

Os últimos planos do desfile foram dedicados à ostentação dos armamentos da artilharia anti-aérea, dotados dos mais modernos e completos equipamentos. Com o findar deste e, conseqüentemente, da festividade, novamente a câmera do DIP não se furta em mostrar a relação que se estabelece entre o povo e o presidente Getúlio Vargas. Nessa ocasião, o presidente estava na sacada do Palácio da Guerra, fato este que não alterou em nada a demonstração afetuosa dos populares que o aclamam. E o estadista retribui o carinho da população com seu típico aceno.

A terceira e última parte (CJB V.2 N°165) dos cine-jornais dedicados à programação do quinto aniversário do Estado Novo foi constituída por diversos eventos entre inaugurações, almoços e homenagens. A primeira solenidade foi realizada na Ilha do Vianna. Aproveitando o início da construção do caça-minas João Pessoa, o presidente Getúlio Vargas bateu o primeiro rebite da quilha da nova unidade.

Em seguida, vemos as imagens da Armada Nacional, que também prestou uma homenagem ao chefe do governo, oferecendo-lhe um banquete, como mencionado no primeiro cine-jornal referente a essa festividade. Nesta ocasião, o Ministro Aristides Guinle fala em nome da Marinha. Depois é a vez do presidente Getúlio Vargas fazer um pronunciamento, no qual faz um breve relato das tradições da Armada Brasileira, apreciando o renascimento do poderio naval do país.

No Instituto do Açúcar e do Alcool, foi inaugurada uma nova sede que contou com a presença do chefe da nação. Temos também outra inauguração, a do busto do presidente, representando uma homenagem especial de reconhecimento ao estadista a quem se deve o aumento da produção e da economia canavieira. Ainda na sessão de inaugurações, outra solenidade daria espaço à fundação do novo Instituto de Resseguros do Brasil, na qual discursou o presidente desse estabelecimento, o senhor Carlos Vital.

No Museu de Belas Artes, foi realizada a exposição do Estado Nacional, organizada sob o tema geral de cinco anos de unidade e ação. Este certame foi inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas em uma cerimônia na qual compareceram ministros de estado, autoridades civis e militares, representações do mundo econômico e financeiro e dos círculos culturais. Nas tomadas feitas pelo cine-jornal, diversos quadros foram dedicados a essa exposição. Podemos ver vários estandes representando cada instituto do Estado Novo. O primor e a qualidade das maquetes são impressionantes.

No salão nobre do Palácio da Guerra, outro almoço foi oferecido ao presidente Getúlio Vargas, pelo Exército Brasileiro. A saudação, desta vez, foi feita pelo ministro Eurico Gaspar Dutra. O chefe do Estado Novo, por sua vez, fez um pronunciamento no qual enalteceu o Exército como um modelo de organização, disciplina e patriotismo.

No Palácio do Catete, os interventores das federações compareceram a fim de cumprimentar o chefe da nação. E, finalmente, no Teatro Municipal, teve início o desfecho da programação do quinto aniversário do Estado Novo, com a presença do mundo oficial e

diplomático. Nessa ocasião o presidente Getúlio Vargas fez um discurso no qual referiu-se ao longo processo de lutas e ao movimento de aspirações e vontades que levaram a implantação do Estado Novo. Findada a cerimônia, o presidente Vargas, em companhia de sua senhora, retirou-se sendo calorosamente aclamado.

Esse cine-jornal nos pareceu mais um diário das atividades do presidente Getúlio Vargas. Os cortes para as diferentes solenidades são rápidos e quase imperceptíveis. Apenas nos damos conta de que se tratava de outra solenidade quando o narrador assim nos informava. Em suma, esse último cine-jornal, referente ao ano de 1942, é um tanto confuso, deixando transparecer a improvisação na edição final das imagens.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o estudo das imagens das principais comemorações oficiais (Dezenove de Abril – Aniversário do presidente Getúlio Vargas –, o Primeiro de Maio, o Sete de Setembro e o Dez de Novembro), veiculadas pelo CJB. Com o intuito de localizar, nas diversas representações desse cine-jornal, a imagem que o Estado desejava passar do Brasil, acreditamos que as comemorações relativas ao Dia do Trabalho, à Semana da Pátria, aos aniversários do presidente e do Estado Novo revelaram-se fontes significativas para essa compreensão.

O CJB, cuja exibição obrigatória antecedia a programação normal dos cinemas, atuava como um instrumento informativo que contribuía para a formação do povo brasileiro em novas bases relacionadas às mensagens de cunho nacional-patriótico, de forma a enaltecer a nação e despertar, na população, o orgulho pela sua nacionalidade. Assim, o CJB exibia, de forma engrandecedora, a terra, o homem e as instituições nacionais.

O contexto do início do século vinte foi marcado por grandes crises e desilusões, especialmente no que se refere à descrença nas possibilidades da forma liberal para a ordem política. A desigualdade social, a insegurança econômica e os conflitos de classe levaram os partidos tanto de esquerda quanto os de direita a fazerem uma crítica radical à sociedade liberal capitalista.

A proposta de uma nova doutrina política, elaborada tanto pelos partidos de esquerda, quanto pelos de direita, convergia para o estabelecimento de um Estado forte e o culto à personalidade, ambos tidos como elementos cruciais para a formação da coesão social e da unidade nacional. Essa nova via surgiu de maneira concreta com o Fascismo, na Itália, o Nazismo, na Alemanha e com o corporativismo de Estado em países como Portugal, Espanha, Romênia, Polônia e Brasil.

Esses regimes autoritários que ascenderam ao poder nas décadas de 1920 e 1930, tanto no continente europeu quanto no americano, valeram-se das cerimônias, dos rituais e dos símbolos como dispositivos instrumentalizadores do exercício da legitimação do poder. Esses artifícios foram percebidos como sendo a forma ideal de comunicação na sociedade de massa.

Assim, as cerimônias, os símbolos e os rituais passaram a desempenhar um papel fundamental para a legitimação e consolidação de um Estado forte, para manter intacto o apoio das massas, a valorização do mito do chefe de Estado e, também, de utilizá-los no sentido da apropriação dos aspectos que englobavam a tradição nacional.

Devemos ter em vista que os desfiles, os símbolos e os rituais não foram criados por esses regimes, pois eles existiam desde há muito tempo. No entanto, a participação das massas tornou-se uma grande novidade no Brasil e, até certo ponto, também na Europa, diferentemente do conservadorismo convencional que antecedeu esses regimes.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve estudo sobre a propaganda política que, como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, adquiriu uma importância enorme nas décadas de 1930 e 1940, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação. Essa importância pôde ser explicada pelo fato de uma vez que o Estado exercesse controle sobre os meios de comunicação, inevitavelmente, passaria a ter domínio sobre a sociedade, inculcando nas massas valores morais, éticos e políticos condizentes com suas necessidades.

Observamos, também, que os movimentos de tendência totalitária viam a propaganda como o meio mais eficaz da realização de seu objetivo: a conquista do poder. Tendo em vista que poder político conjuga o monopólio das forças física e simbólica, o Estado, por sua vez, tenta suprimir dos imaginários sociais toda representação de passado, presente e futuro coletivos, que sejam distintos dos que atestam sua legitimidade e sustentam seu controle sobre o conjunto da vida.

Concluimos que a propaganda política a serviço do Estado obteve seu auge em países como Itália e Alemanha. O modelo alemão, inspirado no similar italiano, poder ser considerado o mais eficiente, o de maior alcance e o que obteve maior orçamento. Servindo como exemplo a ser seguido por outras nações, sua organização e extensão impressionavam a todos os estrangeiros que passaram pela Alemanha entre as décadas de 1930 a 1940.

No caso do Brasil, vimos que a propaganda política nunca se apresentou como modelo definitivo. Passou por algumas reformas, inspirou-se em modelos estrangeiros, especialmente o alemão, adaptando-se o quanto pôde. Nesse capítulo, acompanhamos o percurso trilhado pelo órgão de propaganda política brasileira, desde a instauração do

Departamento Oficial de Propaganda (DOP), até chegar ao modelo mais bem acabado, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Pudemos perceber que a propaganda política brasileira iniciou suas atividades no sentido de orientação da imprensa acerca das notícias que deveriam ser publicadas e no investimento da publicidade governamental, passando a abarcar a promoção da cultura nacional. Com o Levante Comunista, em 1935, houve uma circulação de idéias radicais quanto à utilização da propaganda, tendo como centro a questão de se fazer da presença do Estado algo visível no cotidiano dos cidadãos urbanos.

Com o intuito de sistematizar o pensamento filosófico e político do Estado Novo, foi criado o DIP, órgão centralizador dos meios de comunicação que, ao longo de sua existência, conseguiu divulgar e difundir sistematicamente as idéias que sustentavam seu projeto político-ideológico. Nesse sentido, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com notícias e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cine-jornais, documentários cinematográficos e filmes de ficção.

No segundo capítulo tratamos do Cine-Jornal Brasileiro. O cinema, desde o início de década de 30, já era idealizado como um instrumento pedagógico eficiente de ação cultural educativa e formativa. A concretização desse projeto aconteceu com a criação do CJB, que traduziu em imagens a crônica da política nacional. Dessa maneira, estudamos sua concepção e objetivos, sua criação e as implicações que dela resultaram para os produtores cinematográficos do setor privado, sua produção e seus assuntos.

A exibição do CJB era atrasada e descoordenada, e a propaganda veiculada deveria ser velha e desinteressante para o espectador fora de um ou outro grande centro urbano, constituindo-se em uma propaganda sem grandes impactos. Desligada dos resultados de sua propaganda, o DIP nunca teve um controle completo, nem sobre os rendimentos ideológicos, nem sobre os monetários proporcionados pela circulação do CJB. Ressaltamos, também, que o CJB nunca obteve o destaque e a proeminência devida como propaganda oficial do Estado Novo. O fator principal para que isso ocorresse deveu-se ao fato de que o CJB tinha que lutar pelo espaço também disputado pelos outros cine-jornais nacionais e estrangeiros.

A partir do CJB apontamos alguns dos componentes ideológicos que nortearam o projeto estadonovista, destacando a unidade nacional e o Estado forte e centralizado, a

negação da luta de classes, a alusão aos inimigos da Pátria, a relação do Estado com a Igreja, a idéia/imagem de uma sociedade una e harmoniosa, organizada do alto pela ação de um Estado representado pela figura do líder/pai, bem como a relação do presidente Getúlio Vargas e a população.

No terceiro capítulo desta dissertação, contemplamos a temática desta pesquisa propriamente dita. As festividades e as manifestações populares foram os focos de análise. Esse capítulo foi subdividido em quatro itens, cada qual contendo reflexões sobre as comemorações relativas ao Aniversário do Presidente Getúlio Vargas, ao Primeiro de Maio, ao Sete de Setembro e ao Aniversário do Estado Novo.

Com o Estado Novo iniciou-se uma série de comemorações oficiais que procuravam destacar certas datas, envolvendo a população em um calendário festivo, induzindo-a a acreditar que a força e soberania estatal advinham da própria coletividade que o apoiava e que com ele se solidarizava em uma demonstração de confiança, de compreensão e de aceitação de suas decisões.

Constatamos que tais cerimônias não serviam apenas para a afirmação e consolidação do regime, mas também que elas contribuíram igualmente para definir a representação do regime na medida em que, nessas ocasiões, propunham imagens ao mundo exterior e expressavam propostas em relação a eles mesmos e às suas missões históricas.

Através do CJB, o Estado Novo pôde registrar as suas principais festividades. Constituídas de quatro ocasiões chaves para a comunicação entre o presidente Getúlio Vargas e a massa de trabalhadores, como já o dissemos, eram diferenciadas e merecia especial relevo as comemorações do Primeiro de Maio. Vimos, no entanto, que todas as comemorações se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos, contribuindo em muito para a formação de uma mitologia do Estado Novo, do trabalho e do presidente.

A inclusão, dentro do calendário festivo oficial, da celebração da data de nascimento de Getúlio Vargas ajudou em muito no processo de estabelecimento da formação de um mito em torno desse ditador e de torná-lo o primeiro líder de massa do Brasil moderno. Essa mitologia era permeada pelas idéias de que esse líder seria nada mais,

nada menos que a encarnação dos anseios populares e, mais além, somente ele é que poderia concretizá-los.

O DIP não cessou em investir na publicidade do presidente Getúlio Vargas. As fotografias, os cartazes, as aparições em cine-jornais e em grandes eventos fizeram com que a imagem emanada desse chefe de governo convergisse, irremediavelmente, para certas características como a onipresença, a onisciência e o status do primeiro trabalhador da Nação e a perfeita combinação ou dosagem de clarividência e racionalismo, sensibilidade e austeridade, enfim, as características super-humanas.

Desse modo, procuramos avaliar o significado da transformação do aniversário do presidente Getúlio Vargas em uma data festiva dentro do calendário oficial, ou melhor, como essa data tornou-se sinônimo de agradecimento da população pelos benefícios e mudanças implantados no país. Observamos que, ao contrário das demais comemorações estudadas, nas quais Vargas se coloca como centro da solenidade, nos seus aniversários é sua ausência que marca a festividade. Acreditamos que essa ausência fez com que a presença do estadista pudesse ser dispensada para definir e marcar seu caráter onipresente.

No que se refere às comemorações do Primeiro de Maio, concluímos que as condições específicas do período de vigência do Estado Novo permitiram ao governo neutralizar de maneira eficiente o movimento operário independente, seu principal adversário na batalha pelo monopólio das comemorações e das interpretações dessa data. Como resultado, a data maior do calendário festivo do movimento operário e dos trabalhadores foi transformada em um evento exaltador das ações e do modo de pensar do Estado Novo. Essa festividade, em especial, permaneceu no imaginário social como sendo uma ocasião na qual o presidente Getúlio Vargas concedia os benefícios trabalhistas para os operários que não conseguiriam obtê-los por seu próprio esforço, reforçando ainda mais o mito da legislação de outorga.

As festividades do Sete de Setembro foram analisadas sob o prisma da política estadonovista que procurava firmar as origens nacionais, compreender o caráter do indivíduo/cidadão ao traçar um rumo à nação. Observamos, também, que essa festividade visava ser a representação de todos os valores da cultura nacional.

As comemorações do Sete de Setembro já se encontravam, no início da década de 1930, tradicionalmente associadas à participação significativa dos militares. No decorrer do

governo Vargas essa participação foi mantida, no entanto, as novas festividades, como a Hora da Independência e a Parada da Juventude, criadas pelos órgãos de propaganda apresentaram, desde o início, um alto grau de elaboração.

A programação dessa festividade era constituída de três eventos, elaborados de modo a abranger todo um dia. Assim, no período da manhã, o primeiro dos eventos a ser realizados consistia em uma parada militar, à tarde a Hora da Independência e à noite um baile de gala.

A celebração da data do aniversário de instauração do Estado Novo, Dez de Novembro, possui algumas diferenças com relação às festividades anteriormente analisadas. Apesar de essa data ter se tornado um dos eventos mais importantes do calendário festivo do governo Vargas, as festividades do Dez de Novembro não contavam com grandes cerimônias reunindo milhares de pessoas em um estádio esportivo.

As comemorações do aniversário do Estado Novo consistiam de diversos eventos espalhados pelo dia, ou por vários dias, chegando mesmo à duração de uma semana. As formas de se festejar tal data compunham-se de paradas militares, desfiles de operários, sessões solenes ou banquetes. O Dez de Novembro tornou-se, também, uma ocasião na qual todos os segmentos da sociedade, que davam sustentabilidade ao Estado Novo, pudessem dar provas de aprovação aos rumos do governo a partir das suas inserções e participação na elaboração e produção dessas festividades.

Constatamos que o sentido geral atribuído a essa data consistia na exaltação das realizações do regime. A programação preparada pelos órgãos de propaganda buscava atingir esse objetivo através, principalmente, das inaugurações, pois estas forneciam à população provas concretas e indiscutíveis do esforço empreendido pelo governo em prol do progresso do país e do bem-estar de todos os cidadãos.

Em suma, objetivamos demonstrar que o governo, encabeçado pelo presidente Getúlio Vargas, ao procurar destacar certas datas, na realidade estaria preocupado em introduzir uma nova relação entre o Estado e os trabalhadores, a quem eram apresentadas as leis, por quem declarava seu amor e, ao mesmo tempo, se engajava na luta contra a miséria e os elementos perigosos da sociedade. Ele lhes ensinava o que é um governo, uma nação, uma revolução e também como os trabalhadores deveriam conduzir sua luta no interior do aparelho estatal.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – UNICAMP – Campinas/SP

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) –
Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Cinemateca Brasileira – São Paulo

Bibliotecas da UNICAMP (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Campinas/SP

Fontes

A) Periódicos

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1938-1945

Cultura Política, 1941-1945

Correio da Manhã, 1937-1945

O Estado de São Paulo 1937-1945

Arquivo Nacional Diplomático Norte-Americano 1935-1945

B) Livros

Achilles, Aristeu. Aspectos da Ação do DIP. RJ, DIP, 1941;

Duarte, Cândido. A Organização Municipal no Governo Getúlio Vargas. RJ, DIP, 1942;

Filho, Mello Barreto. Anchieta e Getúlio Vargas (Iniciativas e Realizações).RJ, DIP, 1941;

Galvão, Francisco. Diretrizes do Estado Novo. RJ, DIP, 1942;

Vargas, Getúlio. A Nova Política do Brasil. RJ, J. Olympio, 1938.

C) Cine-Jornais: Cine-Jornal Brasileiro

V.1 N°44.

O Pleito do Paraguai. - Rio: É recebido pelo presidente Getúlio Vargas no aeroporto Santos Dumont o general João Felix Estigarribia.

Visita Protocolar. - Rio: O general Estigarribia no Palácio do Catete.

Para o Instituto de Resseguros. - Rio: Realiza-se o concurso de habilitação dos 3.066 candidatos inscritos para os cargos a serem criados.

Para o Instituto dos Marítimos. - Rio: É lançada a pedra fundamental do futuro edifício dessa casa de seguros social.

Amparo a Indigência. - Rio: A obra de assistência social representada pelo Abrigo Redentor.

V.1 N°82.

Palácio da Guanabara. - Rio: Por ocasião do natal o chefe do governo faz um apelo ao povo brasileiro para que prestigie a campanha governamental de proteção à maternidade e a infância.

E.F. Central do Brasil. - Rio: A “Festa de Cumieira” do novo edifício.

Escola Naval. - Rio: São entregues as espadas aos novos guardas-marinha.

Instituto de Educação. - Rio: Uma aula de arte aplicada da Escola de Professores.

Palácio do Catete. - Rio: A recepção do ano novo.

V.1 N°101.

O aniversário do Chefe do Governo. – Rio: Palavras de saudação do General Carneiro de Mendonça na Hora do Brasil.

V.1 N°114.

O presidente Getúlio Vargas no Vale do Rio Doce. - As cidades do interior mineiro acolhem o chefe do governo e sua comitiva com manifestações que traduzem o estima que lhe devota o povo de todas as regiões do país.

V.1 N°120.

Confiando a juventude brasileira os sagrados destinos da Pátria. - O Instituto de Educação e o Centro de preparação dos oficiais da reserva participam nas duas primeiras conferências promovidas pelo DIP.

V.1N°123.

A visita do interventor Amaral Peixoto no município de Campos. - Em sua excursão ao interior do estado do Rio, o chefe do governo fluminense visita São João da Barra e recebe homenagens da população.

V.1 N°150.

A excursão do chefe do governo ao Estado do Pará. - Iniciando sua viagem pela região amazônica, o presidente Getúlio Vargas visita Belém do Pará onde recebe grandes manifestações. Na Basílica de Nazaré. A inauguração de um grupo escolar. No museu Goeldi. O instituto de patologia. O serviço de águas. O regimento de cavalaria da polícia militar é também visitado. O banquete da associação comercial.

V.1 N°153.

O chefe do governo no Amazonas. - A ressurreição da Amazônia, que o presidente Getúlio Vargas anunciou há sete anos, não é uma promessa circunstancial: está em marcha o processo de renascimento da planície que outrora a borracha encheu de esplendor e opulência. Em Belterra. A recepção em Manaus.

V.1 N°159.

O carnaval carioca num filme colorido. - Rio: Chegam os primeiros técnicos do famoso cineasta Orson Welles.

No aeroporto Santos Dumont. - Rio: Chega o famoso cineasta Orson Welles.

Na Escola Nacional de Belas Artes. - Rio: Uma homenagem dos artistas a Orson Welles.

Cinema. - Rio: Orson Welles recebe um prêmio conquistado pelo seu filme Cidadão Kane.

Natal dos pobres. - Rio: 16.000 crianças recebem brinquedos, doces e roupas, das mãos da senhora Darcy Vargas.

No mundo das artes. - Rio: O segundo improviso de Fauré, na interpretação de Magdalena Tagliaferro.

Ao aeroporto Santos Dumont. - Rio: Escoltado pelos policiais paraenses chega o carrasco do partido comunista.

V.1 N°160.

O chefe do governo em visita a Maceió e São Salvador depois de inaugurar o novo porto da capital alagoana, o presidente Getúlio Vargas visita a região petrolífera de Lobato.

V.1 N°167.

Semana da Asa. - Rio: As principais atividades do grande certame.

Instrução militar da juventude. - Distrito Federal: O acampamento dos tiros de guerra em Jacaré-Paguá.

Instituto de Educação. - Rio: O chefe do governo visita o principal estabelecimento de ensino da municipalidade.

Clube de regatas do Flamengo. - Rio: Uma aula de esgrima.

Para a defesa do Brasil. - Rio: São incorporados á esquadra brasileira mais quatro navios mineiros.

Fichas médicas para 12.000 escolares. - O presidente Getúlio Vargas visita o Instituto Pedagógico.

O décimo aniversário do Governo Getúlio Vargas. - Iniciando a festividade comemorativa da efemeridade, realiza-se com a presença do chefe da nação, uma grande missa campal.

V.1 N°175.

Porto Alegre se renova. - Durante sua permanência na capital gaúcha o chefe da nação inaugura as novas avenidas ali construídas.

V.1 N°178.

Cordialidade Estudantil. - Rio: Estudantes cariocas visitam a escola naval.

Ministério do Trabalho. - Rio: Festas comemorativas do décimo aniversário.

Heróis do Brasil. - Rio: A inauguração do mausoléu dos militares mortos na defesa da Pátria, em novembro de 1935.

No DIP. - Rio: Entrega de prêmios aos vencedores do concurso de short cinematográfico.

As comemorações do decênio. Rio: O ministro da fazenda pronuncia uma conferencia no Palácio Tiradentes.

Jockey Club. - Rio: Elevada assistência comparece ao grande prêmio Getúlio Vargas.

V.1 N°185.

Na Escola do Estado Maior do Exército. - Rio: O presidente Getúlio Vargas entrega os diplomas aos oficiais que concluem o curso de especialização.

Na Bahia. - Salvador: Declaração dos aspirantes a oficiais da Reserva.

No DIP. - Rio: Falam o Chanceler Oswaldo Aranha e o Ministro Macedo Soares sobre a política exterior do Brasil.

No Instituto dos Bancários. - SP: Concurso de robustez infantil.

Na Ilha das Cobras. - Rio: O “Mariz e Barros” é lançado ao mar.

V.1 N°188.

A exposição decenal do governo Getúlio Vargas.

V.1 N°194.

Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo. - Rio: Visita dos congressistas ao aeroporto de Santos Dumont.

Futebol. - Rio: Regresso dos cariocas, vencedores do campeonato brasileiro.

Junto ao monumento dos heróis da Laguna e Dourados. - Rio: Homenagem dos aspirantes da turma de 1920.

Na Escola Militar. - Rio: A posse do novo comandante.

Novo Ministério. - Rio: O senhor Salgado Filho titular da nova pasta.

V.1 N°197.

O veraneio presidencial. - Petrópolis: O presidente Getúlio Vargas visita as obras do Country Clube.

Preparo físico das novas gerações. - Niterói: O interventor fluminense na colônia de Sol de Icaraí.

No DIP. - Visita de um cinegrafista norte-americano.

No regimento da cavalaria da polícia militar. - Rio: Toma posse o novo comandante.

Campeonato Sul- Americano. - Rio: demonstração de nadadores brasileiros.

V.2 N°12.

Rodovias. - Estado do Rio: É inaugurada a estrada Getúlio Vargas entre Barra Mansa e a Rio-SP.

Boa Vizinhança. - Rio: Em visita de cordialidade, parte para Buenos Aires o Dr. Lourival Fontes, diretor do DIP.

Siderurgia. - Estado do Rio: Engenheiros da Estada de Ferro Central do Brasil chegam a Volta Redonda.

Pela saúde da infância. - Rio: Instala-se no auditório da Associação Brasileira de Imprensa a Sociedade de puericultura do Brasil.

O trabalho no mar. - Bahia: A pesca do Xáreo no litoral bahiano.

Automobilismo. - Rio: A prova “subida da montanha” na estrada Rio-Petrópolis.

V2 N°16.

Veraneio Presidencial. - Petrópolis: Flagrantes de um passeio do presidente Getúlio Vargas pelas ruas centrais da cidade.

A Juventude e a Pátria. - Rio: A cerimônia da entrega de bandeiras nacionais às alunas do instituto de Educação.

Cordialidade Continental. - Rio: Acompanhado de sua esposa, embarca para os EUA o interventor Amaral Peixoto.

Teatro Nacional. - Rio: Na peça “O Sábio”, de sua autoria, estréia como autor o comediógrafo Joracy Camargo.

Indústrias Nacionais. - SP: Uma fábrica de óleo de caroço de algodão.

Aviação. - Rio: O Ministro salgado Filho inaugura os cursos da escola de Aeronáutica.

Marinha de Guerra. - Rio: O ministro da marinha regressa de sua viagem ao norte do país.

O Chefe do governo em companhia do Ministro da guerra, assiste aos grandes exercícios nos quais cooperam forças de mar e terra.

V.2 N°17.

Brasil – Japão. - Petrópolis: No Palácio Rio Negro o Presidente Getúlio Vargas recebe as insígnias da Ordem Suprema do Crisântemo.

Exército. - Petrópolis: O 1º Batalhão de caçadores faz demonstrações de seu preparo físico e militar.

Siderurgia. - Rio: No salão nobre da Bolsa de Fundos Públicos é constituída a Companhia Siderúrgica Nacional.

Organização do Ensino. Rio: Procedese à identificação dos alunos nas escolas do Rio de Janeiro.

V.2 N°23.

Veraneio Presidencial.- São Lourenço: O ministro da agricultura visita o presidente Getúlio Vargas.

Navegação. - Rio: O veleiro USS Bear âncora na Guanabara.

Amizade Continental. - Chile: O presidente Aguirre visita o navio-escola Almirante Saldanha.

Aniversário de Getúlio Vargas. - Porto Alegre: Comemora-se solenemente a data do aniversário natalício do Chefe da Nação.

V.2 N°24.

Assistência Social. - Rio: A senhora Darcy Vargas inaugura a “Casa do pequeno jornalista”.

Barão do Rio Branco. - Rio: O lançamento da pedra fundamental do monumento ao grande Chanceler.

Dezenove de Abril – Belo Horizonte: A passagem da data do aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas.

À memória de um educador. - Rio: As solenidades em homenagem a Alfredo Gomes

V.2 N°25.

1º de Maio. - Rio: Grandes manifestações marcam a passagem do Dia do Trabalho na Capital da República.

V.2 N°26.

Brasil – Estados Unidos. - Rio: Douglas Fairbanks visita o prefeito Henrique Dodsworth.

19 de Abril. - João Pessoa: Desfila a mocidade escolar da paraíba em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas.

Modas. - Rio: No Copacabana Palace desfilam especialmente para este jornal, os modelos ingleses.

Obras Públicas. - Rio: O ministro da Viação inaugura diversos melhoramentos construídos pela Administração.

Organização Social. - Rio: Instala-se solenemente a Justiça do Trabalho.

Escola da aeronáutica. - Rio: Uma turma de candidatos submete-se a exame físico.

V.2 N°27.

Pecuária. - Uberaba: para encerrar a exposição de gado, chega o presidente Getúlio Vargas.

Brasil-Estados Unidos. - Douglas Fairbank Jr. realiza uma conferencia na ABI.

Radiofonia. - Rio: Convidado pela associação norte-americana de rádio, parte para os Estados Unidos o senhor Júlio Barata.

Cinematografia. - Rio: A associação de artistas brasileiros promove importante concurso.

Ensino Militar. - Rio: Colégio militar comemora o 52º aniversário da sua fundação.

V.2 N°30.

Diplomacia. - Rio: Apresenta credenciais o novo ministro do Equador.

Aviação. - Fortaleza: O vôo inaugural ao aeródromo de Crateús.

Catolicismo. - Rio: O cardeal D. Sebastião leme fala na hora do Brasil sobre a encíclica Rerum Novarum.

Obras Públicas. - Uberaba: O presidente Getúlio Vargas inaugura importantes melhoramentos urbanos.

Ensino Municipal. - Rio: Vai ser reorganizada a educação profissional.

Exército. - Rio: O 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (Dragões da Independência) festeja seu 133º aniversário.

V.2 N°31.

O flagelo das secas. - O governo do presidente Getúlio Vargas soluciona o mais grave problema do nordeste brasileiro.

V.2 N°37.

Brasil-Argentina.- Rio: O presidente Getúlio Vargas oferece um almoço ao chanceler argentino. A visita do nosso ilustre hospede à ABI.

Exército. - Rio: demonstração do funcionamento de um bateria anti-aérea.

Arte Aplicada. - Rio: Temos brasileiros numa exposição de topetes murais.

Administração Pública. - Rio: Tomam posse o novo interventor federal em São Paulo, o senhor Fernando Costa.

V.2 N°39.

Dia de Barroso. - Rio: O presidente Getúlio Vargas visita o arsenal de marinha.

A cerimônia cívica diante da estatua de Barroso.

Boa Vizinhança. - Rio: O banquete oferecido ao chanceler argentino, no Itamarati.

Obras Públicas. - Rio: Aspectos das obras da escola nacional de agronomia.

Brasil-Paraguai. - Rio: Chegada do chanceler paraguaio. O presidente Getúlio Vargas recebe o senhor Luiz Argana no palácio Guanabara.

Aviação. - Rio: O vôo do piloto paraguaio Elias Navarro.

V.2 N°44.

Construções navais.- Rio: Jornalistas visitam o Arsenal de Marinha.

Na candelária. - Rio: A missa em ação de graças pelo aniversário do ministro Salgado Filho.

No aeroporto Santos Dumont. - Rio: Chega José Mojica o popular artista cinematográfico.

Exército. - Rio: Membros da missão militar francesa são condecorados pelo governo brasileiro.

Brasil-Argentina. - Rio: Parte para Buenos Aires em missão de cordialidade o general Góes Monteiro.

Soldados do Fogo. - Rio: Os bombeiros comemoram o 85º aniversário da fundação de sua corporação.

Na feira de amostras. - Rio: O coronel Cordeiro de Farias inaugura a Festa da Mocidade.

Instrução Militar. - Rio: Acampam na Fazenda da Taquara cerca de 8.000 atiradores.

V.2 N°45.

Em Manguinhos. - Rio: O congresso de aerodelismo obtém grande êxito.

Vida Literária. - Rio: A entrega de prêmios na Academia Brasileira de Letras.

Dois Acontecimentos científicos. - Rio: Na escola nacional de Belas Artes é inaugurada a 1º exposição latino-americana de cirurgia plástica.

Henrique Lage. - Rio: As ultimas homenagens prestadas ao grande industrial brasileiro.

No conselho nacional de Geografia. - Rio: Procede-se à revisão de todo o sistema geográfico brasileiro.

A Nova Armada Nacional. - Rio: É lançado ao mar o contra torpedeiro “Greenhalg”.

V.2 N°46.

Aeronáutica. - Rio: A viagem do Ministro Salgado Filho à Foz do Iguassú.

Brasil-Argentina. - Rio: Inaugura-se a exposição Argentina de livros e trabalhos científicos. O presidente Getúlio Vargas recebe, no Palácio do Catete, a Embaixada universitária argentina.

No Forte Duque de Caxias. - Rio: Mil conscritos prestam juramento à Bandeira.

V.2 N°47.

No Forte de Copacabana.- Rio: O presidente Getúlio Vargas inaugura diversas dependências.

Aeronáutica. - Rio: Novos aviões para a Força Aérea brasileira.

Obras Públicas. - Estado do Rio: O interventor Amaral Peixoto realiza uma viagem de inspeção.

Administração Pública. - Rio: A chegada do interventor federal em Alagoas.

Brasil-Estados Unidos. - Rio: Chega a comitiva norte-americana chefiada pelo general Andrews.

Uma data esportiva. - Rio: A homenagem do Fluminense F. C. à Armada Nacional.

Exército. - Rio: Cadetes de West Point e oficiais argentinos e norte-americanos visitam a Escola Militar.

V.2 N°50.

Na Escola Naval. - Rio: Uma regata em disputa da Taça Álvaro Alberto.

Brasil-Portugal. - Rio: O DIP e a ABI oferecem um almoço a Antonio Ferro.

A marcha para o oeste. - Mato Grosso: As minas de manganês de Urucum voltaram a produzir.

No Campo do Russel. - Rio: Numerosos escoteiros participam do torneio “Caio Vianna Martins”.

Um pintor nacional. - Rio: A grande manifestação dos intelectuais a Candido Portinari.

No Hipódromo da Gávea. - Rio: “Polux” vence o “Grande Premio Brasil”.

V.2 N°51.

A marcha para o oeste. - O presidente Getúlio Vargas chega a Corumbá, flagrantemente da visita do chefe da nação as obras da estrada de Ferro-Brasil-Bolívia- a inauguração do dique seco de ladário.

V.2 N°53.

No Aeroporto Santos Dumont. - Rio: regressa de sua viagem a Mato Grosso, à Bolívia e ao Paraguai, o presidente Getúlio Vargas.

Asas para o Brasil. - Niterói: O batismo do hidro-avião de treinamento Arariboia.

Brasil-Portugal. - Rio: A embaixada especial de Portugal é objeto de novas manifestações de apreço.

V.2 N°55.

A viagem do presidente Getúlio Vargas ao Oeste.- Ponta Porá e Campo Grande recebem a visita do chefe da nação.

V.2 N°56.

O presidente no oeste. - Em Cuiabá o chefe da nação inspeciona importantes obras do seu governo.

V.2 N°57.

Assunción.- O presidente Getúlio Vargas e as crianças paraguaias.

Obras públicas. - Estado do Rio: O ministro da viação inspeciona diversas obras rodoviárias.

Brasil-Portugal. - Rio: São prestadas expressivas homenagens à Embaixada especial de Portugal.

Na Embaixada dos Estados Unidos. - Rio: O embaixador Jefferson Coffery oferece uma festa à sociedade carioca.

No aeroporto Santos Dumont. - Rio: A chegada de Grace Moore.

V.2 N°59.

No Palácio do Catete. - Rio: Entrega suas credenciais o embaixador da Bolívia.

Disney no Brasil. - Rio: É recebido entusiasticamente o criador do camundongo Mickey.

No DIP. - Rio: A juventude escolar realiza uma cerimônia cívica.

Intercambio. - Rio: O desembarque da missão parlamentar norte-americana.

Serviços Públicos. - Rio: O concurso para redator do DIP promovidos pelo DASP.

A juventude e a Pátria. - Rio: As homenagens dos escoteiros a Caxias.

V.2 N°60.

Asas para o Brasil. - Rio: O chefe da nação batiza o avião Getúlio Vargas.

Cinema. - Rio: Uma convenção de produtores de filmes cinematográficos.

Na Vila Militar. - Rio: A corrida rústica em disputa da taça “General Eurico Dutra”

Disney no Brasil. - Rio: A visita do notável artista ao Brasil.

O patrono do Exército. - Rio: São prestadas extraordinárias homenagens à memória de Caxias.

V.2 N°63.

Sete de setembro. - Culminam com uma imponente parada militar os festejos da data da nossa independência.

V.2 N°64.

Na Escola Militar. - Rio: A cerimônia da entrega de espadins aos novos cadetes.

Brasil-Argentina. - Rio: Chega o “Pulyrredon” para as comemorações da Semana da Pátria.

No ministério da Guerra. - Rio: O banquete da gaita oferecido as missões militares da Argentina e do Paraguai. - No Campo dos Afonsos. Rio: A chegada dos aviadores paraguaios.

No Palácio do Catete.

Rio: O presidente Getúlio Vargas recebe os oficiais do exercito recentemente promovidos.

V.2 N°67.

Brasil-Argentina. - Rio: O presidente Getúlio Vargas visita o “Pulyrredon”.

Intercambio Cultural. - Rio: A Escola Nacional de Engenharia recebe os engenheiros chilenos.

No aeroporto Santos Dumont. - Rio: A chegada do senhor César Vasquez, diretor da Educação Física argentina.

No Ministério da Guerra. - Rio: Uma homenagem do nosso exercito ao Exercicio argentino.

Semana da Pátria. - Niterói: A parada da juventude e a inauguração do estádio Caio Martins.

No Forte de Copacabana. - Rio: Algumas horas com os cadetes paraguaios.

V.2 N° 68.

Exército. - Estado do Rio: Em São Gonçalo o presidente Getúlio Vargas inaugura o “Estádio General Daltro Filho”.

No Ministério da Guerra. - Rio: A entrega das condecorações do governo paraguaio aos generais brasileiros.

Assistência Social. - Estado do Rio: É inaugurado, em São Gonçalo, o abrigo Christo Redentor.

Exército. - Rio: O ministro Eurico Gaspar Dutra parte para o Norte do país.

Brasil-Paraguai. - Rio: Despede-se do presidente Getúlio Vargas a missão militar paraguaia.

Artes Plásticas. - Rio: Jose Pancetti, o marinheiro-pintor, conquista o premio de viagem à Europa.

V.2 N°71.

Urbanismo. - Rio: O presidente visita as obras na esplanada do Castelo.

Congresso Inter-americano de municípios. - Santiago do Chile: É recebido pelo presidente Aguirre Cerda a delegação brasileira.

Puericultura. - Belo Horizonte: Alcança grande êxito um concurso de robustez.

Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar. - Rio: Os festejos comemorativos do seu 20º aniversário.

Aviação. - Belo Horizonte: A entrega de brevets aos novos pilotos civis.

Artes Plásticas. - Rio: A exposição do pintor Roberto Burle Marx.

V.2 N°75.

No Palácio do Catete. - Rio: O presidente Getúlio Vargas recebe a Missão Parlamentar Argentina.

Dia da América. - Rio: O Colégio Universitário vence a prova das américas.

No automóvel clube. - Rio: Uma homenagem ao coronel Costa Neto.

A guerra no mar. - Rio: Desembarcam os naufragos do IC White.

No Palácio do Catete. - Rio: É recebida pelo presidente Getúlio Vargas a missão econômica do Canadá.

Brasil-Colômbia. - Rio: A inauguração da estatua de Santander.

Exército. - Rio: Realizam-se importantes manobras na 2º Região Militar.

V.2 N°83.

Desportos. - Rio: Chega a delegação Argentina de tiro ao alvo.

Dia do Funcionalismo Público. - Porto Alegre: A sessão comemorativa na sede da delegacia fiscal.

No aeroporto Santos Dumont. - Rio: Chega o governador do território do Acre.

Modas. - Rio: alguns modelos de chapéus para o verão.

No Palácio do Itamarati. - Rio: ratificado o conveio cultural nipo-brasileiro, a assinatura da convenção de sanidade Vegetal entre o Brasil e o Chile.

No CPOR. - Rio: Prestam compromisso os novos aspirantes da reserva.

V.2 N°86.

O reconhecimento da Pátria. - Rio: São trasladadas para o monumento da Praia Vermelha as cinzas dos heróis da Laguna e Dourados.

Artes Plásticas. - Rio: A exposição dos alunos da escola nacional de belas Artes.

Missão Diplomática. - Porto Alegre: Em sua passagem para o Chile, é homenageado o chanceler Osvaldo Aranha.

Asas para o Brasil. - Campinas: O batismo de três aviões.

No hipódromo da Gávea. - Rio: Trunfo vence o “Grande Premio Getúlio Vargas”.

Heróis do mar. - Rio: Recebidos entusiasticamente os jangadeiros cearenses.

V.2 N°91.

Marinha. - Rio: A cerimônia de entrega de diplomas na escola de guerra naval.

Boa Vizinhança. - Rio: Regressa do Chile o interventor Amaral Peixoto.

Indústrias nacionais. - Rio: Brinquedos brasileiros para as crianças da América.

Aeronáutica. - Rio: É empossado no cargo de chefe do Estado Maior o brigadeiro do ar Armando Trompowsky.

Na Escola Militar. - Rio: O ato de declaração de aspirantes de 1941.

V.2 N°97.

No automóvel Club. - Rio: homenagem das classes armadas ao chefe da nação.

Marinha de Guerra. - Angra dos Reis: A escola de Grumetes “Batista das Neves”.

Administração Pública. - Rio: O senhor Marcondes Filho é o nosso titular do Trabalho.

No Campo dos Afonsos. - Rio: Os primeiros aspirantes da Força Aérea Brasileira.

Obras de saneamento. - Estado do Rio: Ressurge a bancada fluminense.

V.2 N°99.

No Palácio de Catete. - Rio: São apresentados ao presidente Getúlio Vargas os oficiais do Exército e da Marinha recentemente promovidos.

Um acontecimento histórico. - Rio: Chegam as delegações à III Reunião de Consulta dos Ministros das relações exteriores das republicas americanas.

V.2 N°102.

Visita de Cordialidade. - Rio: O presidente Getúlio Vargas na Associação Brasileira de Imprensa.

No hipódromo brasileiro. - Rio: O ministro Salgado Filho homenageia os chanceleres americanos.

Asas para o Brasil - Rio: Prossegue a campanha em prol da aviação civil.

V.2 N°103.

Asas para o Brasil. - Rio: O batismo de dez aviões oferecidos à nossa aeronáutica civil.

Melhoramentos Urbanos. - Rio: É inaugurada a galeria da avenida Rio Branco.

Semana Santa. - Rio: Flagrantes da venda do peixe no Entrepasto da Pesca.

Defesa Nacional. - As policias do Rio e de São Paulo anulam a ação dos inimigos do Brasil.

Exército. - Manaus: O 27º batalhão de caçadores.

Os grandes mestres da Pintura Brasileira. - João Zeferino da Costa.

V.2 N°104.

Preparação Militar. - Rio: O centro de Instrução de moto-mecanizadas realiza importantes exercícios.

Flagrantes do Progresso. - Rio: A curta e a custosa viagem de três painéis de cristal.

Por uma raça eugênica. - Rio: Os paulistas conquistam o primeiro lugar nas provas de atletismo dos IV Jogos Universitários Brasileiros.

Uma vitória da Técnica Nacional. - Rio: Chegam dois aviões equipados com motores fabricados no Brasil.

O dia do Tiradentes. - Rio: Tocantes cerimônias exaltam o exemplo do herói da nossa independência.

A serviço do Brasil. - Rio: O Colégio Militar festeja o 53º aniversário de sua fundação.

O momento internacional.

V.2 N°105.

O estadista e o pintor. - Petrópolis: Um flagrante do veraneio presidencial.

Assistência social. - Rio: Refeições gratuitas para as vítimas da ultima enchente.

Cultura Física. - Porto Alegre: Uma nova piscina em construção.

No Palácio do Itamarati. - Rio: Resolvido diplomaticamente o incidente entre Peru e o Equador.

Homenagem. - Niterói: O jubileu do cientista Vital Brasil.

Na baía da Guanabara. - Rio: O desastre sofrido pelo avião do chanceler argentino.

No Palácio do Rio Negro. - Petrópolis: O senhor Summer Welles despede-se do presidente Getúlio Vargas.

V.2 N°107.

Aeronáutica. - Rio: O maior e o mais veloz aparelho das Forças Aéreas Brasileiras.

Coisas novas.

Política Sanitária. - Porto Alegre: A organização dos centros de saúde.

Sob o Império de Momo. - Rio: A cidade recebe sua roupagem carnavalesca.

Exército. - Rio: A construção do Quartel do 16º R. I..

Na praia de Icaraí. - Niterói: As colônias de Sol e de Férias realizam uma festa carnavalesca.

V.2 N°108.

Submarino em manobras. - As tripulações dessas unidades da armada nacional estão bem preparadas para o desembarque de sua árdua e perigosa missão.

V.2 N°111.

Na Ilha do Viana. - Rio: É lançado o mar um dos navios encomendados pela Inglaterra.

Produção. - Ouro Preto: O trabalho nos depósitos de pirita mais ricos do mundo.

No Palácio Itamarati. - Rio: São trocados os instrumentos do acordo bancário Brasil-Paraguai.

Ensino Profissional. - Rio: como são preparados os futuros trabalhadores das oficinas do estado do Brasil.

Monumentos da Religião Católica. - A igreja de São Francisco na cidade de Salvador.

No dia consagrado a Barroso. - Rio: Novos aspirantes são incorporados à Escola Naval.

V.2 N°115.

No Palácio do Rio Negro. - Petrópolis: Entrega credenciais o embaixador do Paraguai.

Ensino Público. - Niterói: Quase prontas as novas sedes dos grupos escolares.

Em Missão de Amizade. - Rio: Parte para o Chile a embaixada especial do Brasil.

Saúde Pública. - Vitória: Dispensários moveis são empregados na campanha contra a malária.

Na S.B.A.T.. - Rio: Tomam posse 10 membros do conselho Deliberativo.

Natação. - Rio: É despertado na piscina do “Guanabara” o campeonato Infante-Juvenil.

Os grandes mestres da pintura brasileira. - Rodolfo Amoedo.

V.2 N°116.

No Palácio Rio Negro. - Petrópolis: São assinadas as ratificações do acordo entre o Peru e o Equador.

Uma data do Progresso Nacional. - Rio: O 84º aniversário da estrada de Ferro Central do Brasil.

No Tribunal de Segurança. - Rio: Toma posse o capitão Eronides de Carvalho.

Organização dos Esportes. - Rio: A festa da cumieira na Sociedade Hípica Brasileira.

Engenharia. - Estado do Rio: Uma obra de arte na Baixada.

No Estádio Caio Martins. - Niterói: Recebem diploma os novos mestres de educação física.

V.2 N°119.

Asas para o Brasil. - Rio: O batismo de um novo aparelho destinado a nossa aeronáutica civil.

Defesa Nacional. - SP: A polícia anula a ação dos agentes do Eixo.

Uma Nova Era Econômica. - Volta Redonda: Trabalha-se sem tréguas para a instalação das usinas siderúrgicas.

No D.I.P. - Rio: Toma posse à 1º diretoria da cooperativa cinematográfica brasileira.

Para o seu Pedestal Definitivo. - Rio: A estátua da Amizade empreende uma pequena viagem.

Profissões Curiosas. - Rio: O conserta tudo e o cirurgião de bonecas.

V.2 N°123.

1º de Maio. - Cem Mil Operários Aclamam o Presidente Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo.

No Aeroporto Santos Dumont. - Rio: Regressa de sua viagem de inspecção ao Norte do país o Ministro Eurico Gaspar Dutra.

Um record nacional. - Niterói: 70 pintores reproduzem simultaneamente as belezas naturais da capital fluminense.

No Palácio Guanabara. - Rio: Manifestações do interesse popular pelo estado de saúde do presidente Getúlio Vargas.

V.2 N°134.

Homenagens a Missão Militar Brasileira. - Na Vila Militar: no Palácio da Guerra, em Resende e Volta Redonda.

No Palácio do Itamarati. - Rio: São trocados os instrumentos de retificação do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bolívia.

No Palácio da Guanabara. - Rio: Estudantes de diversos estados prestam uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas.

Na ABI. - Rio: Comemora-se o centenário do nascimento de Barbosa Rodrigues.

No Aeroporto Santos Dumont. - Rio: Regressa o embaixador Negrão de Lima.

No Forte Duque de Caxias. - Rio: Novos conscritos prestam o compromisso à Bandeira.

V.2 N°136.

Brasil-Chile. - Rio: As escolas de aeronáutica e militar recebem a visita da Missão Militar Chilena.

No DIP. - Rio: Tomam posse os membros do Conselho Nacional de Cinematografia.

Na Ilha do Vianna. - Rio: É lançado ao mar mais um dos navios encomendados pela Inglaterra.

Transportes. - Minas Gerais: A estrada de Ferro Central do Brasil realiza importantes obras. Tradição. - Rio: O padroeiro dos pescadores é cultivado numa festa dos trabalhadores do mar.

Contra as forças do mal. - Rio: A mocidade brasileira reafirma seu apoio aos povos que defendem a Justiça e a Liberdade.

V.2 N°139.

A Juventude e a Pátria. - Petrópolis: O presidente Getúlio Vargas recebe visita de várias delegações escoteiras.

A Glória de Francisco Manuel. - Rio: A solenidade comemorativa do 147º aniversário do nascimento do autor do hino nacional brasileiro.

No Palácio Tiradentes. - Rio: A posse da nova diretoria do sindicato dos jornalistas profissionais do RJ.

Stefan Zweig. - Petrópolis: Desaparece tragicamente um dos maiores escritores contemporâneo.

As Novas Gerações. - Niterói: Flagrantes da Colônia de Sol na praia de Icaraí.

V.2 N°148.

Preparação física do soldado brasileiro.

V.2 N°154.

No Jardim Botânico. - Rio: A árvore é festejada em expressiva cerimônia.

Na Igreja da Candelária. - Rio: A solenidade da benção das espadas dos novos guardas-marinha.

No Arsenal da Marinha. - Rio: A marinha britânica homenageia a armada brasileira.

XI Conferencia Sanitária Panamericana. - Rio: Os delegados são recebidos pelo presidente Getúlio Vargas- a sessão de encerramento.

No Campo do Aero-Clube. - Rio: Tem início um grande concurso de aeromodelismo.

No Palácio do Catete. - Rio: Toma posse do cargo de chefe do gabinete militar da presidência o general Firmo Freire do Nascimento.

No Palácio do Governo. - Porto Alegre: A assinatura do contrato de organização da Companhia do Cobre.

Exército. - Rio: A solenidade de compromisso dos novos aspirantes a oficial intendente do Exército.

V.2 N°163.

Enquanto os automóveis dormem. - Rio: O ciclismo é o esporte da moda em Copacabana.

Brasil-Estados Unidos. - Rio: Em missão de cordialidade chega o famoso artista cinematográfico Douglas FairBanks Jr.

A juventude e a Pátria. - Rio: As comemorações do dia de Tiradentes. Homenagem à memória de Tiradentes prestada pela federação carioca de escoteiros.

Legião Brasileira de Assistência. - Rio: A entrega de certificados a uma turma de monitores agrícola.

No Palácio do Catete. - Rio: Tomam posse a Comissão de Defesa Econômica.

5º aniversário do Estado Nacional. - Rio: as primeiras homenagens ao Presidente Getúlio Vargas.

V.2 N°164.

5º Aniversário do Estado Nacional (I) As homenagens prestadas ao presidente Getúlio Vargas na Capital do País.

V.2 N°165.

5º Aniversário do Estado Nacional (II) As homenagens prestadas ao presidente Getúlio Vargas na Capital do País.

V.2 N°167.

Criação de cavalos. - Rio: São expostos e vendidos em leilão excelentes produtos nacionais de dois anos.

Na polícia militar. - Rio: Novos segundos tenentes e aspirantes prestam compromisso.

Bola ao Cesto. - Rio: A escola de aeronáutica vence a escola naval.

Teatro Nacional. - Rio: É homenageado a memória de Apolônio Pinto e Leopoldo Fróes.

“Interventor Ludovico” e “Cruzeiro”. - Rio: Lapidados no Brasil os dois grandes diamantes nacionais.

Cinco anos de unidade e ação. - Rio: Militares visitam a Exposição do Estado Nacional.

No cemitério de São João Batista. - Rio: O Brasil reafirma sua gratidão às vítimas do Levante de 1935.

Décimo aniversário do Governo Getúlio Vargas. Iniciando a festividade comemorativa da efeméride, realiza-se com a presença do chefe da Nação, uma grande missa campal.

V.2 N°169.

Na biblioteca nacional. - Rio: São inaugurados os murais do pintor estadunidense George Biddle.

A Nova Armada Brasileira. - Rio: É lançada ao mar a corveta “Vidal de Negreiros”.

Lembre-se do Pearl Harbor. - Rio: Reverenciada, na igreja da candelária, a memória da tradição dos japoneses.

No Instituto de Educação. - Rio: As festas de encerramento do ano escolar e as manifestações artísticas da infância. Carioca.

No Palácio Itamarati. - Rio: É assinado um convenio cultural entre o Brasil e a República de São Domingos.

Artes Plásticas. - Rio: É inaugurada uma exposição dos alunos da escola nacional de belas artes.

No Teatro Municipal. - Rio: Colam grau os bacharéis em ciências jurídicas e sociais da faculdade de direito da universidade do Brasil.

Tamandaré. - Rio: É comemorado solenemente o “Dia do Marinheiro”.

V.2 N°174.

No Palácio do Itamarati. - Rio: É instalada a Comissão Militar Mixta Brasil-Estados Unidos.

Na ABI. - Rio: O Pintor Gilberto Trompowsky expõe seus trabalhos mais recentes.

No Palácio do Itamarati. - Rio: O chanceler Osvaldo Aranha testemunha seu agradecimento ao batalhão de guardas.

Uma voz para o mundo. - Rio: É inaugurada a estação de ondas curtas da rádio-nacional.

Leito nacional. - Rio: As homenagens fúnebres do governo e do povo ao embaixador Afrânio de Mello Franco.

No limiar de um novo ano. - Rio: As classes armadas oferecem um almoço ao chefe da nação o discurso augural do presidente Getúlio Vargas ao povo brasileiro.

V.2 N°178.

No Campo de São Cristóvão. - Rio: A solenidade da declaração de novos aspirantes a oficiais da Reserva.

No Ministério da Justiça e Negócios Interiores. - Rio: Toma posse o novo interventor federal no estado do Espírito Santo, senhor José dos Santos Neves.

Na Escola de Educação Física do Exército. - Rio: Os oficiais esgrimistas das diversas regiões militares disputam o campeonato.

O aniversário de São Paulo. - Rio: O presidente Getúlio Vargas embarca para a capital bandeirante.

O esforço de guerra. - Rio: A contribuição obscura e valiosa da mulher brasileira.

Na vila militar. - Rio: O 2º regimento de infantaria festeja o 34º aniversário de sua fundação.

V.2 N°180.

Depois da Conferência de Natal. - Rio: A chegada do presidente Getúlio Vargas e a entrevista à imprensa.

No Palácio da Guerra. - Rio: A cerimônia da entrega das espadas aos novos generais.

Na ABI. - Rio: A feira de arte moderna inicia a campanha em favor dos bônus de guerra.

Clube Naval. - Rio: Os esportes de verão na Ilha do Piraquê.

A Juventude constrói asas. - Rio: É inaugurada a 1ª exposição aeronáutica do Distrito Federal e de Niterói.

Uma data do mundo livre. - Rio: Comemora-se a 1º aniversário de rompimento do Brasil com o Eixo.

V.2 N°185.

Embaixada Especial do Chile. - Sua chegada à capital do país – A Visita ao presidente Getúlio Vargas em Petrópolis.

Fundos para a Vitória. - Rio: A propaganda dos bônus de guerra durante o Carnaval.

Centenário de Petrópolis. - O presidente Getúlio Vargas inaugura a exposição industrial.

Na casa da Moeda. - Rio: A fabricação da série de selos pró-fauna.

Na Ilha do Viana. - Rio: A primeira experiência de máquinas da corveta “Matias de Albuquerque”.

V.2 N°195.

1º de Maio. - A Festa do Trabalho na Capital do País.

1º de Maio. - Rio: Cem mil operários aclamam o Presidente Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo.

No Palácio do Itamarati. - Rio: É assinado o acordo telegráfico entre o Brasil e Portugal.

Aeronáutica. - Rio: É incorporado à Força Aérea brasileira a 1ª turma de sargentos especializados.

Escola Naval. - Rio: A cerimônia de incorporação dos Novos aspirantes do curso prévio.

V.2 N°196.

A visita do presidente do Paraguai ao Brasil (I). - O embarque do presidente Higino Moringo em Assuncion. Aspectos colhidos nos etapas do percurso fluvial e terrestre: Porto Esperança, Campo Grande, São Paulo e Rio de Janeiro.

V.2 N°197.

A visita do Presidente do Paraguai (II). - Numerosas e expressivas homenagens são prestadas ao general Higino Morinigo.

V.3 N°01.

Exército. - Rio: O 135° aniversário dos Dragões da Independência.

No Palácio do Rio Negro. - Petrópolis: O presidente Getúlio Vargas recebe os diretores das imprensas oficiais dos estados.

Amparo aos menores sem recursos. - Curitiba: Uma das escolas rurais em ação no Paraná.

Na Embaixada do Chile. - Rio: A cerimônia de entrega de condecorações. (não gravado)

Disciplina e Destreza. - Rio: A policia militar realiza empolgantes provas hípicas no dia do seu 134° aniversário

V.3 N°02.

No Palácio do Rio Negro. - Petrópolis: O presidente Getúlio Vargas recebe o diretor cinematográfico John Ford.

O Brasil e a Guerra. - Curitiba: A fabricação dos equipamentos para o nosso exercito.

No Palácio da Guerra. - Rio: Oficiais americanos são condecorados pelo ministro Eurico Gaspar Dutra.

Cinema Nacional. - Rio: o primeiro filme de longa metragem produzido pelo sistema cooperativista.

Perpetuando um momento histórico. - Rio: O “livro das Américas” e sua finalidade.

Nas planícies do Sul. - Flagrantes da vida gaúcha.

V.3 N°03.

O presidente Getúlio Vargas no Estado do Rio. - O ressurgimento da terra fluminense foi observado pelo chefe do governo em 745 quilômetros de estradas percorridas e em dezenas de localidades diversas.

V.3 N°17.

Campanha da Aviação. - Rio: Estudantes entregam ao presidente Getúlio Vargas um cheque de 295.000 cruzeiros.

Assistência Social. - Rio: Os cegos realizam um desfile em homenagem ao governo.

Correios. - Rio: Inauguram-se a Exposição do Centenário do Selo Postal Brasileiro.

Juventude Universitária. - Rio: os delegados do VI Congresso Nacional de Estudantes visitam o DIP.

No hipódromo da Gávea. - Rio: “Altatroz” parrelheiro nacional, conquista o “Grande Premio Brasil.”

Na Escola Nacional de Belas Artes. - Rio: É inaugurada a exposição do DASP sobre o material no serviço público.

Na escola do Estado maior do Exército. - Rio: recebem diplomas os oficiais que terminaram o curso.

V.3 N°20. (Edição Especial)

Cadetes do Brasil. - A Escola militar prepara para a luta os oficiais de amanhã.

V.3 N°23.

Demonstração Cívica. - Rio: A “Festa da União Nacional” no estádio do Botafogo.

Uma homenagem dos Estados Unidos. - Rio: O ministro da Aeronáutica recebe as insígnias da Legião do Mérito.

Assistência Social. - Rio: É iniciado o pagamento do “abono familiar”.

Na quinta da Boa Vista. - Rio: Alcança grande êxito à “Festa da Criança”.

No Palácio do Itamarati. - Rio: É solenemente inaugurado o busto de Caxias.

Parada da Raça. - Rio: 15 mil crianças desfilam em comemoração a “A Semana da Pátria”.

V.3 N°25.

No Palácio do Catete. - Rio: Altas autoridades são recebidas pelo presidente Getúlio Vargas.

Na base aérea do Galeão. - Rio: Declaração de aspirantes a oficial aviador da reserva da Aeronáutica.

No Palácio do Itamarati. - Rio: Ratificação do Tratado de navegação e do Convenio de Intercambio Cultural entre o Brasil e o Chile.

Na Esplanada do Castelo. - Rio: Brillhante solenidade do Dia da Pátria a inauguração do monumento do Rio Branco.

No Estádio do Vasco Gama. - Rio: A palavra do presidente Getúlio Vargas na Hora da Independência.

V.3 N°29.

O Centenário de Uruguaiana. - Rio Grande do Sul: Inaugura-se a 7º Exposição Estadual de Animais e Produtos derivados.

No Palácio do Itamarati. - Rio: Assinalando o inicio da “Semana do Brasil” em Londres.

A Campanha Sanitária do Governo. - Rio: O Educandário “Santa Maria” e o combate ao mal de hansen.

Faculdade Nacional de Medicina. - Rio: A sessão solene comemorativa do 111º aniversário de sua fundação.

No Estádio do C. R. do Flamengo. - Rio: A cerimônia de entrega da bandeira nacional ao 8º grupo móvel de artilharia de Costa.

Trilhos fabricados no Brasil. - Minas Gerais: O general Mendonça Lima, ministro da viação, assiste às primeiras laminações feitas em Monlevade.

V.3 N°38.

Concentração Mariana. - Rio: Homenagem de submissão e obediência das congregações do Distrito Federal ao arcebispo metropolitano.

Dia da Bandeira. - Rio: As solenidades realizadas no Forte Duque de Caxias.

Nos Estaleiros Nacionais. - Rio: A entrega da corveta “Fernandes Viera” e o batimento da quilha do “Brasil I”.

Capatazes e Técnicos para o Brasil. - Rio: O chefe do governo preside a inauguração do Aprendizado Agrícola.

Assistência Médica. - Rio: As novas instalações dos serviços médico-cirurgicos da política civil.

V.3 N°41.

Em visita ao Brasil. - Rio: A chegada da missão aeronáutica do Chile.

No Palácio do Catete. - Rio: Duas expressivas ofertas são feitas ao presidente da república.

Para uma grande obra realizadora. - Rio: O ministro João Alberto na presidência da Fundação Brasil Central.

Escola Técnica do Exército. - Rio: O chefe do governo preside a cerimônia da colação de grau dos novos engenheiros.

Semana do Engenheiro. - Rio: 300 engenheiros e arquitetos em visita a fabrica nacional de motores.

Ensino Superior. - Rio: os novos médicos formados pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil.

Novo Embaixador da Venezuela. - Rio: O senhor José Rafael Gavaldón faz a entrega de suas credencias.

Melhoria de Condições do homem brasileiro. - Rio: Instala-se a Terceira Semana da Saúde e da Raça.

Dia do Marinheiro. - Rio: Expressivas cerimônias diante do monumento a Tamandaré.

V.3 N°46.

A Campanha Sanitária do Governo. - Rio: Mais dois modernos hospitais são inaugurados pelo presidente da república.

Homenageado o ministro Souza Costa. - Rio: O banquete oferecido pelas classes conservadoras e sociedades culturais.

No Palácio do Catete. - Rio: Entrega de credenciais do primeiro embaixador do Canadá e do novo ministro da Nicarágua.

O Novo Comandante da primeira região militar. - Rio: A posse do general Valentim Benício da Silva.

Imponente Demonstração de Fé. - Rio: A procissão de São Sebastião padroeiro da cidade.

V.3 N°51.

O veraneio presidencial. - Petrópolis: Visita ao museu imperial e um passeio pelas ruas da cidade.

Pela quinta vez. - Rio: Os mineiros levantam o campeonato brasileiro infanto-juvenil de natação.

Carnaval Carioca de 1944. - Rio: Flagrantes dos tradicionais celebrações na capital da república.

Guarda Civil. - Rio: A União Católica do Distrito Federal comemora o 40º aniversário da brilhante corporação.

As novas gerações. - Niterói: Aspectos da colônia de férias na praia de Jurujuba.

V.3 N°61. (Edição Especial)

1º de Maio. – A Festa do Trabalho no Estádio do Pacaembu. A palavra do presidente Getúlio Vargas definindo os propósitos do seu Governo, em relação aos trabalhadores do Brasil, e a magnífica demonstração de fé prestada pelos trabalhadores de São Paulo ao guia supremo da nacionalidade.

As grande manifestações do 1º de Maio na Capital da República.

V.3 N°63.

7 de Setembro. – Culminam com uma imponente parada militar os festejos da data da nossa Independência.

V.3 N°65.

Parada da Juventude. – Cinco mil colegiais desfilam no dia consagrado.

V.3 N°73.

O presidente da república em Belo Horizonte. - Importantes obras são inauguradas pelo chefe do governo, na capital mineira, dentro os quais se destaca a XI Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados.

V.3 N°75.

Novo Embaixador do Chile. - Rio: O senhor Raul Morales Beltrami faz entrega de suas credenciais ao Presidente da República.

Nas florestas da Tijuca. - Rio: A prefeitura do Distrito Federal faz restaurar antigos templos e pontos recreativos desses recantos cariocas.

Pintura Moderna. - Rio: Exposição promovida pela Associação de Arte Contemporânea de New York e o Instituto Brasil-Estados Unidos.

No Engenho de Dentro. - Rio: O chefe do governo inaugura importantes obras realizadas pela Central do Brasil.

Em Benefícios dos Trabalhadores. - Rio: O êxito alcançado pela Campanha da Prevenção contra acidentes no trabalho.

V.3 N°76.

No Palácio do Catete. - Rio: Homenagem do mundo esportivo brasileiro ao presidente da república.

Avenida Presidente Vargas. - Rio: Concluem-se os trabalhos de demolição para a abertura da grande artéria.

Edifícios Públicos. - Rio: Inaugurada pelo chefe do governo uma exposição organizada pelo DASP.

Escola de Intendência. - Rio: Novos aspirantes para o exercito e a forças aérea brasileira.

Embelezamento do Rio. - O presidente Getúlio Vargas visita algumas obras em execução.

No Ministério do Trabalho.

Rio: A posse do presidente da Comissão Executiva Têxtil.

V.3 N°82.

Na Capital da República. - Rio: Expressivas cerimônias assinalam o segundo aniversário da entrada do Brasil na Guerra.

Ordem do Mérito. - Rio: Oficiais brasileiros são condecorados pelo governo dos Estados Unidos.

Fogo Simbólico. - Rio: Partindo dos Guararapes, na terra pernambucana, o archote sagrado alcança a capital do país.

Templo Tradicional. - Rio: O presidente Getúlio Vargas visita o museu da Igreja da Glória do Outeiro.

“Teia da Aranha”. - Rio: Uma exposição de nhandutís renda típica do gosto popular paraguaio.

Dia do Soldado. - Rio: Comemorada com excepcional relevo a data do nascimento do marechal Duque de Caxias.

V.4 N°3.

Novas professoras. - Rio: Cerimônia da colação de grau das alunas do Instituto de Educação.

Homenageado o diretor do DIP. - Rio: Significativa demonstração de simpatia dos jornalistas brasileiros ao major Amílcar Dutra de Menezes.

Escola Técnica do Exército. - Rio: Entrega de diplomas aos novos engenheiros técnicos militares.

Ensino Especializado. - Rio: Recebem diplomas os primeiros especialistas formados pela Escola Técnica Nacional.

Expressão de Apreço e Solidariedade. - Rio: O banquete de Ano Novo com que as classes armadas homenageiam o Presidente da República.

V.4 N°7.

Na Vila Militar. - Rio: Visita de inspeção do comandante da primeira R.M. ao Regimento Andrade Neves.

No Campo dos Afonsos. - Rio: Homenagem da Força Aérea Brasileira ao ministro Salgado Filho.

Visitas Presidenciais. - Rio: O chefe do governo no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Educação Física no Exército. - Porto Alegre: Inaugura-se a Olimpíada Regional da Terceira Região Militar.

Notas Diplomáticas. - Rio: A chegada do novo embaixador dos Estados Unidos, o senhor Berle Júnior.

V.4 N°8.

Na Escola Naval. - Rio: Presidida pelo chefe do governo a cerimônia da entrega de espadas aos novos guardas-marinha.

Campanha de ajuda aos Expedicionários. - Rio: A festa promovida pelos estudantes patricios na Vila Militar.

No Instituto dos Comerciantes. - Rio: Homenageado o presidente da República durante a inauguração do restaurante dessa entidade.

Brasil – Estados Unidos. - Rio: Entrega credenciais o novo embaixador norte-americano sr Berle Júnior.

Escola Nacional de Educação Física. - Rio: Terminação do curso de funcionários da Central do Brasil.

Novo Mercado da Penha. - Rio: Importante melhoramento inaugurado pelo Chefe de governo.

V.4 N°10.

Corpo Expedicionário Brasileiro. - Rio: Contingente de soldados preparados para honrar as tradições heróicas do Brasil.

Forças Expedicionárias do Brasil. - Rio: Desfile de forças militares que o Brasil enviará à luta contra os totalitários.

Carnaval Carioca em 1945.

V.4 N°22.

1º de Maio. - Rio: Presididas pelo Chefe de Governo imponentes celebrações ao Dia do Trabalho. A grande concentração trabalhista no Estádio de São Januário.

Polônia Subterrânea. - Rio: Inaugura-se uma exposição alusiva ao sacrifício e ao heroísmo do povo polonês sob a ocupação.

No Palácio Rio Negro. - Petrópolis: A missão cultural francesa em visita ao presidente da República.

Nota Esportiva. - Rio: Provas preliminares, na enseada de Botafogo, para a temporada de veleiros.

V.4 N°25.

No Itamarati. - Rio: “Homenagem oficial do Brasil ao Presidente Roosevelt.

No Museu Nacional de Belas Artes. - Rio: “Exposição do pintor brasileiro Oswaldo Silva.

No Hospital Central do Exército. - Rio: “A mulher brasileira cerca de gentilezas os nossos bravos expedicionários.

Na Igreja Candelária. - Rio: O governo brasileiro manda celebrar o “Te Deum” da Vitória.

Na Escola Nacional de Agronomia. - “Ilustres franceses visitam a majestosa Universidade Rural do Brasil.

Em Maceió. - A pesca do sururú.

V.4 N°32.

Confraternização Argentino-Brasileira. - Buenos Aires: Uma solenidade reúne os embaixadores Batista Luzardo e Nicolas Accame.

Homenagem à cantora Carmem Gomes. - Rio: Festejam-na os coros líricos do Teatro Municipal.

Pintor Georges Wambach. - Rio: A sua Segunda Exposição de telas brasileiras na Galeria Montparnasse.

Generais brasileiros nos EEUU. - Rio: Regressam da visita feita a convite do governo americano.

O Embaixador Luzardo na Casa Rosada. - Buenos Aires: Entrega de credenciais.

Novo Embaixador argentino. - Rio: Entrega de credenciais no Palácio do Catete.

Política Nacional. - Rio: O PSD do Distrito Federal homologa a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República.

V.4 N°37.

Gloriosas Condecorações. - Rio: Distribuídas pelos Generais Clark e Dutra, no Forte Duque de Caxias.

A Argentina ao Brasil. - Rio: Ofertada ao nosso exército a bandeira da nação amiga.

Marechal Harris. - Rio: Chega ao Brasil o chefe de Comando de Bombardeios da R.A F.

Exposição do D.A.P.S. - Rio: Mostrando como seleciona os candidatos ao serviço público.

Marechal Harris – Rio: Chega ao Brasil o chefe do comando de bombardeiros da RAF.

V.4 N°46.

Exéquias. - Rio: Na Igreja da Candelária, pelos expedicionários mortos na Itália.

Base Aérea de Santa Cruz. - Rio: A América do Norte cumpre a sua palavra, entregando-a ao Brasil.

Manifestação popular. - Rio: O povo carioca prepara-se entusiasticamente para o prélio das urnas.

Homenagem a F.E.B.. - Rio: A cerimônia portuguesa oferece aos expedicionários uma bandeira nacional.

RádioComunicações. - Rio: Instala-se no Itamarati a terceira conferencia internacional de telecomunicações.

Semana da Pátria. - Rio: Desfile de escolares em homenagem à independência do Brasil.

No Estádio do Vasco da Gama. Rio: A palavra do presidente da República na Hora da Independência.

V.4 N°50.

No Palácio do Catete. - Rio: Apresenta credenciais o novo Embaixador da República Dominicana.

Exposição Canina. - Rio: O Brasil Kennel Club promove-a no local da Sociedade Hípica Brasileira.

Exposição Francesa. - Rio: No auditório do Ministério da Educação.

Movimento Político. - Rio: Barra do Piraí: Um comício na região do Vale do Paraíba.

Submarinos nazistas. - Rio: De passagem pela Guanabara a caminho dos Estados Unidos.

Semana do teatro. - Rio: Homenagem dos artistas e classes anexas ao presidente Getúlio Vargas.

Bibliografia geral

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. O Cinema como Agitador de Almas (Argila, uma Cena do Estado Novo).SP: Annablume Editora, 1999.

ARAÚJO, Ângela. A Construção do Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores nos Anos 30. SP: Edições Sociais, 1998.

ARAÚJO, Vicente de Paula. A Bela Época do Cinema Brasileiro. SP: Perspectiva/SCCT, 1976.

ARÊAS, Luciana Barbosa. Consentimento e Resistência: Um Estudo sobre as Relações entre Trabalhadores e Estado no RJ (1930-1945). Campinas: Dissertação de Doutorado/UNICAMP, 2000.

ARENDETT, Hannah. As Origens do Totalitarismo./ Tradução Roberto Raposo. SP: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Amaral. O Estado autoritário e a realidade nacional. Brasília: Ed. Da UnB, 1981.

BASSOLI, Vincenzo & CHIRARDINI, Lionello. Conoscere il cinema. Bologna: Edizioni Calderini, 1963.

BERNARDET, Jean Claude. O que é cinema. SP: Brasiliense, 1980.

_____. Cinema Brasileiro: Propostas para uma História. RJ: Paz e Terra, 1979.

_____. Filmografia do Cinema Brasileiro. SP: Secretária da Cultura, Comissão de Cinema, 1979.

BERNARDET, Jean Claude & RAMOS, Alcir Freire. Cinema e História do Brasil. SP: Contexto/EDUSP, 1988.

BERTONHA, João Fábio. Sob o Signo do Fascio: O Fascismo, os Imigrantes Italianos e o Brasil, 1922-1943. Campinas: Tese de Doutorado/UNICAMP, 1998.

BLINKHORN, Martin. Mussolini e a Itália Fascista./ Tradução Pedro Elston. Lisboa: Gradiva, 1984.

BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. RJ: Editora FGV, 2001.

CANCELLI, Elisabeth. *Estratégia para o flagelo*. Campinas: Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 1984.

_____. *O Mundo da Violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas*. Campinas: Tese de Doutorado/UNICAMP, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. SP: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. RJ: DIFEL, 1976.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*./ Tradução Carlos Nelson Coutinho. SP: Brasiliense, 1984.

CAVALCANTI, Alberto. *Filme e realidade*. SP: Martins Editora, 1952.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular*. RJ: Paz e Terra, 1978.

COELHO, Hercília, GAETA, Maria Aparecida & GUIMARÃES, Dulce Maria. “Estado Novo, festa e memória.”. *História*. SP, vol14, 1995.

CONTIER, Arnaldo. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

COSTA, Bernardino Victory. *Vargas, a Mocidade e a Pátria*. RJ: s.n., 1951.

COSTA, Hélio. *Em Busca da Memória: Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo*. SP: Página Aberta, 1995.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. RJ: Ed. FGV, 1999.

_____. *O Estado Novo*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

DAGNINO, Evelina. *State and Ideology: Nationalism in Brazil (1930-1945)*. Stanford: [s.n.], 1985.

DEL ROIO, José Luiz. *Primeiro de Maio*. SP: Global, 1986.

DOMMANGET, Maurice. *História del Primero de Mayo*. Buenos Aires: Editorial Americalle, 1956.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. RJ: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FALASCA-ZAMPONI, Simonetta. *Fascist Spectacle: the aesthetics of power in Mussolini’s Italy*. Berkeley: Univ. of California Press, 2000.

- FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil. (o imaginário popular). RJ, FGV, 1997.
- FERRO, Marc. A História Vigiada./ Tradução Doris Sanchez Pinheiro. SP: Martins Fontes, 1989.
- _____. Cinema e História./ Tradução Flávia Nascimento. SP: Paz e Terra, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir./ Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FUNDAÇÃO CINEMATECA BRASILEIRA. Cine-Jornal Brasileiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938-1946. SP: Imprensa Oficial do Estado, 1982.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo. SP: Ed. Símbolo, 1977.
- GARCIA, Nelson Jahr. O Estado Novo: Ideologia e Propaganda: a Legitimação do Estado Perante as Classes Subalternas. SP: Loyola, 1982.
- GENTILE, Emilio. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo./ Tradução Fátima Conceição Murad.SP: Ícone, 1988.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A Invenção do Trabalhismo. RJ: Relume-Dumara, 1994.
- _____. História e Historiadores: a Política Cultural do Estado Novo. RJ: FGV, 1996.
- _____. Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). RJ: Campus, 1979.
- _____. Capanema: o ministro e seu ministério./ Organizadora Angela de Castro Gomes. RJ: Ed, FGV, 2000.
- GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo. RJ: Marco Zero, 1990.
- HALL, Michael M. “Corporatism, fascism and the origins of brazilian labor law.” Campinas: Mimeo, 1996.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria nem Patrão! SP: Brasiliense, 1983.
- HENRIQUE, Affonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas. O Estado Novo. RJ: Record, 1966.
- HITLER, Adolf. Minha Luta./ tradução J. DE Matos Ibiapina. Porto Alegre: Globo, 1941.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (org). *A Invenção das Tradições.*/ Tradução Celina Cardim Cavalcante. RJ: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária.*/ Tradução Waldea Barcellos e Sandra Bedran. RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado.* Tradução Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. RJ: Paz e Terra, 1981.

JOWETT, Garh. *Film: The Democraitc Art.* Boston: Little Brown, 1976.

KERSHAW, Ian. *Hitler, um perfil do poder.*/ Tradução Vera Ribeiro. RJ: Jorge Zahar Ed., 1993.

LACERDA, Aline Lopes de. “*A Obra Getuliana*” ou como as imagens comemoram o regime”. *Estudos Históricos*, RJ, vl 7, nº 14, jul/dez, 1994.

LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro.* SP: Editora da USP, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política.* SP: Papyrus, 1986.

_____. *Nazismo: O Triunfo da Vontade.* SP: Ática, 1986.

LEBEL, Jean Patrick. *Cinema e Ideologia.*/ Tradução Jorge Nascimento. Lisboa: Estampa, 1975.

LIMA, Maria Emília A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: Os Discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Vargas.* Campinas, Ed. UNICAMP: 1990.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas.* New York: Macmillan Company, 1944.

MANOILESCO, Mihail. *O Século do Corporativismo. Doutrina do Corporativismo Integral e Puro.*/ Tradução Azevedo Amaral. RJ: José Olympio, 1938.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira Legislatura do Estado Novo (1935-1938).* Lisboa, Europa-América, 1973;

MARTIN, Marcel. *A Linguagem Cinematográfica.*/ Tradução Paulo Neves. SP: Brasiliense, 1990.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).* SP: DIFEL, 1979.

MILZA, P. & PÉZARD, F. Roche. *Art et fascisme.* Paris: Éditions Complexe, 1989.

MORENO, Antonio. *Cinema Brasileiro: histórias e relações com o Estado.* Niterói: EDUFF, 1994.

- MOURA, Gerson. Sucessões e Ilusões. Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. RJ: Editora da FGV, 1991.
- MUNAKATA, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil. SP: Brasiliense, 1981.
- OSAKABE, Haquira. Argumentação e Discurso Político. SP: Kairós Editora, 1979.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo: Ideologia e Poder. RJ: Zahar Editores, 1982.
- ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas./ Tradução Maylene Pinto Michael. SP: Martins Fontes, 2002.
- PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. RJ: Editora da FGV, 1999.
- PANNACCIONE, Andrea (org.). May day Celebration. Venecia: Marsilio Editori, 1986.
- _____. Sappi che oggi e'la tua festa. Venezia: Marsilio Editori, 1986.
- PARANHOS, Adalberto. O roubo da Fala. Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil. SP: Boitempo Editorial, 1999.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo. SP: Arquivo do Estado, 1990.
- PEREIRA, Marcelo. Cinema e Estado Novo: trabalho e nacionalismo em marcha. Campinas, Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 2002.
- PEREIRA, Luiz. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. SP: Difusão Européia do Livro, 1965.
- PERROT, Michele. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. [seleção de textos e introdução de Stella Bresciani]/ Tradução Denise Bottmann. SP: Paz e Terra, 1989.
- PINHEIRO, Paulo & HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. Vol.1, Alfa Ômega, vol.2, SP: Brasiliense, 1981.
- PRONAY, Nicholas & SPRING, D. W.. Propaganda, Politics and Film 1918-1945. London: Macmillan Press, 1982.
- PARIS, Robert. As origens do fascismo./ Tradução Elisabete Perez. SP: Perspectiva, 1976.
- ROSE, R. S. One of the Forgotten Things (Getúlio Vargas and Brazilian Social Control, 1930-1954). London: British Library, 2000.
- ROTHA, Paul. Documentary Film. London: Faber and Faber LTD, 1952.

- SANTOS, Viviane Terezinha dos. Os seguidores do DUCE: os italianos fascistas no Estado de São Paulo. Inventário DEOPS: módulo V – Italianos, SP: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2001.
- SCHVARZMAN, Sheila. Como o Cinema Escreve a História. Campinas: Dissertação de Mestrado/UNICAMP, 1994.
- _____. Humberto Mauro e as imagens do Brasil. Campinas, Tese de Doutorado/UNICAMP, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). Estado Novo, Auto-Retrato. Brasília: Editora UNB, 1982.
- _____. Tempos de Capanema. SP: Paz e Terra: FGV, 2000.
- SHORT, K. R. M.. Feature Films as History. Knoxville: University of Tennessee Press, 1981.
- SILVA, José Luiz Werneck. O Feixe e o Prisma: Uma Revisão do Estado Novo. RJ: Zahar, 1991.
- SILVA, Hélio. O Estado Novo (1937-1938). Coleção História da República Brasileira.SP: Editora TRÊS LTDA., 1998.
- SIMIS, Anita. Estado e cinema no Brasil. SP: Annablume, 1996.
- SMITH, Paul(org.). The Historian and Film. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SMITH, Denis Mack. Mussolini. Mexico, D.F.: Fondo de Cult. Economica, 1989.
- SOUSA, José Inácio de Melo. A Ação e o Imaginário de uma Ditadura: Controle, Coerção e Propaganda Política nos Meios de Comunicação Durante o Estado Novo. SP: Dissertação de Mestrado/ECA, 1990.
- TASCA, Ângelo. El nacimiento del fascismo./ Tradução Pedro Aponte de Solis. Barcelona: Ariel, 1967.
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. 3 vols., RJ: Paz e Terra, 1987.
- TUDOR, Andrew. Teorias do Cinema./ Tradução Dulce Salvato Meneses. Lisboa: Edições 70, 1975.
- VANOYE, Francis. Ensaio sobre a análise fílmica./ Tradução Marina Appenzeller. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

WELCH, David. Propaganda and the German Cinema 1933-1945. Great Britain: Oxford University Press, 1983.

_____. The Third Reich: politics and propaganda. London; New York: Routledge, 2001.

_____. Hitler: profile of a dictator. London; New York: Routledge, 2001.